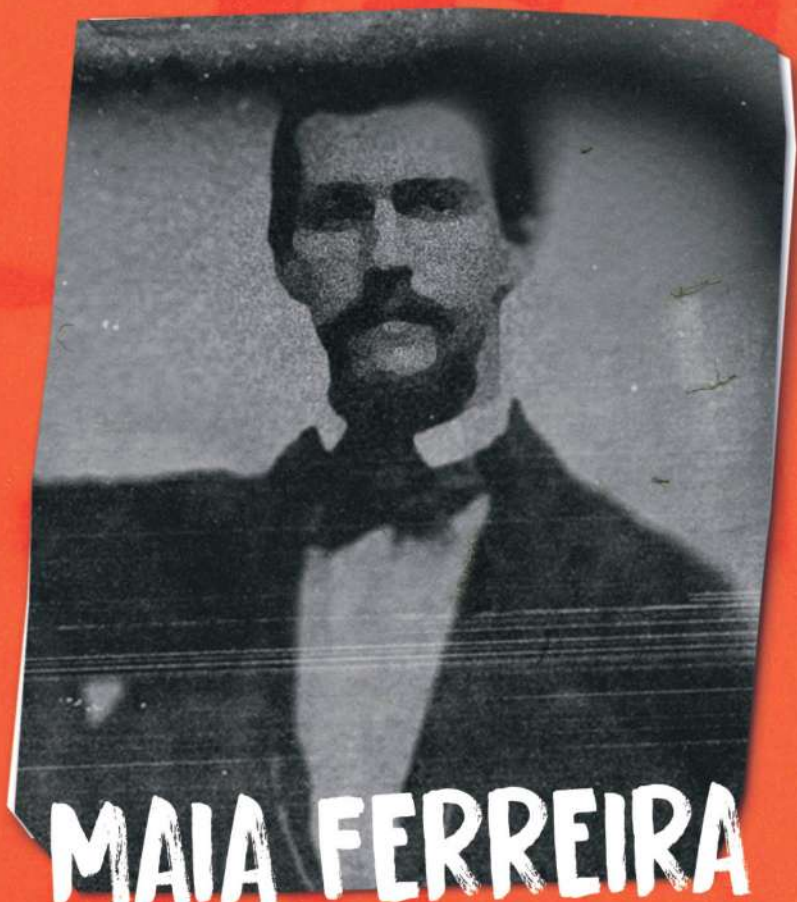


MINHA TERRA NÃO TEM SALGUEIRAS

O POETA ANGOLANO



**MAIA FERREIRA
E A SUA ÉPOCA**

ORGANIZAÇÃO DE FRANCISCO TOPA

Minha terra não tem salgueirais

o poeta angolano Maia Ferreira

e a sua época

Organização de Francisco Topa



Porto

Design gráfico da capa: Bruno Bento

Depósito legal

ISBN
978-989-53997-3-4

Porto • 2024

Índice

<i>Um enigma que se vai decifrando</i>	5
Poetas, negreiros e livreiros: notas sobre política, tráfico e escravidão na imprensa literária do Rio de Janeiro, 1849-1855 Rodrigo Camargo de GODOI	7
De poeta a agente consular da mal-afamada “companhia portuguesa”: os vínculos entre José da Silva Maia Ferreira e a comunidade mercantil luso-brasileira em Nova York na década de 1850 Gilberto da Silva GUIZELIN	31
José da Silva Maia Ferreira nos Estados Unidos: a pessoa, a vida e a família William ROUGLE	61
Maia Ferreira: uma escrita dissonante com mátria à busca duma pátria consonante da benguelinha com o rouxinol e o sabiá Salvato TRIGO	67
Maia Ferreira: entre Brasil, Portugal e África Maria Aparecida RIBEIRO	81
“O Exilado” – No Brasil e em Portugal Francisco SOARES	91
Maia Ferreira, o exílio e o “rio chamado Atlântico” Rita CHAVES	107
Pope, florinhas e cisnes: o prefácio de Maia Ferreira às suas compatriotas Francisco TOPA	119

Um enigma que se vai decifrando

Esquecido durante quase um século, José da Silva Maia Ferreira (Luanda, 1827 – Rio de Janeiro, 1867) começou a ser recuperado quando o seu livro de versos – o primeiro publicado na África lusófona por um seu natural e um dos primeiros no conjunto do continente – foi redescoberto em Nova York, em 1967, e reeditado em 1980, ainda no meio de grandes incertezas sobre o autor. Desde aí foram surgindo os estudos sobre este pioneiro da literatura em Angola e a sua biografia foi ganhando contornos precisos, ao mesmo tempo que se começava a fazer o estudo da sua obra.

O volume que agora se dá a conhecer reúne alguns dos trabalhos apresentados num colóquio realizado na Faculdade de Letras do Porto em novembro de 2022. Os três primeiros – da autoria de dois professores brasileiros (Rodrigo Camargo de Godoi e Gilberto da Silva Guizelin) e de um norte-americano (William Rougle) – incidem sobre aspetos biográficos desta fascinante figura que viveu em muitos lugares (Angola, Brasil, Portugal, Estados Unidos, Cuba) e se dedicou a vários ofícios e negócios, entre eles o comércio de escravos. Apesar das particularidades que o singularizam, tais estudos mostram que Maia Ferreira é também o retrato de toda uma época e de um largo mundo de base lusófona.

Os restantes artigos abordam aspetos da obra literária do autor de *Espon-taneidades da minha alma*. Salvato Trigo e Maria Aparecida Ribeiro propõem uma leitura global da sua poética, enquadrando-a no romantismo luso-brasileiro de que ela parte, ao passo que Francisco Soares estuda um poema saído em 1855 em dois jornais, em versões bastante diferentes. Rita Chaves, por seu turno, trata o tema do exílio e a ligação ao romantismo brasileiro em dois poemas de Maia Ferreira, ao passo que o autor destas linhas se ocupa da marca de Alexander Pope no prefácio do volume luandense.

Vindo a público em 2024, pouco depois da publicação do monumental e decisivo *José da Silva Maia Ferreira – Uma biografia atlântica*, de Francisco Soares, este volume prova que as respostas que vão aparecendo para perguntas que pareciam não ter solução estão longe de esgotar o interesse pela figura deste viajante permanente a quem coube inaugurar uma certa forma de literatura em Angola.

Francisco Topa

Poetas, negreiros e livreiros:
notas sobre política, tráfico e escravidão
na imprensa literária do Rio de Janeiro, 1849-1855

Rodrigo Camargo de Godoi
U. Estadual de Campinas

I

Como tem demonstrado a historiografia da literatura e da cultura impressa, a manutenção de um periódico literário convertera-se em um elemento muito importante para o estabelecimento, sobrevivência e, em muitos casos, sucesso de várias casas editoriais no século XIX. Este é o caso, por exemplo, das revistas *Putnam's Monthly* e *Harper's Monthly*, nos Estados Unidos; da *Blackwood Magazine* na Grã-Bretanha; do *Journal pour tous* do editor Louis Hachette em Paris, assim como o da *Marmota Fluminense* do editor Francisco de Paula Brito, no Rio de Janeiro.¹ Neste sentido, ao analisar a “Bibliothèque des chemins de fer” do editor Louis Hachette, Jean-Yves Mollier afirma que o periódico mantido por aquele editor se convertera em um “laboratório para o recrutamento de autores” (MOLLIER, 1999: 348). Ou seja, na medida em que a recepção de um livro podia ser prévia e empiricamente testada por intermédio de sua publicação seriada na imprensa, nenhum editor prescindia do seu próprio periódico literário no século XIX.

Isso explica os motivos que levaram o editor Francisco de Paula Brito a lutar bravamente pela propriedade da então *Marmota na Corte* contra Próspero Diniz, jornalista baiano com quem havia fundado o periódico, em 1849. Em quatro fases distintas o bissemanário circulou até 1864. Na primeira delas,

¹ FINKELSTEIN, 2002; GREENSPAN, 2000; MOLLIER, 1999; GODOI, 2016.

Francisco de Paula Brito dividiu sua edição com Prospero Diniz. Mas, em fins de março de 1852, depois da troca de ofensas na imprensa e do rompimento entre eles, *A Marmota na Corte* passou às mãos de Paula Brito que acabou por rebatizá-la como *Marmota Fluminense: Jornal de Modas e Variedades*, título este que perdurou até 1857. Neste momento, no contexto da falência da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro, empreendimento gráfico e editorial fundado por Paula Brito no início da década de 1850, o periódico passou a se chamar somente *A Marmota*, título com o qual circulou até a morte de Paula Brito, em dezembro de 1861.²

Cerca de quatro anos depois, Rufina Rodrigues da Costa Brito, a viúva Paula Brito, tentou ressuscitar a *Marmota* que, desta vez, não ultrapassou a décima quinta edição. Todavia, não obstante este fim melancólico, por ter circulado ininterruptamente por mais de uma década a *Marmota* merece destaque na história da imprensa brasileira no século XIX. Principalmente se levarmos em conta o número incalculável de jornais e periódicos que, tal e qual anjinhos, faleciam ainda na primeira infância ou, melhor dizendo, nas primeiras edições.³

Atualmente, pode-se avaliar que muito do interesse que a *Marmota* tem despertado entre os historiadores e historiadoras da literatura brasileira, deve-se ao fato de o periódico ter abrigado os primeiros poemas do jovem Machado de Assis ou os primeiros romances do também jovem Joaquim Manuel de Macedo. Por conseguinte, constituiu-se uma tradição analítica no campo dos estudos literários que privilegia justamente o papel desempenhado pelo editor Paula Brito como o mecenas da juventude com aspirações literárias do Rio de Janeiro.⁴ Mecenas cujo impacto foi perceptível principalmente sobre o Romantismo brasileiro das décadas de 1840 e 1850. Em grande medida, a historiadora Juliana Simionato sintetiza essas duas linhas interpretativas:

Comparada com a grade imprensa do período – constituída basicamente pelo *Diário do Rio de Janeiro* (1821), *Jornal do Commercio* (1827) e *Correio Mercantil* (1848) – *A Marmota* deve ser considerada um pequeno jornal, cuja

² GODOI, 2016: 298-300.

³ Sobre a atuação da Viúva Paula Brito à frente da editora e da livraria da família, ver GODOI, 2016: 319-332.

⁴ Ver, por exemplo, MARQUES, 2022; MASSA, 1971; BROCA, 1979; VERÍSSIMO, 1969.

principal característica talvez seja a pretensão de atuar diretamente na formação cultural e moral do leitor. Por isso, praticamente desdenha a política e a matéria propriamente noticiosa, privilegiando assuntos supostamente mais perenes, como seriam a literatura, o entretenimento e a moralidade. Além de propor outras formas de possíveis interferências práticas na experiência do leitor pelo oferecimento de figurinos e partituras musicais. (SIMIONATO, 2010: 103)

Ao passo que se reafirma um total alheamento da *Marmota* em relação à esfera da política imperial, as palavras-chave do excerto podem ser cultura, literatura, moral e entretenimento. No entanto, deve-se considerar que a abordagem que professa a existência de uma imprensa isenta no Brasil remonta aos primeiros historiadores do tema, que surgiram na segunda metade do século XIX. Refiro-me principalmente a um estudo pioneiro publicado pelo médico e historiador Manuel Duarte Moreira de Azevedo na *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1865.

Afinado com a historiografia conservadora, Moreira de Azevedo pintou o período das Regências, imediatamente anterior à ascensão de D. Pedro II ao trono, como uma fase caótica na qual o Império por pouco não se fragmentou em sabe-se lá quantas repúblicas. Coube a Moreira de Azevedo e outros intelectuais à roda do IHGB legitimar do ponto de vista simbólico a construção do Estado Nacional reafirmando uma Ordem imposta, com boa dose de violência, ao restante do país a partir da corte do Rio de Janeiro. Na perspectiva daqueles autores, com o início do Segundo Reinado surgia uma fase de paz e prosperidade no Brasil, momento em que as lutas políticas haviam finalmente sido banidas para os confins do passado. Para Moreira de Azevedo, este apaziguamento refletia-se na imprensa que, deixando de ser política, tornava-se científica e literária, circunscrevendo-se a tão somente “dirigir e ilustrar a opinião pública” (AZEVEDO, 1865: 169-224).

Mas, ao tratarem de amenidades como modas e literatura, periódicos como o bissemanário do editor Paula Brito se abstinham de falar em política? Ou, formulando melhor a pergunta, comprometidos com o entretenimento de um público leitor eminentemente feminino, estas folhas evitavam se posicionar no cenário político que se desenhava no início do Segundo Reinado, período marcado justamente pela formação dos partidos Liberal e Conservador?

A considerarmos o periódico mantido pelo principal editor em atividade no Rio de Janeiro naquele momento, a resposta é não. E é interessante observar que os leitores e principalmente as leitoras contemporâneas à *Marmota*

seguramente a liam e assinavam conscientes de seu posicionalmente político que, seguindo o de seu editor e impressor, era conservador até a medula. Por conseguinte, se tomarmos a fase de conciliação dos partidos levada adiante pelos Gabinetes conservadores na década de 1850, a *Marmota* falava de modas e de políticas em verso e em prosa, conforme atestam as quadrinhas do poema “Figurinos coloridos n. 33”, seguramente compostas pelo editor Francisco de Paula Brito e publicadas no início de julho de 1854:

Aqui damos *Figurinos*
Coloridos e engraçados
Que pelas nossas leitoras,
Devem ser apreciados.

A moda, que tinha feito
Certa paralização,
É muito de crer que em breve
Sofra grande alteração.

Eu creio que algumas Damas
E que mesmo alguns Senhores
Por moda devem trazer
Vestidos conciliadores

Suponho que termo algum
É mais grato *ao paladar*
Do que – *Conciliação* –
E do que – *Conciliar* –

Moda sendo tudo quanto
Se põe em – ordem do dia –
A conciliação é moda,
E moda de alta valia!

Portanto, belas, é tempo
De ninguém se exasperar:
É moda a – *conciliação* –
É moda o – *conciliar*! –

Quem fundir n’um só partido
Os partidos todos quer,
Se tirar a Sorte Grande,
Oh como grande há de ser!

Porém... nada de porém;
Viva a – *Conciliação* –

O bom soldado obedece
À voz de seu Capitão.⁵

Ou no longo poema intitulado “A Conciliação – Modas”, publicado poucas semanas depois, em cujo trecho transcrito a seguir Francisco de Paula Brito deixava evidente a política editorial de sua *Marmota Fluminense*:

A moda, leitores,
Da Conciliação,
Se espera que vingue
Lá para o verão;

[...]

Agora é que eu vou
Ao fim principal
D’aquilo em que sempre
Primou meu jornal.

Eu vou às Senhoras
Fazer petição
Pra andarem à moda
Da – Conciliação –

[...] ⁶

Não obstante os versos políticos, leitores e leitoras da *Marmota Fluminense* que eventualmente acertassem o enigma por letras proposto por aqueles dias no periódico ganhariam como prêmio a valsa para flauta *Conciliação*, composta por Antonio Xavier da Cruz Lima, professor e instrumentista da Capela Imperial.⁷ Portanto, é importante partirmos do princípio de que a *Marmota Fluminense* na qual José da Silva Maia Ferreira publicou seu poema “O Exilado” no início de junho de 1855, alinhava-se de modo incontestado ao Partido Conservador. Com efeito, considerar a política dos Gabinetes conservadores em relação ao tráfico de escravos africanos naquele momento pode nos ajudar a formular algumas hipóteses sobre a colaboração do poeta no periódico.

⁵ “Figurinos coloridos n. 33”, *Marmota Fluminense*, n. 485, 7 jul. 1854, p. 1.

⁶ “A conciliação – Modas”, *Marmota Fluminense*, n. 489, 21 jul. 1854, p. 1-2.

⁷ “Enigma por letras”, *Marmota Fluminense*, n. 486, 11 jul. 1854, p. 4. Sobre o músico e compositor Antonio Xavier da Cruz Lima: BIBLIOTECA Nacional, 1962: 18.

N. 545.

Domingo 28 de Janeiro

1855.

MARMOTA FLUMINENSE

JORNAL DE MODAS E VARIEDADES

Publica-se, de Terça e Sexta-feira, na **ENSINHA TTD.—DOIS DE DEZEMBRO—** de PAULA HEITO, impressor na Casa Imperial, praça da Consolidação n. 64, onde se assigna a 50 réis por seis meses, pagos sempre adiantados. Na avulso, 80 réis; músicas, e figurões coloridos, gratia aos assignados.

A MAREOTA.

O Sr. Conselheiro Nabuco

Com gesto brando, e com olhar bem fixo
Ao interesse da Pátria, qu'era seu poço,
Com voz d'alma lbe broda, attento prest
Modestas sabias, que a justiça ordena.

Maria Farrelly.

Quando os elogios são merecidos, dizem um grande moralista do século 17., não angustiam a quem eles são feitos, nem rebaixam a quem os faz; mas sendo immoderados, degeneram em lisonja, talvez mesmo em adulação, e é semelhante a esses charcos pestíferos, das exalações são tão corruptas, que ofendem e envenenam o olfato de quem os suporta.

Por esta maxima, toda baseada em pura sabedoria — o film, e Exm. Sr. Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo, actual Director da Justica, pelo muitos e importantes actos que tem praticado durante a sua administração, e que o film tornou-se auctor da sympathia geral, não pôde dar-se por offendido, se no mesmo modesto periodico publicarmos algumas respeitaveis linhas em seu louvor; porque o louvor — além de um dever, é tambem recommendado pela amizade que é S. Ex. Ex. tribuimos.

[illegible]

Apenas tomou conta de sua Repartição, encheu imediatamente em preencher todos esses lugares da Magistratura, que por sua longuidade e poucos rendimentos estavam servidos por interinos leigos, que não podiam por si mesmos decidir de justiça, produziam maiores males, que bens. Com a adminis-

tração do Sr. Nabuco todas as Províncias, todas as Comarcas, todos os Municípios tiveram Empregados letrados, o que a alguns ainda não lhes havia sennetido desde a promulgação da lei das Reformas, publicada em 3 de dezembro de 1811.

Só por este fato, um tal Ministro era criador dos maiores encantos, pois que foi necessário uma vontade de ferro, e um animo decidido, para resolver os nossos jovens, acostumados às delícias de Copacabana, deixarem os prazeres e comédias das capitais para embrenharem-se por lugares contrários, onde a vida é quasi solitária e despidida de encantos.

No entanto não pararam ahí os trabalhos do Excm. Sr. Nabuco. Apenas abertas as Camaras, e pedida a Falia do Throno Reformas Judiciais, ell-o apresentando e sustentando um sábio projecto, que, commo tanto impugnado por alguns legisladores, nem por isso deixa de occorrer disposições as mais uteis, e reclamadas pelas necessidades.

Nessa mesma sessão offereceu a sua lei hypothetica, que immenso bem acarretará sobre o país, não só pelas suas bem pensadas medidas, como por não haver lei alguma que regulasse tão importante materia.

Logo depois de fechada a sessão do ano findo, tratei S. Ex. de fazer os regulamentos para o Tribunal do Commercio, e quando era de creze que procurasse repousar dos luctos parlamentares, incalculavel cunctas essas regulamentares, que devedo ter em brava excepção, harmonisero algumas disposições do mesmoCodigo, que pareciam annuaes, contradictorias e inextinguíveis.

Ainda hoje se discute o Decreto pelo qual o Sr. Nabuco definiu o que fossem Sociedades em Commenda; e com quanto sobre elle tenhamos visto differentes opiniões, para nós é fora de dúvida que, além de legal, é de importante utilidade.

Na penos dias ainda, com penos mol
severos, prohibio a deslocação dos escravos
de umas provincias para outras, e só quem
sabe, quem tem observado as desgraças ora-
cionadas por tal deslocação, é que pôde ava-
liar a importância de semelhante prohibição.
A experiencia indicará quantos bens deve
ella accorralhar-nos.

Ultimamente, ainda por Decreto de 10 de corrente abolio os titulos de residencia, que tendo sido uma medida reclamada, quando assignada no Regulamento de 31 de janeiro de 1812, o tempo mostrou depois ser venturosa e onerosa para os estrangeiros, sem produzir aquelles beneficios que della se esperavam.

E' demais sabido, que S. Exc. occupar-se seriamente em estabelecer um — Forum — onde os plicantes busquem justiça, sem perda de tempo, e grandes sacrificios de dinheiro — melhoramento este que, tendo sido projectado em diferentes mysteriosas, pela calamidade que parece presidir ao progresso do Brasil, ainda não poudo ser realisado. O mesmo Ser. Nabuco acceitando o lugar de membro do Instituto dos Advogados tem prometido elevar a aquelles grão de perificação que morrem, e onde possa prestar grandes serviços; e desde que S. Ex. o promette, por certo que o cumprirá.

Além de tudo isto, tem o Sr. Conselheiro Nabuco dotado o país de umas regulações — para a Casa de Correção, para a Polícia, &c.; — tem mandado organizar Formuleiros, afim de uniformizar o processo, tirando dessa maneira os frequentes pontos de nullidades, tão prejudiciais á acção da justiça, e ainda tem na mente outras muitas medidas da utilidade reconhecida.

E à vista do infeliz istor: qual dos seus predecessores se lhe tem mais avançado e serviços? Qual tem merecido mais do Patria? Oh! o Brasil seria hoje uma das primeiras Nações do Mundo, e não se acharia em tão grande atraso, se depois do anno de 1822 tivesse sempre tido à frente de cada uma de suas repartições um Conselheiro — JOSÉ THOMAS NARDUO DE ARAUJO.

Artigo de tempo.

(40 AMIGO JABOTT).

Oh! que tempo enfiado!
E eu com vontade de escrever-te uma
carta em verso, e a musa, nem para trás,
nem para diante!

Isto é obra de Satanaz!
Tenho vontade de dormir, mas as huxas
a cama, começo a rular... a virar... e não
posso fechar os olhos, porque não tenho for-
ças para lutar com tres inimigos: calor, pol-
sua e monotonia!

Alô!... estou abrasado... o suor corre-me pelas costas como quando se dá de bica. Quero me pôr no andar da ras, mas o chão está tão cernado, o Carovado está envolto em sua capota de nurens, o Pão-de-Asucar cobre a cabeça!... nada... temos tormenta!

Nenhuma viração corre!
As rãs colíham, os passarinhos procura-
ram os verdes ramos como prophetaundo

Ah! que calor!.. que calor!.. Nós não
passamos este anno sem a visita d.^a cholera,
apesar dos immensos esboços que se tem
feito para o asseio da cidade, com a limpeza

A tímida colaboração de Maia Ferreira na *Marmota Fluminense* concentrou-se no primeiro semestre de 1855, período em que foram publicados o poema “O Exilado”⁸ e quando versos do poema “Dedicação ao Exmo. Sr. Adrião Acácio da Silveira Pinto” foram citados como epígrafe em um longo artigo de primeira página dedicado aos feitos do Conselheiro José Tomaz Nabuco de Araújo à frente da pasta da Justiça no Gabinete de 6 de setembro de 1853, por sua vez, chefiado pelo então Visconde de Paraná.⁹ Foi justamente este

⁸ J. M. S. Ferreira, "O Exilado", *Marmota Fluminense*, 5 jun. 1855, p. 3-4.

⁹ “O Sr. Conselheiro Nabuco Ministro da Justiça”, 28 jan. 1855, p. 1.

Gabinete que havia promovido a conciliação entre liberais e conservadores, arranjo político que, como vimos, era festejado em verso, prosa e em notas musicais impressas pelo editor Paula Brito. Como podemos observar na litografia em que Sebastien Auguste Sisson retratou aquela composição ministerial com d. Pedro II ao centro, Paraná e Nabuco de Araújo eram o primeiro e o terceiro ministro a aparecerem da esquerda para a direita.



Figuras 1 e 2 – Maia Ferreira na Marmota Fluminense

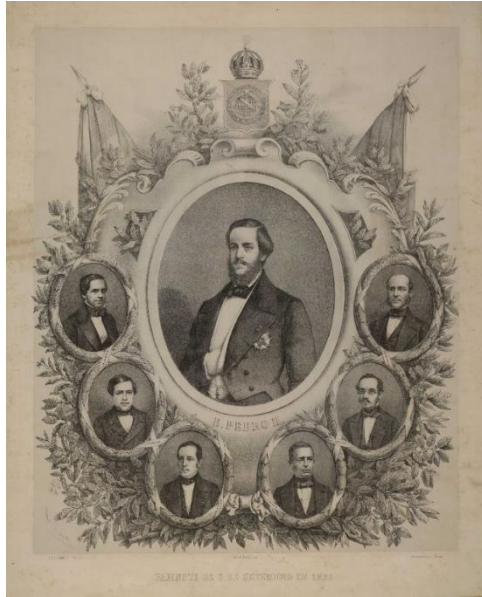


Figura 3 – Gabinete de 6 de setembro de 1853¹⁰

Por outro lado, não há registros de que *Esponsaneidades da minha alma*, volume de versos de Maia Ferreira publicado em Luanda em 1849, estava entre os livros à venda na livraria do editor fluminense. Porém, a colaboração de Maia Ferreira na *Lísia Poética* de José Ferreira Monteiro fez dele um vate conhecido entre leitoras e leitores brasileiros, ao menos desde fins da década de 1840.¹¹ O que justifica o fato de *Esponsaneidades da minha alma* estar à venda por módicos 640 réis aos estudantes da Faculdade de Direito, bem como aos demais frequentadores da Livraria da Rua Direita em São Paulo, conforme anunciado no *Correio Paulistano*, em abril de 1854.¹² Ou seja, havia leitores para os poemas de Maia Ferreira para além do Rio de Janeiro.

¹⁰ SISSON, Sebastien Auguste. *Gabinete de 6 de setembro de 1853*, s. d. Disponível em Biblioteca Digital Luso-Brasileira: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/25215?locale-attribute=pt_BR [Acesso em 31 mar. 2023].

¹¹ “Sairão a luz os n. 16 e 17 da *Lísia Poética*, contendo: Bernardim Ribeiro. Por Antonio Pereira da Cunha; O velho mendigo, por Antonio Pereira da Costa Jubim; Improviso, por José da Silva Maria Ferreira”. “Obra publicada”, *Crônica Literária*, Rio de Janeiro, 1850, p. 352.

¹² “Grande diminuição dos preços! Livraria da Rua Direita, n. 3”, *Correio Paulistano*, 26 abr. 1854, p. 4.

Tabela 1 – Relação dos livros à venda na Livraria da Rua Direita n. 3, em São Paulo (1854)	
Título	Preço (réis)
<i>História do três corcovados de Setúbal</i>	240
<i>Livro do Infante D. Pedro de Portugal o qual andou as sete partidas do mundo</i>	240
<i>Farsa intitulada do Manuel Mendes</i>	120
<i>Taquigrafia de Taylor, 2a edição</i>	160
<i>Cartas patrióticas oferecidas aos cidadãos brasileiros em defesa do sistema de governo monárquico representativo e constitucional por eles jurada</i>	320
<i>Dez anos da vida d'uma mulher, ou os maus conselhos, drama em cinco atos</i>	640
<i>Discursos de Marco Túlio Cícero</i>	640
<i>Espontaneidades da minha alma; poesias dedicadas às senhoras africanas</i>	640
<i>Viagem de José II, ou os salteadores de Mulbergen</i>	400
<i>Informação e notícia sobre o tratamento da morfeia</i>	320
<i>O filho extravagante, ou lição para os pais, comédia em 3 atos</i>	600
<i>Antonio e Olímpia, ou a Caverna de Strozzi</i>	320
<i>Frederico e Fanny, ou o Alquimista do século XIX</i>	160
<i>História das mulheres que se tem tornado célebres por seus amores, galanterias, fraquezas e caprichos</i>	640
<i>Henriquinho e seu criado Boosy</i>	160
<i>A ciência do bom homem Ricardo, ou meios de fazer fortuna, Franklin</i>	160
<i>Arte de conhecer os homens</i>	80
<i>Arminda e Teotônio ou a consorte fiel, novela</i>	240
<i>Geraldino ou os efeitos da sensualidade, conto moral</i>	240
<i>Comédia nova intitulada a Glória Lusitana</i>	120
<i>Novo entremez do miserável</i>	120
<i>Novo entremez intitulado O esposo fingido</i>	120
<i>A fidelidade e a inocência, ou o cão de Montargis</i>	60
<i>Maria Tudor de Vitor Hugo e o Manto da Viúva de Mr. Alexandre Dumas – 1 grande volume</i>	1000

<i>O imperador José II na Transilvânia ou o prêmio da virtude e a punição do crime, drama em 3 atos</i>	600
<i>A tomada de Santarém por D. Afonso Henriques, drama em 3 atos</i>	600
<i>Confissão geral de um marujo chamado Vicente e o que ele passava com o confessor</i>	240
<i>Catecismo do aprendiz maçom</i>	120
<i>Os dois abraços, ou os últimos dias de um condenado à morte, por Burgain</i>	160
<i>Misantropia e arrependimento, drama em 5 atos</i>	600
<i>Bernardices vulgarizadas às principais classes da sociedade</i>	640
<i>A montanha das misérias</i>	80
<i>Último adeus de Washington à nação americana, ou Evangelho político dos Estados Unidos da América</i>	240

Fonte: *Correio Paulistano*, 26 abr. 1854, p. 4

No início dos anos 1850, a Livraria da Rua Direita recebia com frequência remessas de livros da Europa cujas caixas, uma vez desembarcadas nos portos do Rio de Janeiro ou Santos, subiam a serra rumo ao planalto seguramente bem atadas nos lombos das mulas.¹³ Por conseguinte, para além de comprar, por exemplo, compêndios de Direito Romano, na Livraria da Rua Direita podia-se também alugar romances “dos mais modernos e dos melhores tais como – *Memórias de um médico, Dama de Monsoreau, as Duas Dianas*”, todos de Alexandre Dumas.¹⁴ Ao considerarmos o exemplo de *La dame de Monsoreau*, publicado em folhetim no jornal *Le Constitutionnel* e em livro entre 1845 e 1847, os paulistas tinham à disposição para alugar na Livraria da Rua Direita o que, de fato, havia de mais moderno em termos de literatura.¹⁵ Ademais, como demonstra a segunda edição do *Dicionário da Língua Portuguesa* de

¹³ “Livros vindos da Europa em direitura à Livraria da Rua Direita n. 3”, *Correio Paulistano*, 25 jul. 1854, p. 4. “Livros recentemente chegados da Europa à Livraria da Rua Direita n. 3”, *Correio Paulistano*, 14 ago. 1854, p. 1.

¹⁴ “Livraria rua Direita n. 3”, *O Governista*, São Paulo, 12 abr. 1851, p. 4; 14 abr. 1851, p. 4. “Livraria da Rua Direita: Direito Romano”, *Correio Paulistano*, 20 set. 1854, p. 4; 21 set. 1854, p. 4.

¹⁵ Informações sobre a publicação de *La Dame de Monsoreau* estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional Francesa: https://data.bnf.fr/18026979/alexandre_dumas_la_dame_de_monsoreau/. [Acesso em 1 abr. 2023].

Eduardo de Faria, o comércio livreiro entre São Paulo e Lisboa podia ser intenso. O que nos ajuda a entender um pouco melhor as dinâmicas mercantis que explicam os motivos pelos quais encontramos as *Espontaneidades da minha alma* entre os livros à venda na Livraria da Rua Direita. Obra volumosa, portanto, cara, o *Dicionário* anunciado em fins de janeiro de 1852 estaria em São Paulo possivelmente em oito ou dez semanas, uma vez que “por todo mês de março futuro chegará de Lisboa”.¹⁶

Entretanto, o que caracteriza o conjunto dos livros à venda na Livraria da Rua Direita anunciados juntamente com o volume de versos de Maia Ferreira era, ao contrário do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Eduardo de Faria, o preço extremamente baixo. Além de alugar romances modernos e comercializar compêndios e dicionários sisudos e caros, a Livraria da Rua Direita também anuncia pelos jornais as “pechinchas”, a exemplo da “coleção de 50 novelas, poesias, peças teatrais e historietas por 6\$000”.¹⁷ Com efeito, se observarmos mais de perto algum dos livros anunciados ao lado das *Espontaneidades de minha alma*, encontramos uma seleção semelhante, composta principalmente de entremezes, dramas, comédias, folhetos e cordéis, boa parte impressa em Lisboa. Folhetos baratíssimos como a *História jocosa dos três corcovados de Setúbal*, *Lucrécio*, *Flávio* e *Juliano onde se descreve a equivocação graciosa de suas vidas escrita por um curioso lisbonense*, primeiro título do conjunto à venda em São Paulo por apenas 240 réis.¹⁸ Neste caso, de acordo com Márcia Abreu, “os textos de cordel português, vendidos a baixo preço, nos locais públicos das cidades e vilas, atingiam um público amplo e de condição econômica bastante diversificada.”¹⁹

Portanto, considerar que o volume *Espontaneidades da minha alma* era vendido a 640 réis, tendo sido anunciado ao lado de livros e folhetos igualmente baratos, permite-nos desconfiar que, se Maia Ferreira podia não ser um poeta popular, ao menos seria um poeta acessível a todos os bolsos. Isso

¹⁶ “O dicionário todo compor-se-á de dois volumes em fólio encadernados contendo de 1200 a 1300 folhas [...] o seu custo será de 24\$000 para os senhores assinantes e de 30\$000 para os que não forem”. “Dicionário da Língua Portuguesa”, *O Mercantil*, São Paulo, 24 jan. 1852, p. 3-4.

¹⁷ “Anúncios: Grande Pechincha”, *Correio Paulistano*, 9 out. 1854, p. 4.

¹⁸ Lisboa: Impressão de Galhardo e Irmãos, 1842.

¹⁹ ABREU, 1993: 250.

porque, por aquela época, 640 réis equivaliam, por exemplo, ao preço da libra da manteiga ou o jornal diário de um bom escravo de ganho no Rio de Janeiro.²⁰

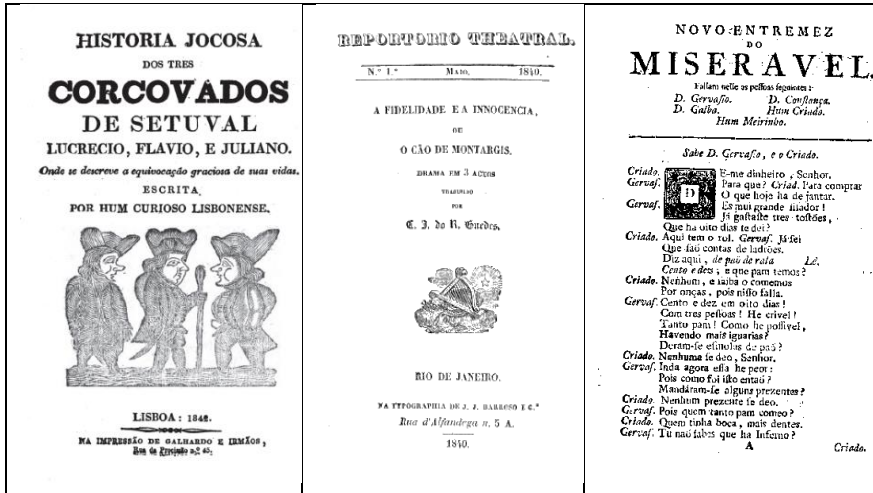


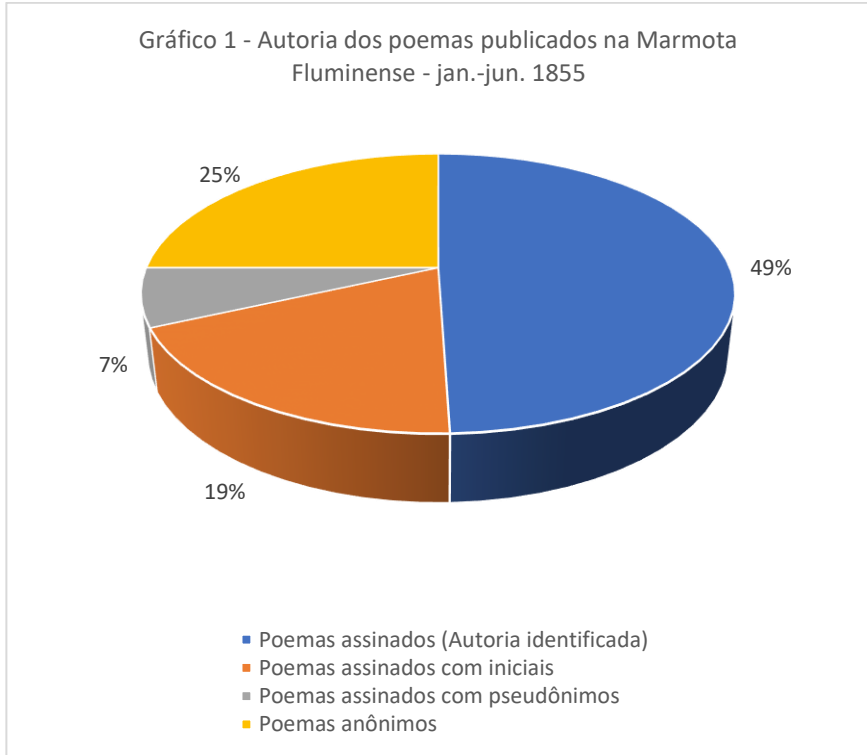
Figura 3 – Alguns dos títulos à venda na Livraria da Rua Direita, em abril de 1854

Todavia, ainda assim, a colaboração de Maia Ferreira na *Marmota Fluminense* no primeiro semestre de 1855 foi, como observado, bastante tímida. Principalmente ao levarmos em conta que entre janeiro e junho daquele ano circularam ao todo 58 edições do periódico, nas quais foram publicados 383 poemas, dos quais 190 foram assinados, sendo que os demais se subdividem entre os anônimos (96), os assinados apenas com as iniciais de seus autores (72) e os assinados com pseudônimos (26). Em matéria de prosa de ficção quem dominou as colunas da *Marmota Fluminense* no primeiro semestre de 1855 foi Joaquim Manuel de Macedo com a publicação em série dos romances *A carteira do meu tio* e *O Forasteiro*.²¹ Já em termos de poesia destacaram-se os autores do século XVIII, sobretudo em virtude da publicação em fascículos

²⁰ “Um bom escravo”, *Diário do Rio de Janeiro*, 5 jul. 1856, p. 3. “Cebolas e alhos”, *Diário do Rio de Janeiro*, 8 out. 1854, p. 3. “Vende-se”, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1850, p. 4.

²¹ Os romances de Joaquim Manuel de Macedo foram publicados simultaneamente no periódico do editor Paula Brito. Ver, por exemplo, “A carteira do meu tio”, *Marmota Fluminense*, 19 jan. 1855, p. 1-2. “O Forasteiro”, *Marmota Fluminense*, 4 fev. 1855, p. 1-2.

do *Uruguai* de Basílio da Gama e de uma tradução das fábulas em verso do espanhol Tomás de Iriarte.²²



Entre os contemporâneos do poeta angolano, quem se destacou pelo número de poemas publicados na *Marmota Fluminense* foi Beatriz Francisca de Assis Brandão, Francisco Eleutério de Souza, José Albano Cordeiro, José Antonio dos Santos Cortiço e o Dr. Symphronio Olympio Álvares Coelho. Por meio de uma rápida consulta no *Almanak Laemmert* sabemos, por exemplo,

²² O *Uruguai* circulou entre março e abril de 1855. “Achando-se esgotada a edição do – *Uruguai* – poema do bem conhecido literato José Basílio da Gama – lembrou-nos o nosso dedicado amigo o Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre que seria conveniente fazermos dele uma reimpressão e, por isso desejosos, como sempre, de agradar aos nossos assinantes e acionistas, principiamos hoje a vulgarizar essa obra tão pequena pelo número dos seus versos e tão grande pelo seu incontestável merecimento!” *Marmota Fluminense*, 9 mar. 1855, p. 2. Já as Fábulas de Iriarte foram publicadas entre março e maio daquele ano. Ver “Fábulas de Iriarte: o macaco e o maramoteiro (sic)”, *Marmota Fluminense*, 27 mar. 1855, p. 4.

que Santos Cortiço estava entre os Negociantes Estrangeiros sediados no Rio de Janeiro, ao passo que o Dr. Symphronio, além de versejar, era segundo cirurgião do Exército de sua Majestade.²³ Trata-se de um grupo composto em boa medida por poetas diletantes que, sem embargo de terem agradado alguns leitores e leitoras no século XIX, foram legados ao esquecimento, sendo sumariamente excluídos do cânone da Literatura Brasileira. Cumpre destacar, no entanto, a exceção encarnada no jovem Joaquim Maria Machado de Assis que, ao lado de Maia Ferreira, igualmente aparece de modo acanhado na relação dos colaboradores da *Marmota Fluminense* no primeiro semestre de 1855.²⁴

Contudo, o emprego da palavra “colaborador” pode ser um tanto problemático, uma vez que, a exemplo dos “A pedidos” nos jornais de grande circulação no Rio de Janeiro, poderíamos encontrar aqueles que certamente pagavam ao editor Francisco de Paula Brito pela publicação de seus versos na *Marmota Fluminense*. As pesquisas de Alessandra El Far sobre os bilhetes de amor publicados na seção “A pedidos” do *Jornal do Commercio* nos ajudam a refletir sobre os poemas com dedicatória publicados na *Marmota Fluminense*, a exemplo do “Mote dedicado a Ilma. Sra. D. H”, poema anônimo que apareceu no periódico em abril de 1855.²⁵ No outro extremo, encontramos poetas reconhecidos que integraram projetos editoriais de Francisco de Paula Brito. A exemplo da então célebre Beatriz Francisca de Assis Brandão, cujos versos publicados na *Marmota Fluminense* foram recolhidos em livros impressos e vendidos pelo editor.²⁶

²³ “Negociantes estrangeiros”, in: LAEMMERT, 1865: 505; “Ministério da Guerra”, in: LAEMMERT, 1856: 251.

²⁴ Localizei quatro poemas assinados por “J. M. M. de Assis” publicados na *Marmota Fluminense* no primeiro semestre de 1855, “A Saudade O. D. C. ao meu primo o Sr. Henrique José Moreira” (n. 564, 20 mar. 1855, p. 5), “Saudades Ao Ilmo. Sr. F. G. Braga” (n. 578, 1 mai. 1855, p. 4), “Júlia” (n. 583, 18 mai. 1855, p. 4), “Lembrança de amor” (n. 587, 1 jun. 1855, p. 3-4).

²⁵ “Anjo, mulher, ou deidade / Imagem de perfeição, / Tu, por quem meu coração / Sofre cruel ansiedade...” Mote dedicado à Ilma. Sra. Dr. H. *Marmota Fluminense*, 24 abr. 1855, p. 3. EL FAR (2017).

²⁶ “*Cantos da mocidade* pela Exma. Sra. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão. Poetisa brasileira, muito conhecida, e de cujas engenhosas composições o público tem há muito perfeito conhecimento. Contém este volume 86 poesias, quase todas de subido merecimento, e que devem ser muito apreciadas. Preço 3\$000”. *Marmota Fluminense*, 10 nov. 1857, p. 4. Em 1830, Beatriz Francisca de Assis Brandão já era alcunhada de “erudita brasileira” no *Parnaso Brasileiro* do Cônego Januário da Cunha Barbosa. Ver BARBOSA, 1830. Sobre a poeta, ver também PEREIRA, 2009.

Por outro lado, há evidências de colaborações gratuitas, como demonstram as inúmeras respostas em verso às charadas e motes publicados no periódico, por sua vez, enviadas de diversas províncias do Império. Como exemplifica o mote relativo à Guerra da Crimeia, que, naquele momento, mobilizava a opinião pública – *As potencias do Ocidente / com as águias e os leões / ou tomam Sebastopol / ou deixam de ser nações*. Além de publicar os versos, Paula Brito oferecia o *Ensaio Corográfico do Brasil* como prêmio ao melhor glosador.²⁷

Ainda assim, uma vez traçado este cenário, permanecem obscuras as circunstâncias nas quais se deu a publicação dos versos de Maia Ferreira na *Marmota Fluminense*, ou mesmo a natureza das relações estabelecidas entre o primeiro poeta a publicar um volume em Luanda e o editor Francisco de Paula Brito, no Rio de Janeiro. Porém, havia um tema que seguramente afastava o poeta e o editor nos primeiros anos da década de 1850: o tráfico de africanos.

III

Aparentemente do nada, dois anos após a morte da mãe de Pedro da Maia, Manoel Monforte começou a frequentar os camarotes do Teatro de São Carlos juntamente com Maria, a sua bela filha. Gente abastada, há pouco eles haviam chegado à cidade e se instalado no primeiro andar em um palacete nos Arroios. Não demorou muito para que Maria despertasse a curiosidade dos rapazes de Lisboa os quais, ávidos por informações sobre a beldade, começaram a cercar o edifício e a subornar sua criadagem. Nas primeiras investidas descobriu-se tão somente que o velho Manoel, que passava o dia a ler novelas, tremia diante da filha. Por conseguinte, foi só depois de uma devassa que a verdade sobre a família, finalmente, veio à tona:

E souberam-se horrores. O papá Monforte era dos Açores; muito moço, uma facada n'uma rixa, um cadáver a uma esquina, tinham-no forçado a fugir a bordo de um brigue americano. Tempos depois um certo Silva, procurador da casa de Taveira, que o conhecera nos Açores, estando na Havana a estudar a cultura do tabaco que os Taveira queriam implantar nas Ilhas encontrara lá o Monforte (que na verdade se chamava Forte) rondando pelo cais, de chinelas de esparto, à procura de embarque para Nova Orleans. Aqui havia uma treva na história do Monforte. Parece que servira algum tempo de feitor n'uma plantação da Virgínia... Enfim, quando reapareceu à face dos céus comandava o

²⁷ “Chegada do pacote”, *Marmota Fluminense*, 12 dez. 1854, p. 1.

brigue *Nova Linda*, e levava cargas de preto para o Brasil, para a Havana e para Nova Orleans.

Escapara aos cruzeiros ingleses, arrancara uma fortuna da pele do africano, e agora rico, homem de bem, proprietário, ia ouvir a Corelli a São Carlos. Todavia esta terrível crônica, como dizia o Alencar, obscura e mal provada, claudicava aqui e além...²⁸

Os Maias de Eça de Queirós foi publicado no Porto, em 1888. Por intermédio de um exercício de se historicizar a imaginação do romancista, é plausível situar o momento em que Pedro da Maia conheceu Maria Monforte no início da década de 1850. Por conseguinte, a atuação do açoriano Manuel Forte como um bem-sucedido traficante de africanos escravizados que escapou à pressão inglesa contra o infame comércio, teria se desenrolado entre anos 1820 e 1840. Por certo, não há registros históricos sobre o brigue *Nova Linda* com o qual a personagem ficcional fez fortuna traficando gente para os principais portos negreiros do Atlântico – no Brasil, Estados Unidos e Cuba. No entanto, em termos empíricos, existiram as escunas *Linda* e *Linda Africana* que, hasteando as bandeiras brasileira e portuguesa, contrabandearam homens, mulheres e crianças de carne e osso em 1843 e 1818, respectivamente.²⁹

Não obstante, esta passagem do romance de Eça de Queirós constitui-se uma fonte admirável, sobretudo no que diz respeito às transformações históricas na imagem social dos traficantes de africanos no decorrer do século XIX. No caso brasileiro, representação semelhante pode ser lida em “O testamento falso”, “conto romântico” de Joaquim Norberto de Souza e Silva publicado em série no periódico *O Beija-Flor*, entre abril e julho de 1849. De acordo com a narrativa, em um sarau promovido por Anselmo Rodrigues em sua residência no largo da Lapa, no Rio de Janeiro, festejavam-se os anos de sua esposa. Todavia, quem reinava no salão era a filha do casal, Margarida, que, com seus belos olhos negros, atraía todos os olhares, inclusive os de Manuel Luiz de Faria, personagem que durante o baile disputava a atenção, as danças e as contradanças da donzela:

Já se havia dançado, e muito, e acerca dela se ocupavam todos; a cerca dela, a um canto da casa, conversava seu pai com Manuel Luiz de Faria, negociante

²⁸ QUEIRÓS, 1888: 27-28. Disponível online na Biblioteca Nacional de Portugal: <https://purl.pt/23/4/>. [Acesso em 2 abr. 2023].

²⁹ Informações sobre as embarcações disponíveis no portal do *Slave Voyages Data Base*: <https://www.slavevoyages.org>. [Acesso em 02 abr. 2023].

português, estabelecido há poucos anos no país, negreiro, contrabandista, ambicioso de riqueza, e ávido de todas as honras criadas pela sociedade e por ele prostituídas pelo sacerdote de Pluto...

Sem ter perdido aquelas maneiras rústicas, os modos selvagens, seus ademanes grotescos contraídos desde o nascimento, procurava, contudo, polir-se conchegando-se àqueles cujas maneiras atrativas lhe serviam de estudo; era a bela Margarida o objeto de sua atenção, e gosto era vê-lo dirigir-se à interessante menina, que o desdenhava, que o aborrecia de morte.³⁰

As convergências entre as biografias das personagens literárias Manoel Forte e Manuel Luiz de Faria podiam não ser acidentária. As tintas com as quais ambos os Manuéis eram pintados como arrivistas que, ao enriquecerem com o tráfico negreiro, buscavam um lugar ao sol na boa sociedade brasileira e portuguesa encontravam lastro na realidade. Em janeiro de 1854, em um artigo publicado no influente periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, M. O. de L. Werneck, “jovem filho de um dos mais importantes fazendeiros da província do Rio de Janeiro”, propagandeava as maravilhas do café em contraposição ao cultivo da cana de açúcar. Em determinado momento do texto, o jornalista descrevia os traficantes de africanos em tons muito parecidos aos empregados nas narrativas literárias lidas acima:

Existia um tratado sobre a extinção da escravatura, e esse tratado foi violado pelos próprios homens da administração e pelos influentes do dia; vastos estabelecimentos se fundaram na Costa d’África, que se prendiam a outros iguais até nos arrabaldes da capital do Império; o traficante de escravos teve distinto acolhimento nos nossos primeiros círculos, vivia no fausto e na grandeza, rodava em magníficas equipagens, comprava títulos e brasões, e de miserável aldeão do Alentejo ou da Beira constituía-se grande senhor e verdadeiro potentado entre nós!³¹

Em 1854, meses antes dos versos de Maia Ferreira aparecerem na *Marmota Fluminense* do editor Paula Brito tal distinção já havia desaparecido. De acordo com as pesquisas de Jaime Rodrigues, nos anos em que se acentuou a repressão ao comércio transatlântico de escravizados, os traficantes

³⁰ Joaquim Norberto de Souza e Silva, “O testamento falso: conto romântico”, *O Beija-Flor: jornal de instrução e recreio*, Rio de Janeiro, n. 2, 14 abr. 1849, p. 3. A narrativa também é analisada por KODAMA, 2008.

³¹ M. O. de L. Werneck, “O café na província do Rio de Janeiro”, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, jan. 1854, p. 276.

portugueses se transmutaram diante da opinião pública brasileira, passando de “comerciantes ricos e influentes a piratas vorazes e indignos de se manterem no país”. Ou seja, começaram a ser malvistas e malquistos nos tribunais, na imprensa e no parlamento imperial. Na medida em que os fazendeiros de café foram implicitamente anistiados pela posse de africanos ilegalmente desembarcados no Império, os traficantes passaram a responder criminalmente pelas apreensões cada vez mais frequentes de navios negreiros, sendo em alguns casos expulsos do país – “a maior parte, ou melhor, os maiores traficantes, porém, transferiram-se para Cuba, onde o tráfico era permitido e assim se manteria até 1860” (RODRIGUES, 2000: 127; 137).

Deste modo, já em fins dos anos 1840, jornais como *O Filantropo* abriam fogo cerrado contra os “contrabandistas de carne humana”:

Para nós um *contrabandista* da liberdade dos africanos, é um réprobo, cujos atos se inscrevem com letras sulfúreas nas cavernas do inferno. Desprezo perpétuo a esses condenados da terra, e maldição às suas almas na vida ulterior!... Quando passar por nós um desses, cusparamos-lhes sobre as fronteiras, e que eles, cobertos do luxo e da riqueza que lhes proporciona um tal tráfico, se achem de contínuo imergidos no mar tumultuoso de seus remorsos!³²

Publicado no Rio de Janeiro por um grupo bastante coeso, este jornal recebia apoio financeiro do Foreign Office de Londres. De acordo com Beatriz Mamigonian, “a publicação do *Filantropo*, a partir de abril de 1849, lançava uma campanha de formação de opinião favorável à abolição do tráfico e à emancipação gradual” (MAMIGONIAN, 2017: 230). Até aquele momento, o Partido Conservador, do qual o editor Paula Brito era ferrenho correligionário, defendia o tráfico negreiro de peito aberto fosse na Câmara, no Senado ou em seus inúmeros jornais. Porém, a crescente pressão da marinha inglesa o forçou a mudar de posição. Em seu estudo sobre a imprensa e o tráfico de escravos africanos no Brasil, Alain El Youssef demonstrou de que modo essa mudança foi colocada na conta da opinião pública que, acrescento, voltava-se contra os traficantes.³³

Não obstante desfrutasse dos serviços de africanos e africanas livres, Francisco de Paula Brito, por sua vez, filho e neto de escravos libertos, era bastante

³² “O Brasil colonizador”, *O Filantropo*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1849, p. 3.

³³ YOUSSEF, 2016: 293.

crítico do tráfico transatlântico de escravizados. Para o editor, tráfico ilegal de africanos e exclusão de cidadãos de cor do Império eram temas correlatos, como ele denunciava em versos contundentes publicados em seu jornal *A Mulher do Simplício ou A fluminense exaltada*, ainda em dezembro de 1840:

Teremos de ver os povos,
E algumas autoridades,
Traficando em negros novos,
Que nas vilas e cidades
As classes mesclando vão?
Ora o homem tem razão.

Ou a Lei será banida,
Que proíbe a traficância,
Para então ser permitida
Essa, filha da ignorância,
Desumana escravidão!
Ora, o homem tem razão.³⁴

Exatos quatorze anos depois, o editor fazia um balanço satisfeito das iniciativas antitráfico levadas adiante pelo Gabinete de 6 de setembro de 1853, como sabemos, chefiado pelo Visconde de Paraná e tendo o Conselheiro Nabuco à frente do ministério da Justiça. No esteio da vontade e do compromisso do governo imperial em fazer valer a lei Eusébio que extinguiu o tráfico, o início dos anos 1850 caracterizou-se pela repressão efetiva ao desembarque de africanos no Império:

Hoje faz três anos que desembarcou o último navio negreiro nas costas do Brasil (isto por um descuido)! Seguiu-se o gabinete atual com a força de energia que de todos é conhecida, e o Sr. Paraná deu a última demão com a lei que apresentou no Senado este ano. O gabinete atual perseguiu mesmo até os que supunha, e verificou depois, que entretinham relações com África e Cuba. Com algum trabalho se tem destruído tentativas combinadas, e o tráfico pode-se dizer aniquilado! E que de bens têm vindo ao Brasil por tal cessação! [...].³⁵

³⁴ “Ora o Homem Tem Razão”, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, 23 dez. 1840, p. 4. Analiso este poema de modo mais detido em: GODOI, 2016: 167-169.

³⁵ “O tráfico de africanos”, *Marmota Fluminense*, 29 dez. 1854, p. 1.

Paula Brito certamente se referia ao projeto de lei apresentado pelo Visconde de Paraná na sessão do Senado de 16 de setembro de 1853.³⁶ Enfaticamente recomendado pelo imperador na Fala do Trono de abertura da Assembleia Legislativa no ano seguinte,³⁷ o projeto de lei tratava da competência dos auditores de Marinha para processar e julgar os réus mencionados no artigo 3.º da Lei n.º 581 de 4 de setembro de 1850 – ou seja, capitães, pilotos, contramestres, a equipagem e todos os que “coadjuvarem no embarque de escravos no território brasileiro”.³⁸ Entretanto, para o nosso caso, era notável o modo como o editor igualmente comemorava o empenho do Gabinete em perseguir os traficantes que continuavam atuando em Cuba.

Ora, como demonstra Leonardo Marques, José da Silva Maia Ferreira esteve entre os traficantes luso-angolanos que, impedidos de operar no mercado brasileiro, imediatamente voltaram-se para o ainda promissor mercado cubano de escravizados. Para tanto, estabelecendo-se em Nova York no início daquela década. Ainda de acordo com Leonardo Marques, no contexto em que seus versos foram escritos e publicados na *Marmota Fluminense*, Maia Ferreira encontrava-se nos Estados Unidos foragido das autoridades de Benguela justamente em virtude do seu envolvimento com o tráfico de seres humanos.³⁹

Não localizei evidências do quanto isso era público no Rio de Janeiro. Assim, encerro arriscando que, embora seja no mínimo paradoxal que um artigo dedicado ao Conselheiro Nabuco trouxesse em sua epígrafe versos de Maia Ferreira, pode ser plausível considerar que o apoio irrestrito da *Marmota Fluminense* à política de combate ao tráfico levada adiante pelos conservadores em certa medida pode ter cerrado suas colunas a um poeta-traficante.

³⁶ *Anais do Senado do Império do Brasil*, Sessão de 16 de dezembro de 1853, p. 254. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1853/1853%20Livro%202.pdf. [Acesso em 3 abr. 2023].

³⁷ “O meu governo continua a exercer na repressão do tráfico a mais ativa e enérgica vigilância, empregando os meios de que pode dispor para extinguir este abominável comércio; e os seus esforços têm sido até agora coroados de feliz resultado. / Recomendo-vos o projeto de lei, iniciado nos últimos dias da sessão passada, que tem por fim tornar mais eficaz esta repressão”. *Anais do Senado do Império do Brasil*, Sessão imperial de abertura em 7 de maio de 1854, p. 15.

³⁸ Lei n.º 581 de 4 de setembro de 1850 – Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. In: *COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1850, 1851*: 267.

³⁹ MARQUES, 2015.

Referências

Jornais e Periódicos

- Correio Paulistano*, São Paulo, 1854.
Crônica Literária, Rio de Janeiro, 1850.
Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 184-1856.
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1850.
Marmota Fluminense, Rio de Janeiro, 1854-1855
O Auxiliador da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1854.
O Beija-Flor, Rio de Janeiro, 1849.
O Filantropo, Rio de Janeiro, 1849
O Governista, São Paulo, 1851.
O Mercantil, São Paulo, 1852.

Bibliografia

- ABREU, Márcia (1993). *Cordel português, folhetos nordestinos: um estudo histórico-comparativo*. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Campinas: IEL, Unicamp.
- (1853). *ANAIS do Senado do Império do Brasil*. Sessão de 16 dez.
- (1854). *ANAIS do Senado do Império do Brasil*. Sessão imperial de abertura em 7 mai.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1865). Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 2: 28 (out.-dez.).
- BARBOSA, Januário da Cunha (1830). *Parnaso Brasileiro, ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional.
- BIBLIOTECA Nacional (1962). *Música no Rio de Janeiro Imperial, 1822-1870*. Rio de Janeiro: BNRJ.
- BROCA, Brito (1979). “Paula Brito: Mecenaz pobre”. In: *Românticos, Pré-Românticos, Ultrarromânticos: Vida Literária e Romantismo Brasileiro*. São Paulo: Polis, Instituto Nacional do Livro.
- (1851). *COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.
- EL FAR, Alessandra (2017). Bilhetes de namoro abertos ao público: mensagens e encontros às escondidas anunciados no *Jornal do Commercio* (década de 1870). *Revista Brasileira de História*. 37, 13-32.

- FINKELSTEIN, David (2002). *The House of Blackwood: Author-Publisher Relations in the Victorian Era*. Pensilvânia: Pennsylvania State University Press.
- GODOI, Rodrigo Camargo de (2016). *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp.
- GREENSPAN, Ezra (2000). *George Palmer Putnam: Representative American Publisher*. Pensilvânia: Pennsylvania State University Press.
- (1842). *HISTÓRIA jocosa dos três corcovados de Setúbal, Lucrecio, Flávio e Juliano onde se descreve a equivocação graciosa de suas vidas escrita por um curioso lisbonense*. Lisboa: Impressão de Galhardo e Irmãos.
- KODAMA, Kaori (2008). Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Revista Brasileira de História*. 28, 407-430.
- LAEMMERT, Eduardo (1856). *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.
- LAEMMERT, Eduardo (1865). *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1865*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. (2017). *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MARQUES, Leonardo (2015). Um último triângulo notório: contrabandistas portugueses, senhores cubanos e os portos norte-americanos na fase final do tráfico transatlântico de escravos, 1850-1867. *Afro-Ásia*. 45, 45-83.
- MARQUES, Wilton José (2022). *Machado de Assis e as primeiras incertezas: a formação literária, o poema inédito e o malogro do primeiro livro*. São Paulo: Alameda Editorial.
- MASSA, Jean-Michel (1971). *A Juventude de Machado de Assis (1839-1870): Ensaio de Biografia Intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MOLLIER, Jean-Yves (1999). *Louis Hachette (1800-1864): Le fondateur d'un empire*. Paris: Fayard.
- PEREIRA, Cláudia Gomes Dias Costa (2009). *Contestado Fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Tese (Doutorado em Letras). Belo Horizonte: UFMG.
- QUEIRÓS, Eça de (1888). *Os Maias: episódios da vida romântica*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Casa Editora Lugan & Genelioux Sucedores.
- RAMOS JR., José de Paula; DEAECTO, Marisa Midori; MARTINS FILHO, Plínio, Orgs. (2010). *Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras*. São Paulo: Edusp, Com-Arte.
- RODRIGUES, Jaime (2000). *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp; Cecult.

- SIMIONATO, Juliana (2010). “A *Marmota* de Paula Brito”. In: RAMOS JR., José de Paula; DEAECTO, Marisa Midori; MARTINS FILHO, Plínio, Orgs. *Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras*. São Paulo: Edusp, Com-Arte.
- VERÍSSIMO, José (1969). *História da Literatura Brasileira: De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- YOUSSEF, Alain El (2016). *Imprensa e escravidão: Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios.

De poeta a agente consular da mal-afamada

“companhia portuguesa”:

os vínculos entre José da Silva Maia Ferreira

e a comunidade mercantil luso-brasileira

em Nova York na década de 1850

Gilberto da Silva Guizelin

U. Federal do Paraná

1. Introdução: acerca da familiaridade de Maia Ferreira com o comércio atlântico de escravizados

José da Silva Maia Ferreira, apontado como um dos fundadores da literatura angolana, uma vez que, como bem lembra Anabela Cunha, foi o “primeiro poeta «angolano» a publicar uma obra lírica em verso”, sob o título *Espontaneidades da Minha Alma: Às Senhoras Africanas*, que é, “ao mesmo tempo, primeira obra impressa em Angola” (CUNHA, 2011: 129)¹, vinda a público por volta de 1849 ou 1850 pela prensa do *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, nasceu a 7 de junho de 1827, em Luanda, Angola, no seio de uma reputada família “angolense”² de comerciantes de escravos. Sua mãe, Dona Ângela de Medeiros Matoso Maia, vinha da “muito antiga e nobre

¹ Ver ainda SOARES, 2001.

² Formulação identitária e de memória elaborada no final do século XVIII pela elite de Luanda e correntemente usada ao longo do século XIX. Para maiores informações sobre a construção e utilização do conceito ver SANTOS, 2007.

família” (LEMOS, 1969: 189) dos Matoso de Andrade e Câmara; quiçá, “uma das mais antigas famílias radicadas na Província de Angola desde o alvorecer do século XVIII” (CARDOSO, 1967: 311). A história dos Matoso de Andrade e Câmara está indistintamente atrelada à história do tráfico de escravos de Angola para o Brasil. Não obstante, eles eram ainda ligados por uma vasta rede de matrimônios e negócios mercantis com os Queirós Coutinho, os Carvalho de Menezes, os Brito Pires, os Garrido, os Pinheiro Falcão entre outras famílias. Todas elas, como sublinha Alberto Lemos, “proprietárias das Casas Grandes da cidade de Luanda e da maioria das fazendas agrícolas do Bengo, Dande, Cuanza e Lucala, de que subsistem faustosos vestígios” (LEMOS, 1969: 195-6). O pai de Maia Ferreira, de quem o poeta herdou o mesmo nome, embora proveniente de uma família de menor tradição em Angola, também não ficava muito atrás, sendo ele próprio um bem-sucedido traficante de escravos com negócios em Pernambuco, onde, até pelo menos 1835, manteve sociedade com conhecidos traficantes de escravos da praça de Recife (CARVALHO, 2016: 238-239).

Ao que tudo indica, como outros integrantes da “facção negreira dominante [de Angola] convencida de que o [...] governo [de D. Miguel I] não implementaria o tratado anglo-brasileiro [de 1826] abolindo o tráfico marítimo de escravos” (DIAS, 1998: 376), o pai de Maia Ferreira abraçou o absolutismo. Contudo, com a derrota dos miguelistas em Portugal para as forças liberais do duque de Bragança, o ex-imperador D. Pedro I do Brasil, em 1832, seguida pela destituição dos administradores ultramarinos aliados ao Antigo Regime, a exemplo do governador geral de Angola o barão de Santa Comba Dão, Maia Ferreira (o pai) se viu obrigado a deixar Angola, partindo com a família para o Brasil. Conforme noticiado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, a família Maia Ferreira desembarcou no porto carioca a 16 de dezembro de 1834 a bordo do brigue português *Luanda*, cujo mestre e proprietário era o próprio pai de Maia Ferreira³.

No Brasil, o pai de Maia Ferreira seguiu tocando seus negócios no “infame comércio” com relativa prosperidade aproveitando, certamente, os ventos favoráveis do “regresso” dos conservadores ao poder com a regência de Araújo Lima, o que, por sua vez, repercutiu no recrudescimento do tráfico negreiro

³ *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 17 de dezembro de 1834, p. 4.

para o país na segunda metade da década de 1830⁴. Um dos navios utilizados pelo pai de Maia Ferreira no contrabando de escravizados para o Brasil era justamente o brigue *Luanda* que trouxe a família para o Rio carregado, na ocasião, não de africanos, mas sim de “cera, azeite e esteiras”⁵, até porque, como bem lembra Marcus J. M. de Carvalho, “depois de 1831, o desembarque de africanos deixou de ser um episódio mercantil a mais da vida urbana para se tornar um grande evento [clandestino] no litoral da Zona da Mata brasileira” (CARVALHO, 2012: 225). Outro navio também de sua propriedade de que temos notícias é o brigue *Júpiter*. Ambas as embarcações faziam parte da tal sociedade com negreiros pernambucanos que o pai de Maia Ferreira manteve até março de 1835. Quando da dissolução “amigável” da sociedade, o pai do poeta saiu não só “saldado de todas as contas, e desonerado de toda a responsabilidade de qualquer negociação que [pudesse] estar pendente” com os antigos sócios, como ainda levou consigo “os brigues *Luanda* e *Júpiter*”⁶.

Através do *Jornal do Commercio* do Rio somos também informados que o pai de Maia Ferreira era o consignatário da barca portuguesa *Bella Angela* (quicá batizada em homenagem à sua esposa Dona Ângela Matozo) ancorada no porto carioca em meados de março de 1844, vinda de Lisboa com destino a Angola⁷; para onde zarparia, segundo anúncio publicado na seção “Avisos Marítimos” do periódico, com carga ou passageiros, para os quais informava ainda ter “excelentes cômodos”⁸. Ocorre que, no princípio de junho de 1844 a *Bella Angela* foi capturada próximo à ilha Rasa, não muito longe da entrada da baía de Guanabara, pelo cruzador inglês *Dolphin* sob a acusação de estar equipada para a realização do comércio ilícito de escravos. Conforme relatado por Mr. Hamilton ao conde de Aberdeen, a detenção da *Bella Angela* causou sensação maior do que o habitual na cidade, primeiro porque foi amplamente noticiado na imprensa local que a ação teria ocorrido em águas territoriais brasileiras, o que configurava flagrante quebra da soberania do Império – prenúncio das ações que seriam implantadas contra os navios brasileiros a partir de agosto de 1845 com a promulgação do *Bill Aberdeen* –, e também em razão da

⁴ Para uma análise mais detida das implicações do “Regresso Conservador” com o aumento do tráfico de escravos para o Brasil ver GUIZELIN, 2013: 161-169.

⁵ *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 17 de dezembro de 1834, p. 4.

⁶ *Diário de Pernambuco*, 06 de maio de 1835, p. 3.

⁷ *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 25 e 26 de março de 1844, p. 4.

⁸ *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 1.º de março de 1844, p. 3.

variedade de sujeitos interessados na viagem, no seu número de passageiros e na considerável soma de dinheiro encontrada a bordo⁹. Como a *Bella Angela* era uma barca portuguesa, o caso estava fora da alçada da Comissão Mista Anglo-Brasileira sediada no Rio de Janeiro para julgar as presas por envolvimento no tráfico atlântico de africanos, sendo a embarcação enviada propositalmente para julgamento da Comissão Mista Anglo-Portuguesa mantida na Cidade do Cabo – uma vez que os ingleses desconfiavam da capacidade punitiva da Comissão Mista Anglo-Portuguesa que funcionava em Luanda –, onde a *Bella Angela* foi condenada como boa presa a 14 de agosto de 1844¹⁰.

Enquanto o pai seguia com seus negócios no criminoso e desumano tráfico de escravos, Maia Ferreira deu início aos estudos primários no Rio de Janeiro. Carlos Pacheco procurou sem sucesso pelos registros de Maia Ferreira nas escolas de educação primária existentes no Rio de Janeiro dos anos de 1830, ainda assim acredita que ele tenha frequentado a “escola célebre [...] pertencente a Saturnino da Veiga, que mais tarde virou livreiro na rua da Alfândega” (PACHECO, 1992: 31). A presença de filhos legítimos e ilegítimos de negociantes de escravos de Angola em instituições cariocas de ensino já foi discutida por Roquinaldo Ferreira (FERREIRA, 2006: 34-38). De acordo com o historiador, esta era uma prática usual desde pelo menos finais do século XVIII, e que se intensificou nas primeiras décadas do século XIX, de certo por causa das melhorias na rede de ensino para os filhos dos nobres reinóis e “da terra”, isto é, do Brasil, impulsionada pela presença de D. João VI no Rio (1808-1821). Fato é que a prática de envio de jovens angolenses para estudar no Rio de Janeiro seguiu popular mesmo após a Independência brasileira, e até o encerramento do tráfico atlântico de africanos para o país, em 1850. O envio destes jovens para se educar no Brasil justificava-se na medida em que o espaço e os anos de convivência escolar propiciavam a assimilação cultural daqueles jovens aos costumes e normas sociais vigentes no espaço afro-luso-brasileiro da primeira metade do Oitocentos (SOARES, 2000), servindo para a criação e enraizamento de laços de amizade entre os filhos de outros traficantes radicados no Rio, de fazendeiros e até de autoridades políticas

⁹ Class B, 1845, doc. 223, p. 309.

¹⁰ Os depoimentos, discursos de acusação e de defesa e a decisão do tribunal da Comissão Mista Anglo-Portuguesa da Cidade do Cabo foram publicados “a pedido” nas edições de 1, 2 e 4 de novembro de 1844 do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

brasileiras, que futuramente pudessem refletir quer na preservação, quer na extensão das redes familiares e mercantis.

Anos mais tarde, vislumbrando, quem sabe, a necessidade de estabelecimento de conexões futuras mais sólidas com membros da elite mercantil e política portuguesa para a manutenção da rede de negócios da família em Angola, o pai de Maia Ferreira enviou o filho para concluir seus estudos primário no *Lycée Parisien* de Lisboa. Isso pelo menos é o que nos indicam dois desenhos orientados pelo espanhol Tryffon Avilez, professor de litografia do *Lycée Parisien*, mantidos sob a guarda da Biblioteca Nacional de Portugal. Sendo um destes desenhos, intitulado *Estudo de paisagem*, datado de 1841, assinado por um tal de “Maia Júnior”; e outro, um retrato de S.M.I. o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança, de autoria de “FERREIRA JÚNIOR, J. S. Maia”, equivocadamente datado pelos bibliotecários da BNP como sendo uma obra realizada por volta de 1833, quando Maia Ferreira (o filho) tinha apenas 6 anos e ainda residia em Luanda e quando o *Lycée* (fundado em 1836) ainda nem existia, sendo mais provável, portanto, que o retrato date do ano de 1843.



Figura 1: Estudo de paisagem. Maia Junior, c. 1841, Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/4648>

A tese de que Maia Ferreira tenha estudado algum tempo em Lisboa ganha força quando verificamos que entre a documentação pertinente a sua vida inventariada por William Rougue, e entregue à custódia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo existem cartas de Maia Ferreira para José Maria da Ponte e Horta, professor da Escola Politécnica de Lisboa, fundada em 1837. Além do mais, em carta datada de 19 de maio de 1860 para o diplomata português Emílio Aquiles Monteverde, Maia Ferreira diz tomar “a liberdade de franca e abertamente” escrever-lhe “animado pela muita amizade com que V. Ex^a. me honra há anos, quando era colega dos seus muito prezados filhos”¹¹, o que, de fato, atesta que ele frequentou uma instituição de ensino portuguesa devotada aos filhos da alta sociedade lisboeta.



Figura 2: Retrato de S.M.I. o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança
Maia Junior, c. 1833[1843], Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal
Disponível em: <https://purl.pt/1031>

¹¹ ANTT. Carta de 10 maio 1860, de Maia Ferreira para Monteverde.

A morte do pai, em 1844, culminou, porém, na interrupção abrupta dos estudos de Maia Ferreira. Ao regressar para o Brasil, onde desembarcou em 19 de abril de 1844¹², Maia Ferreira ainda não havia completado os 18 anos de idade, sendo muito jovem e inexperiente para levar adiante sozinho a complexa rede de negócios do pai. Isso talvez explique a decisão da mãe em liquidar os negócios do falecido esposo, e de enviar o jovem – sob quem recaíam as expectativas de futuro provedor da família – de volta a Angola, onde, com a ajuda dos seus ilustres familiares maternos – recordemos, afinal, os laços maternos de José da Silva Maia Ferreira com os Medeiros Matoso de Andrade e Câmara – poderia ingressar nos quadros do funcionalismo público da colônia. Não que os ordenados pagos aos servidores públicos em Angola fossem lá grande coisa. A bem da verdade, como sublinha Mário António Fernandes de Oliveira, a remuneração do funcionalismo público ultramarino ao longo de toda a primeira metade do século XIX era baixíssima, o que resultava na dificuldade constante de recrutamento de metropolitanos qualificados dispostos a ocuparem os postos na colônia, “onde o custo de vida [...] foi sempre considerado alto” (OLIVEIRA, 1981: 205-7). Ainda assim, entre os “naturais do país” havia uma certa “tradição de [...] ocuparem altos lugares no funcionalismo” (OLIVEIRA, 1891: 40), quer para usarem os postos como escada social, quer para realizarem seus negócios escusos. Nesse sentido, o regresso de Maia Ferreira para Angola a fim de iniciar uma vida na carreira pública pode ser visto como uma estratégia da família para introduzi-lo na rede de negociantes de grosso trato, com vista a prepará-lo para futuramente repetir os passos do pai no tráfico de escravos.

Maia Ferreira deixou o Rio com destino a Luanda a 12 de junho de 1845, a bordo da barca brasileira *Constança*¹³, apenas alguns dias após completar a maioridade. Logo que lá chegou foi empregado no posto de secretário interino da Comissão Mista Luso-Britânica para a abolição do tráfico de escravos, cargo que exerceu até 1847. Chama a atenção que o filho de um conhecido traficante de escravos tenha sido nomeado para ocupar um posto em um tribunal cujas “funções, tinham de decidir sobre as fortunas de famílias” (OLIVEIRA, 1981: 213) ligadas ao comércio negreiro, a exemplo dos seus parentes proeminentes, os Medeiros Matoso de Andrade Câmara, que seguramente

¹² *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 20 de abril de 1844, p. 4.

¹³ *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 13 de junho de 1845, p. 4.

estavam dando-lhe todo o suporte e assistência. De certo, contribuíram para isso as dificuldades da parte portuguesa em preencher as vagas a que tinha direito na Comissão Mista. A título de exemplificação destas dificuldades, em 1849, o comissário português Eusébio Catela de Lemos Pinheiro Falcão pediu demissão do cargo “por não ser possível continuar a exercê-lo com o ordenado de 250\$000 réis”, valor “muito inferior ao dos seus colegas ingleses” (OLIVEIRA, 1981: 214). Fossem quais fossem as razões que permitiram o ingresso de Maia Ferreira na Comissão Mista, é plausível que esta lhe tenha servido de universidade, tendo apreendido ali, nos julgamentos das presas a que assistiu, os meios para apagar ou ao menos despistar os seus rastros no tráfico negroiro.

Maia Ferreira passou ainda pelo cargo de tesoureiro da Alfândega de Benguela, entre novembro de 1849 e agosto de 1850 (PACHECO, 1992: 54), e pelo posto de escrivão das descargas da Alfândega de Luanda, entre fins de 1850 e meados de 1851, quando partiu às pressas para os Estados Unidos. Note-se que, de todo o quadro do funcionalismo público colonial os empregados nas Alfândegas, “centro notório [...] de venalidade, insubordinação e dos principais males que afligiam a administração de Angola” (OLIVEIRA, 1981: 206), como escreveu Mário António Fernandes de Oliveira, eram talvez os mais assediados e dependentes dos negociantes de escravos em razão dos “«seus ordenados insuficientes para sua subsistência e decência»” (OLIVEIRA, 1981: 211), como bem notou um observador contemporâneo. O que corrobora nossas suspeitas de que o envolvimento de Maia Ferreira com o tráfico de escravizados tenha se iniciado durante sua breve passagem por cargos do funcionalismo público em Angola frequentemente assediados pelos contrabandistas de escravos. Daí também pode-se inferir as origens da antipatia que o governador geral de Angola, Adrião Acácio da Silveira Pinto (1848-1851), administrador comprometido com a política de repressão do tráfico de escravos, nutria pelo poeta e pelo seu círculo de amizades e familiares. O que, somado ao seu envolvimento em outras querelas políticas, a exemplo de sua participação no clube “Jovem Loanda”, uma agremiação maçônica apontada como instigadora “de ódio contra os portugueses” (PACHECO, 1992: 64), de certo influenciou na decisão de Maia Ferreira de fugir para os Estados Unidos em 1851.

Foi, porém, nos Estados Unidos onde, de fato, Maia Ferreira veio a se envolver deliberadamente no tráfico de africanos para Cuba e, onde, veio a

desenvolver uma pretensão que virou uma verdadeira obsessão, a qual perseguiu incansavelmente e sem sucesso até próximo da sua morte: a de se tornar um agente consular em Nova York; cidade que na década de 1850 ostentou “a duvidosa honra de ser «a maior feira livre de escravos do mundo»”, de onde somente “nos meses de janeiro de 1859 a agosto de 1860, um cálculo conservador mostrava que perto de cem navios tinham partido [...] para traficar escravos” (HORNE, 2010: 185), a maior parte deles pertencentes à mal afamada “Companhia Portuguesa”, da qual José da Silva Maia Ferreira foi um membro manifesto e ativo.

2. Os contrabandistas de escravos correm para Nova York e Maia Ferreira segue logo atrás

A escolha de Maia Ferreira em fugir para os Estados Unidos não foi por acaso. Com o colapso do tráfico atlântico de escravos para o Brasil ainda no início dos anos de 1850 o mercado de escravos de Angola foi rapidamente redirecionado para a ilha de Cuba. Naquela época o mercado açucareiro cubano passava por uma intensa expansão em razão do aumento da demanda mundial por açúcar o que, por conseguinte, refletiu no aumento da demanda cubana por mão de obra escrava africana. Não obstante, conquanto a Espanha houvesse acordado com a Grã-Bretanha desde 1820 proibir o contrabando de africanos para suas possessões e aquiescido em 1835 a permitir que a Marinha Real Britânica visitasse e capturasse os navios sob bandeira espanhola equipados para o comércio atlântico de escravos, a realidade é que a importação de africanos para Cuba nunca chegou a ser suprimida. Em parte, porque a Coroa espanhola eximiu-se de fiscalizar e obstruir o tráfico de escravos a fim de obter o apoio da “sacarocracia”¹⁴ cubana para a manutenção do domínio colonial sob a ilha; e, também porque desde a implantação daquelas medidas repressivas, o mercado cubano de escravos passou a ser atendido por comerciantes e armadores norte-americanos que insistiam em seguir com aquele comércio ilegal “apesar da existência de uma lei federal nos Estados Unidos, de 1807 [...] declarando a participação no comércio negreiro um crime federal a partir de 1 de janeiro de 1808” (GRADEN, 2007: 9). Tal realidade é largamente esboçada

¹⁴ Para uma análise da aliança entre a sacarocracia cubana e a Coroa espanhola ver MARQUESE, 2004: 299-335.

pelo cônsul geral do Brasil em Nova York em sua comunicação com o ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros em finais de 1856:

(...) Não há dúvida alguma que é nos portos da União [Norte-Americana] que se prosperam os navios para o tráfico [de escravos], porém tal é o subterfúgio que usam [os traficantes] que mais das vezes é impossível saber-se o verdadeiro destino e as leis nem sempre sofrem empecilhos ao comércio [negreiro] pelo mero fato de suspeita. Para o Brasil não será fácil a direção deles quando com facilidade encontram bom mercado em Cuba, onde consta que até meados de junho foram importados não menos de 10.000 escravos e mais são esperados, visto o incremento e desenvolvimento que ultimamente tem tomado a cultura da cana [de açúcar] nessa Ilha em consequência dos bons preços obtidos ultimamente pelos açucares e da diminuição continua desse produto no Sul da União [Norte-Americana] (...) ¹⁵.

Uma rápida consulta às estimativas do *Slave Voyages: The Transatlantic Slave Trade Database* comprova o florescimento do mercado cubano de escravos ao longo da década de 1850 registrado pelo agente consular brasileiro.

	Esta- dos Unidos	América Espanhola	Império do Brasil			Continente Americano
		Cuba	Bahia	Pernam- buco	Sudeste	Totais
1850	0	3.098	9.461	2.300	19.400	34.259
1851	0	7.820	981	350	4.264	13.415
1852	0	8.098	0	0	984	9.082
1853	0	15.455	0	0	0	15.455
1854	0	12.706	0	0	0	12.706
1855	0	5.343	0	0	0	5.343
1856	0	7.008	0	0	320	7.328
1857	0	10.448	0	0	0	10.448
1858	303	15.398	0	0	0	15.699
1859	0	26.290	0	0	0	26.290
1860	101	18.260	0	0	0	18.370
1861	0	14.621	0	0	0	14.621
1862	0	10.382	0	0	0	10.382
1863	0	5.649	0	0	0	5.649

¹⁵ AHI. Carta de 08 nov. 1856, de Aguiar para Paranhos.

1864	0	3.895	0	0	0	3.895
1865	0	1.855	0	0	0	1.855
1866	0	722	0	0	0	722
Total	404	167.046	10.442	2.650	24.968	205.519

Fonte: Slave Voyages

Como demonstram as estimativas do *Slave Voyages*, de 1850 a 1866 pouco mais de 205 mil escravos africanos foram distribuídos entre o Brasil, Cuba e os Estados Unidos. Nesse período a introdução de novos escravos nos Estados Unidos não ultrapassou algumas centenas, o que atesta que o mercado norte-americano de africanos havia sido abandonado pelos importadores de escravos, e sugere também que os únicos dois desembarques registrados no período naquele país, um em 1858 e outro em 1860, teriam sido ações isoladas.

O Brasil, que somente na segunda metade da década de 1840, de acordo com as estimativas reunidas por David Eltis, chegou a importar sozinho 245.461 escravos (ELTIS, 1987: 109-138), no período retratado na tabela gerada com os dados do *Slave Voyages* viu a importação de escravos encolher para pouco mais de 38 mil africanos. É digno de nota que deste total, pouco mais de 34 mil cativos deram entrada no mercado brasileiro de escravos no ano de aprovação da Lei Eusébio de Queirós (1850). Ao passo que, já em 1851, primeiro ano da vigência da nova legislação brasileira antitráfico, a retração do volume de africanos desembarcados no país é incontestável: foram 5.595 escravos introduzidos no Império brasileiro, tendo a região sudeste do país importado sozinha 4.264 africanos, o que denota a grande vinculação entre a expansão da produção cafeeira da região e o modo de produção assentado na escravidão. O registro do desembarque de 984 escravos em 1852 atesta a agonia do tráfico negreiro para o Brasil, cujo último sinal de vida registrado em 1856 com o desembarque de pouco mais de 300 africanos refere-se, justamente, à ação frustrada do iate-escuna *Mary E. Smith*, de nacionalidade norte-americana, da qual Manoel Basílio da Cunha Reis, sócio e amigo de Maia Ferreira, detinha 1/3 de participação em sua armação, apreendida no porto de São Matheus, na província do Espírito Santo.

Enquanto isso, o mercado cubano de escravos seguia direção contrária à do mercado brasileiro, tendo importado 176.046 africanos em todo o período considerado. De modo que, já em 1851, Cuba ultrapassou o Brasil como principal

importador da mão de obra africana, e, em apenas dois anos, isolou-se como derradeiro mercado importador de escravos oriundos da África, com um volume médio constante de importação um pouco acima de uma dezena de milhares até 1862, quando então inicia a retração que levaria à sua completa extinção em 1866.

Mas, se a ilha de Cuba era o destino final da carga humana transportada pelos navios negreiros, a armação dessas embarcações bem como a organização financeira daquelas viagens ocorria em outros pontos do Atlântico, em especial em Nova York. Acontece que a repressão e a política de tolerância zero em relação aos traficantes de escravos adotada pelo Governo Brasileiro a partir de 1850 fez com que muitos comerciantes de grosso trato trocassem os ares da baía de Guanabara pelos da ilha de Manhattan. Não por acaso, já em meados da década de 1850, denúncias de diplomatas britânicos e brasileiros nos Estados Unidos davam conta da existência de “larga e poderosa empresa ou companhia para o comércio de escravos”, formada maciçamente por negreiros de nacionalidade portuguesa e brasileira, e alguns intermediários espanhóis, “comandada de Nova York, mas distribuída de Londres a Lisboa, de Lisboa a Ambriz, Luanda e cabo Lopez, e com ramificações no Rio de Janeiro e Havana” (TAVARES, 1988: 90).

Como se vê, as novas circunstâncias impostas ao tráfico atlântico de escravos em princípios da década de 1850 faziam de Nova York um polo de atração para traficantes de escravos de diferentes nacionalidades, em especial portugueses e brasileiros, sendo Maia Ferreira um entre centenas de agentes negreiros atraídos pela força gravitacional do mercado de escravos nova-iorquino. Uma vez instalado em Nova York, Maia Ferreira foi acolhido pelo cônsul geral de Portugal, César Henrique Stuart Figanière, na sociedade comercial para importação de vinhos que este mantinha com o irmão Guilherme (William) Figanière, a Figanière & Co. Maia Ferreira atuou também, ainda que extraoficialmente como o próprio revelou, “ativamente no cargo de chanceler com honras de vice-cônsul”¹⁶, recebendo “1.000 ou 2 contos de réis [...] por ano – pagos pelo cônsul geral, e não pelo Governo [de Portugal]”, do qual afirmava não se importar, nem querer saber “porque [era] provavelmente mau pagador”¹⁷.

¹⁶ ANTT. Carta de 04 jan. 1861, de Maia Ferreira para José Horta.

¹⁷ ANTT. Carta de 08 ago. 1855, de Maia Ferreira para Luís de Queirós.

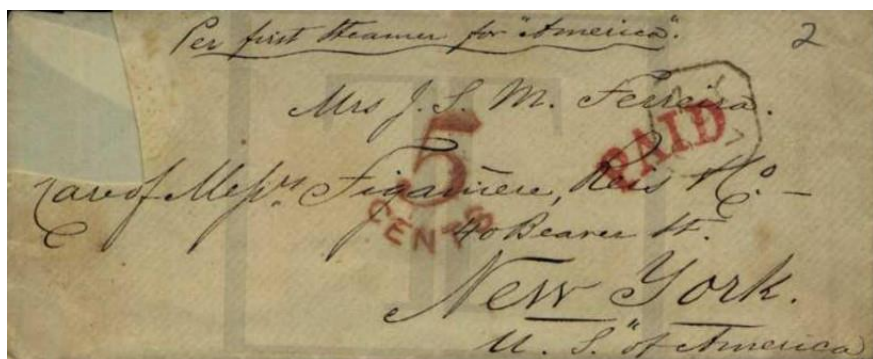


Figura 3 – Envelope de Mrs. J.S.M. Ferreira para à firma Figanière, Reis & Co.

César Figanière era um inegável defensor e colaborador dos interesses dos contrabandistas portugueses sediados em Manhattan. Nesse sentido, Leonardo Marques ressalta que, na ocasião da apreensão do navio português *Ceres* pela Marinha do Haiti, em 1853, por suspeita de envolvimento no tráfico atlântico de escravos, o cônsul português escreveu ao seu congênere francês na ilha pedindo que este intercedesse junto às autoridades haitianas em defesa do direito à propriedade dos comerciantes portugueses, cujo navio, segundo afirmava, havia sido apreendido sem provas concretas de que estivesse envolvido no tráfico de africanos (MARQUES, 2013: 284). Era de conhecimento público também que César Figanière havia assinado passaportes e documentos para membros notórios da difamada “Companhia Portuguesa”, incluso Manoel Basílio da Cunha Reis, que desde 1855 ingressou na sociedade da casa comercial dos irmãos Figanière, então rebatizada para Figanière, Reis & Co., sediada em Manhattan, na *Beaver Street*, número 40, na qual Maia Ferreira servia como secretário (HARRIS, 2020: 47). Com efeito, como corretamente avaliou o cônsul geral do Brasil em Nova York ao ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, em vista da estreita relação entre o cônsul português e Cunha Reis e “em consequência das suspeitas que recaem sobre este último também [se pode] julgar que o competente sócio [César Figanière], que deveria sustentar as leis de seu país, se acha também envolvido neste negócio”¹⁸ do tráfico de escravos.

Fato é que César Figanière era em tudo assistido por Maia Ferreira, seu estimado chanceler. Tão estreita era a relação entre ambos que, como Maia

¹⁸ AHI. Carta de 17 ago. 1857, de Aguiar para Paranhos.

Ferreira confidenciou ao irmão, ele deu ao filho o nome de Joaquim César Matoso Maia Ferreira, “por ser padrinho o Exmo. Joaquim César de Figanière e Mourão, Ministro e Plenipotenciário de Portugal aqui [nos Estados Unidos] e pai do meu particular amigo o cônsul português”¹⁹. Em 1856, inclusive, Joaquim Figanière oficializou a nomeação de Maia Ferreira para o posto de vice-cônsul de Portugal em Nova York. Nomeação esta, como veremos ainda mais adiante, jamais confirmada pelo governo português.

3. O vice-consulado de Boston e o despertar da pretensão consular de Maia Ferreira

Em 1854, o escudeiro norte-americano Archibald Foster foi sondado por César Figanière para o posto de vice-cônsul de Portugal em Boston. Foster já atuava como vice-cônsul do Brasil naquele distrito desde 1846²⁰, o que fazia dele uma figura já bastante conhecida dos comerciantes luso-brasileiros com negócios no estado de Massachusetts, e, por certo, um agente altamente qualificado para o posto em questão. Porém, com a recusa de Foster em aceitar a nomeação, Figanière cogitou nomear Maia Ferreira para o cargo. O angolense nunca chegou a ser confirmado no posto, de qualquer modo, a mera possibilidade de vir ser designado para o cargo despertou-lhe, segundo confidenciou a Foster, o desejo de acumular o Vice-Consulado Brasileiro naquela cidade, levando-o a inquirir Foster se este teria alguma objeção a que ele solicitasse, “with your consent”, a nomeação para aquele posto junto ao Governo Brasileiro²¹.

Por carta de 18 de outubro de 1854, de Maia Ferreira para Francisco Inácio de Carvalho Moreira (futuro barão de Penedo), ministro do Brasil em Washington entre 1852 e 1855, a quem solicitava a proteção “para a boa aceitação” do seu nome ao cargo que pleiteava de correspondente do *Jornal do Commercio* do Rio na América, somos informados que o angolense teve de abandonar as suas pretensões consulares em Boston “por uma razão muito forte”, haja vista que, como Foster francamente lhe respondeu, “em virtude dos seus poucos meios [...] (ele) não podia desistir do Consulado Brasileiro”²². Acontece

¹⁹ ANTT. Carta de 08 ago. 1855, de Maia Ferreira para Luís de Queirós.

²⁰ CRL. RRE 1846.

²¹ ANTT. Carta de 11 out. 1854, de Maia Ferreira para Archibald Foster.

²² ANTT. Carta de 18 out. 1854, de Maia Ferreira para Carvalho Moreira.

que, à época, o grosso do provimento salarial dos agentes consulares costumava vir “da cobrança de emolumentos, em outras palavras, das taxas que estes agentes estavam autorizados a cobrar pela prestação de serviços aos negociantes, capitães e mestres das embarcações nacionais ancoradas no porto estrangeiro sob sua jurisdição” (GUIZELIN, 2022a: 91).

Ainda que as pretensões de Maia Ferreira tenham “escorregado para o nada”²³, como o próprio relatou a Carvalho de Moreira, o que nos interessa aqui é buscar deslindar as motivações que poderiam estar por trás de seu interesse em assumir e acumular os postos consulares do Brasil e de Portugal em Boston.

Nesse sentido, é digno de nota que, desde a década de 1830 até o estancamento em definitivo do tráfico atlântico de escravos na década de 1860, Boston foi um dos principais centros da construção naval dos navios negreiros utilizados no tráfico de escravos, primeiro para o Brasil e, mais tarde, para Cuba. A popularidade dos navios construídos ao longo da extensa costa leste dos Estados Unidos entre os negreiros luso-brasileiros tinha três razões de ser: primeiro, a segurança, posto que, até 1862, Washington negou veementemente a Londres o direito de busca e apreensão de navios de nacionalidade norte-americana suspeitos de participação no tráfico atlântico de escravos; segundo, o baixo custo associado à alta qualidade das embarcações produzidas nos estaleiros norte-americanos, fato este, inclusive, reconhecido já em 1847 pelo próprio ministro dos Estados Unidos no Brasil, David Tod, ao então Secretário de Estado norte-americano James Buchanan (CONRAD, 1985: 158); e, finalmente, porque eram indiscutivelmente os navios mais velozes da época, verdadeiras “«máquinas para voar nas asas do vento, para levar tortura e miséria da costa africana às Índias Ocidentais [leia-se Caribe] e América do Sul»” (apud CONRAD, 1985: 158), segundo as palavras de um abolicionista do período. Sendo, logo, as únicas embarcações capazes de escapar do patrulhamento ostensivo imposto pela Grã-Bretanha sobre a costa africana e, após a promulgação do *Bill Aberdeen* de 1845, também sobre a costa brasileira.

Vale frisar, aliás, que o iate-escuna *Mary E. Smith*, “último navio norte-americano conhecido a transportar africanos para o Brasil” (GRADEN, 2007: 30), de que um dos proprietários, como já mencionado anteriormente, era

²³ ANTT. Carta de 18 out. 1854, de Maia Ferreira para Carvalho Moreira.

justamente Manoel Basílio da Cunha Reis, foi “construído em Essex, no estado de Massachusetts (e de propósito para o tráfico como afirma[r]am os peritos [da polícia brasileira]”, tendo saído “de Boston aos 25 de outubro de 1855, em lastro, com destino à Costa da África, levando a seu bordo oito homens de equipagem e o português João José Viana, como passageiro”²⁴. Viana era outro conhecido membro da “Companhia Portuguesa” de Nova York ligado à Figanière, Reis & Co. da qual Maia Ferreira fazia parte.

Isso tudo nos leva a crer que a verdadeira razão de Maia Ferreira se interessar pelos postos consulares do Brasil e de Portugal em Boston não era outra que a de facilitar a aquisição e a armação de novos navios para os negócios escusos de seus sócios da “Companhia Portuguesa”, na medida em que a jurisprudência do distrito consular brasileiro em Boston poderia se prolongar por todo o Golfo do Maine, que se estende desde o estado de Massachusetts até o da Nova Escócia, englobando portos importantes da construção naval norte-americana de meados do século XIX, como Essex, de onde saiu o *Mary E. Smith*, Salem, ao norte de Boston, até Portland, no Maine. Nossas suspeitas ganham ainda mais força quando lemos a carta de 11 de fevereiro de 1856, de Maia Ferreira para Cunha Reis, na qual relata as dificuldades para aquisição de um novo navio em Nova York para a casa comercial Figanière, Reis & Co. Vamos à carta:

Meu caro Cunha,

(...) Por mais que eu tenha diligenciado não tenho podido efetuar a compra do navio pelo exorbitante preço que pedem por todos os calhambeques que o Araújo viu. Há um pequeno oportunamente (e que não [é] navio novo) pelo qual pedem \$7.500 e [que] precisa de algumas velas e miudezas que montarão a [mais] 500 logo custando a base [de] \$8.000 [...]. Ofereci \$6.500, e recusaram. Tudo está gelado, é um inverno tão terrível que só embarcações mui grandes tem podido entrar ou sair do porto. Em Boston e Baltimore o mesmo segundo cartas de Watson [há] falta de barcos apropriados para o caso no porto. Há no Brooklyn um calhambeque só para 300 [escravos?], e que podia ser comprado por \$2.000 ou \$3.000 – formado de cobre e em bom estado, que os [inelegível] tiveram comichões de comprá-lo, mas o Araújo diz que é demasiado pequeno. Há dois dias estamos a lidar com a compra de uma bela escuna pela qual já ofereci \$4.000 e um dos donos aqui está à espera da resposta e decisão dos outros donos – que pedem \$5.600 – eu chegarei até \$5.000 pois precisa de fornos de cobre posto que não os tem e de velas e de algum calafeto, pois entrou [no porto] há dias tendo sofrido temporais. É novo, forte, e [um] magnífico

²⁴ CRL. RRE, 1856.

navio – e o Sr. gosta muito dele – e hoje no porto é o único próprio – e creio que o obteremos – é que os donos temem fazer-lhe os consertos que necessita. Mas os carpinteiros da Casa [Figanière, Reis e Co.] que foram vê-lo dizem [que] com o cobre, calafeto e velas [...] (ficará) tudo aproximadamente [em] 1.500, com 500 do custo, [e] sairá [n]o máximo em \$6.500 e assim poder-se-á fazer todo o negócio com os limites e economias que marcas [em suas ordens]. As caldeiras já estão postas e muita coisa comprada, e crê que mais dia, menos dia saíra em portador da maneira e a contento teu (...) ²⁵.

Embora em nenhum momento de sua carta Maia Ferreira revele com todas as letras a intenção de traficar escravos, a simples menção que faz da necessidade de revestimento de cobre, instalação de fornos e caldeiras ao navio pretendido para aquisição é um forte indício de que este seria empregado no nefasto comércio de africanos. Conforme sublinhado por Marcus Rediker, em seu estudo sobre a evolução dos navios negreiros ao longo dos séculos, “por volta de 1800 [em diante], o revestimento de cobre era bastante comum” entre os navios negreiros, pois, como “passavam longos períodos na costa africana recolhendo sua carga humana [...], os] cascos revestidos de cobre [...] os protegiam contra os gusanos tropicais perfuradores, ou moluscos, entre os quais se destacava o *Teredo navalis*”. A adoção de grandes caldeiras e fornos de ferro ou cobre nas cozinhas era outra característica distintiva de um navio negreiro do Oitocentos, “para que o cozinheiro pudesse preparar comida para umas 270 pessoas [ou até mais], entre escravos e tripulação” (REDIKER, 2011: 80). Tal era a importância do tamanho das caldeiras na identificação dos navios negreiros do século XIX que o artefato foi incluído na lista do *Equipment Act* (Lei do Equipamento) baixado unilateralmente pela Grã-Bretanha em 1839 para justificar a apreensão de navios portugueses e, a partir de 1845, também de navios brasileiros sob a alegação de que a embarcação estava equipada para transportar escravos (REIS, GOMES, CARVALHO, 2010: 190-206).

4. Uma nomeação fadada ao fracasso: a pretensão de Maia Ferreira ao posto consular de Nova York

Em 1856, Maia Ferreira foi designado para o posto de vice-cônsul português em Nova York. A nomeação partiu de Joaquim Figanière, pai de César Figanière, ministro de Portugal em Washington, para que seu filho se

²⁵ ANTT, Carta de 11 fev. 1856, de Maia Ferreira para Cunha Reis.

ausentasse interinamente das funções consulares e pudesse se defender das acusações de envolvimento no tráfico atlântico de africanos que então recaíam sobre ele.

Ocorre que, conquanto houvesse evidências claras do envolvimento de César Figanière com o contrabando de escravos desde pelo menos 1854, quando ele foi incluído como um dos financiadores do navio *Julia Mouton*, de propriedade do português José Antunes Lopes Lemos, que zarpara de Nova York para o rio Congo, onde embarcou 660 africanos levados para Cuba (MARQUES, 2013: 300), sua situação ficou insustentável a partir do aparecimento de novas e robustas evidências ao longo de 1856. Quando do apresamento do iate-escuna *Mary E. Smith* por autoridades brasileiras, no início de 1856, foram também apreendidas cartas de Manoel Basílio Cunha Reis para a casa comercial Carvalho & Rocha, no Rio de Janeiro, em que os irmãos César e Guilherme (William) Figanière eram diretamente implicados na realização daquela audaciosa operação negreira (MARQUES, 2013: 302). Não tardou para que o conteúdo das cartas e o envolvimento do cônsul português viesse a público na Grã-Bretanha, Portugal e nos Estados Unidos, gerando um grande embaraço para as relações de Lisboa com Londres e Washington.

A posição de César Figanière tornou-se ainda mais indefensável após o episódio do brigue *N. Hand* ocorrido ainda em finais de 1856. As minúcias deste episódio vieram a público na edição de 7 de agosto de 1857 no prestigiado *The New York Herald Tribune*. Conforme noticiado pelo periódico novaiorquino, o *N. Hand* havia sido fretado pela firma Figanière, Reis & Co., para transportar até Cabo Verde uma carga de mantimentos, subscrita pela comunidade portuguesa em Nova York, para suprir uma crise alimentícia que se abateria sobre o arquipélago. Cumpre frisar, inclusive, que o nome de Maia Ferreira figurava entre os subscritores do *N. Hand*. O brigue partiu com essa nobre missão a 9 de junho de 1856, tendo atingido São Vicente, uma das ilhas do arquipélago português na costa africana, em 1.º de julho daquele ano. Dali o navio deveria seguir para a ilha vizinha de Santiago para distribuir o resto dos alimentos. Todavia, a documentação britânica reproduzida na edição do *The New York Herald Tribune* revelava que a missão humanitária não passava de um grande engodo com vista a burlar o patrulhamento britânico na costa da África e engajar-se no tráfico de escravos para Cuba. Isso porque o *N. Hand* jamais tocou a ilha de Santiago. Tendo sido abordado pouco tempo depois

próximo ao rio do Congo pelo cruzador inglês *Teazer*, que só não declarou sua apreensão, apesar dos evidentes indícios de que o brigue estava de fato engajado no tráfico de africanos, devido à nacionalidade norte-americana do capitão e da embarcação, não restando outra coisa a não ser protestar perante as autoridades de Portugal e dos Estados Unidos²⁶.

Diante de fatos tão escandalosos e subsequentes contra os irmãos Figanière, Joaquim Figanière foi forçado pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros a remover o filho César do seu posto consular. Outro agente que também foi demovido de seu posto foi Augusto Lopes Batista, um brasileiro que servia como vice-cônsul português em Baltimore, acusado de participação na armação da escuna *C. F. A. Cole* responsável pelo desembarque de 335 africanos em Cuba nos meses derradeiros de 1856 (MARQUES, 2013: 303). Na mesma toada, a flagrante relação de Maia Ferreira com César Figanière, Cunha Reis e com outros integrantes da infame “Companhia Portuguesa” não passou despercebida por Lisboa, de modo que sua nomeação por Joaquim Figanière já nascera condenada ao fracasso. Com efeito, o novo cônsul geral de Portugal em Nova York, Thomas Ribeiro dos Santos, dispensou os serviços de Maia Ferreira e – para o seu dissabor – escolheu um alemão para o posto de vice-cônsul²⁷. É certo que pesou na decisão de Ribeiro dos Santos de nomear um estrangeiro no lugar de um compatriota – mesmo que oriundo de território ultramarino português – sua aversão e desconfiança em relação a todos os portugueses radicados em Nova York, os quais, a seu ver, segundo reportou a Lisboa, eram “os que se entregam mais neste ilícito comércio” (*apud* MARQUES, 2013: 307).

5. À guisa de conclusão: o calvário de Maia Ferreira nos seus últimos anos em Nova York

Com a expulsão de César Figanière e de Maia Ferreira do Consulado Geral português em Nova York, igualmente seguida pelo afastamento do vice-cônsul português em Baltimore, os contrabandistas de escravos portugueses não tinham mais a quem recorrer por papéis e passaportes frios para conferir algum ar de legalidade às suas práticas comerciais ilícitas. Não obstante, o aumento

²⁶ *New York Herald Tribune*, 07 de ago. 1857, p. 2.

²⁷ ANTT. Carta de 10 maio de 1860, de Maia Ferreira para Monteverde.

da pressão policial e da imprensa nova-iorquina, alimentadas pelos serviços de inteligência das diplomacias britânica e brasileira na cidade, sobre suas ações clandestinas levaram a que muitos emigrassem dos Estados Unidos ao final da década de 1850. Manoel Basílio Cunha Reis foi um deles, tendo se retirado para Cuba em finais de 1858 (MARQUES, 2013: 308). Num primeiro momento, Maia Ferreira resistiu à ideia de emigração, porém, em 1862, “pobre, e ficando velho”²⁸, se é que se pode chamar um homem com 33/34 anos de velho, regressou ao Brasil.

É possível que a relutância de Maia Ferreira a retirar-se da cena nova-iorquina fosse porque ele havia construído toda uma vida em Nova York. Em 1853 casou-se com Margaret Butler, oriunda da alta sociedade nova-iorquina (HARRIS, 2020: 45), cujos próprios “rendimentos [...] se elevavam por ano a cerca de \$800 ou \$1.600 [dólares?]”, segundo confidenciou em carta enviada ao irmão Luís de Queirós em meados de 1855. No mesmo ano informava ter comprado “uma casa bonita, de 4 andares e bem confortável”, avaliada, de acordo com sua própria estimativa, em “8.250 pesos ou 16:500\$000” contos de réis, moeda brasileira à época, e, que, uma vez mobiliada valorizou “em cerca [de] onze mil pesos ou vinte e dois contos de réis”. Obviamente, a principal fonte de receita de Maia Ferreira não era o salário pago por César Figanière, conforme revelou a seu “amigo o Sr. Antonio Severino de Avelar”²⁹, mais um contrabandista de escravos relacionado à firma Figanière, Reis e Co., a fonte de sua fortuna vinha do seu bom entrelaçamento “com certas pessoas em diversos negócios de bem vantajosos resultados”³⁰, em outras palavras, no tráfico de escravos. Com efeito, antes do giro da roda da Fortuna que virou a sua vida de cabeça para baixo, Maia Ferreira havia se tornado o avalizador da família no Brasil, tendo ordenado a Avelar, que no final de 1855 viajou ao Brasil para acompanhar de perto a operação do seu último navio que tentou desembarcar 200 africanos em Pernambuco – no que ficou conhecido como o desembarque de Sirinhaém³¹ –, que entregasse 100 mil réis ao irmão Luís de Queirós³², e outros “quarenta mil réis mensais”, sendo vinte para a mãe, e vinte

²⁸ ANTT. Carta de 24 jan. 1861, de Maia Ferreira para Casal Ribeiro.

²⁹ ANTT. Carta de 08 ago. 1855, de Maia Ferreira para Luís de Queirós.

³⁰ ANTT. Carta de 11 fev. 1856, de Maia Ferreira para Avelar.

³¹ Para maiores informações sobre Antonio Severino de Avelar e sobre o desembarque de Sirinhaém ver GUIZELIN, 2022b: 17-27.

³² ANTT. Carta de 08 ago. 1855, de Maia Ferreira para Luís de Queirós.

para sua “infeliz irmã Francisca”³³, que recentemente ficara viúva, e quem, inclusive, cogitava levar para morar com ele nos Estados Unidos³⁴. Isso pode explicar a resiliência inicial de Maia Ferreira em permanecer residindo em Nova York e atuando na firma Figanière, Reis & Co., como o fez pelo menos até o fim da década de 1850.

No entanto, a realidade dos fatos logo se impôs, e as coisas começaram a ficar mais difíceis para Maia Ferreira. Os Figanière haviam caído em desgraça. Os irmãos César e Guilherme (William), seus empregadores desde que chegara a Nova York, estavam às turras com as autoridades policiais norte-americanas devido às suas implicações no tráfico negreiro. Mesmo o pai, Joaquim Figanière, que a certa altura foi protetor de Maia Ferreira, embora tivesse mantido o posto de ministro português em Washington, topo da hierarquia diplomática portuguesa naquele país, foi claramente eclipsado por seu subalterno no Consulado Geral em Nova York, Ribeiro dos Santos, que, por sua vez, não escondia de ninguém, nem mesmo do Duque da Terceira, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, seu desprezo e desconfiança por Joaquim Figanière no combate ao tráfico de escravos, preferindo recorrer diretamente a *Lord Napier*, ministro britânico nos Estados Unidos (MARQUES, 2013: 308). Nos negócios as coisas também iam mal. Isto porque, após a emigração de Cunha Reis para Cuba, a Figanière, Reis & Co. foi suplantada pelas casas comerciais de Albert Horn e de John Albert Machado, os dois “principais traficantes de Nova York em torno de 1860” (MARQUES, 2013: 309).

Fato é que, em princípios de 1860, as “últimas notícias de Inglaterra reproduzidas nos jornais” de Nova York sobre “o falecimento do duque [da Terceira]”, o qual Maia Ferreira sempre julgara protetor de Thomaz Ribeiro Santos, parecem ter reanimado sua pretensão consular. De modo que, sem perda de tempo, Maia Ferreira correu a escrever para seus contatos em Lisboa com alguma influência dentro do Partido Regenerador então no poder, no intuito de defender-se das “insidiosas murmurações” lá propaladas contra o seu “pobre nome, tão vil e caluniosamente assoalhado” por Ribeiro dos Santos, e, também, no intuito de pleitear o posto de cônsul geral português em Nova York. O primeiro para quem escreve é José Maria da Ponte e Horta, a quem tomava por “bom amigo” e a quem solicitava o “valimento e proteção” na esperança

³³ ANTT. Carta de 11 fev. 1856, de Maia Ferreira para Avelar.

³⁴ ANTT. Carta de 15 jan. 1856, de Maia Ferreira para Luís de Queirós.

de que o novo ministro que viesse a assumir lhe fosse “mais favorável” na resolução de sua “malfadada pretensão”³⁵.

Outro para quem Maia Ferreira imediatamente escreve é Emílio Aquiles Monteverde, conselheiro de Estado, experiente e respeitado diplomata de carreira que já atuara como secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, logo, um ministeriável em potencial. Destarte, ciente de que poderia estar se dirigindo à única pessoa capaz de avalizar dentro do futuro governo sua pretensão consular, Maia Ferreira opta por tratar com Monteverde de um “assunto melindroso e importantíssimo”: o seu possível envolvimento com contrabandistas de escravos enquanto serviu de chanceler de César Figanière. Embora, obviamente, abusando de muita retórica e sem assumir nenhuma responsabilidade concreta naquele comércio. Cabe aqui acompanhar-mos as explicações prestadas por ele a Monteverde na ocasião:

Ilmo. e Exmo. Sr. Emílio Aquiles Monteverde

[...]

Consta-me que o cônsul Thomaz Ribeiro dos Santos tem aí [em Lisboa] promovido, não sei com que missa, implicar-me no suposto desaparecimento de espólio de um português aqui falecido, durante o consulado de C. H. de la Figanière. Não é meu desejo saber o porquê dos ódios e rancores que Ribeiro dos Santos parece ter votado às pessoas, ou aos cargos dos irmãos Figanière; o que desejo, e me cumpre saber é o porque de eu ser criminalmente por ele envolvido em semelhante.

O caso foi o seguinte: morreu aqui há tempo um português [de nome Mesquita Muchas, falecido a 7 de junho de 1856] cujo espólio foi inventariado, conforme o Regulamento Consular, fechado, cassado, selado e depositado no Consulado Geral, sem que em nada disto intervissem as autoridades locais do país; existia fora do espólio uma Letra de Cambio em favor do falecido, sem aceite (note V. Ex.^a bem, sem aceite!) no valor de \$5.000. Por determinação e aprovação do outro cônsul geral [César Figanière], foi essa Letra entregue a Antonio Augusto de Oliveira Botelho, que asseverara no Consulado ser o único competente a realizar o aceite (e cobrança da Letra), e assim habilitar o cônsul a poder fazer depois com mais brevidade possível, entrega e remessa disso a quem de direito fosse. Assim, pois, o cônsul determinara e aprovara a entrega da Letra. Como então eu fazia as vezes de chanceler (sem, todavia, caráter algum oficial) exerci (também no caso do espólio) as funções de “mero expediente”.

Depois do meu regresso da Europa para aqui, constou-me que o dito Botelho nunca dera conta ao cônsul da mencionada Letra; que havia pendentes acusações contra esse cônsul; que jornais do Porto atribuíam graves responsabilidades ao ministro residente [Joaquim Figanière]; e que ultimamente o cônsul

³⁵ ANTT. Carta de 15 maio 1860, de Maia Ferreira para José Horta.

Ribeiro dos Santos assoalhava graves murmurações ou insinuações contra mim, talvez por constar-lhe que, desejando ele resignar o cargo que ocupa, como foi voz pública, eu, nesse caso, o solicitara aos meus valiosos amigos dali.

Qual, pois, a minha criminalidade em tudo isto? Que legislação, que códigos, que regulamentos podem legitimar culpas contra mim por erros de ofícios de outrem? Que responsabilidade posso eu acarretar de que o então cônsul geral não entregou o espólio, como, lhe cumpria, ao administrador público desta cidade; e de que tudo mais não oficiasse e esclarecesse o Governo, como também lhe cumpria?

Mas onde quererão chegar os ódios, e quiméricas ambições do Sr. Thomaz Ribeiro dos Santos, que talvez pensa poder com isso anular a Embaixada daqui e converter tudo em Consulado, e esse Consulado em Vice-Consulado estrangeiro, por ele nomeado, para remeter metade dos embora magros proventos, mas, todavia, suficiente para viver no Porto, com renovadas licenças, e em santa Paz!

Agora [...], me convenço, Exmo. Sr. que o ódio em muita gente é perspicaz, e quando essa perspicácia é iludida, não lhe escasseia a faculdade da invenção. Onde falta matéria para acusações verdadeiras, a calúnia acode-lhe com recursos, tirando essas acusações do nada.

Dadas estas explicações, permita-me V. Ex^a. que acrescente, que estou resolvíssimo a proceder neste caso de moto tal, e com tal publicidade quer em Portugal, quer aqui [em Nova York], para provar ao Sr. Ribeiro dos Santos que sei refutar e resistir a insinuações ou calúnias, e cumprir com o que devo a mim próprio³⁶.

A citação é longa, mas creio que pertinente. Conquanto o tráfico de africanos não apareça *ipsis litteris* nas explicações dadas por Maia Ferreira, certamente ele não ignorava que Monteverde estivesse bem informado das denúncias que recaíam no Ministério sobre o antigo cônsul geral César Figanière e também sobre Antonio Augusto de Oliveira Botelho, um “traficante atrevido”, como Ribeiro dos Santos descreveu ao gabinete do duque da Terceira, acusado de ter desembarcado cerca de 900 escravos em Cuba somente em 1858 (MARQUES, 2013: 308). Isso nos leva a induzir que a Letra de Câmbio achada nos pertences do falecido Mesquita Mucha e entregue a Botelho a mando de Figanière, para que aquele resgatasse o valor competente e depois o depositasse nos cofres do Consulado Geral – o que, ressalte-se, nunca foi feito – pode ter sido utilizada no financiamento das operações clandestinas daquele traficante. Maia Ferreira, no entanto, se exime de qualquer culpabilidade neste caso ao esclarecer que servia às vezes de chanceler e, como bem frisa, “sem, todavia,

³⁶ ANTT. Carta de 19 maio 1860, de Maia Ferreira para Monteverde.

caráter algum oficial”, e ao afirmar que só entregara a Letra de Câmbio para Botelho como “mero expediente” de quem apenas cumpria ordens dadas por seu empregador; não podendo ser responsabilizado ou punido, assim argumentava, por uma falha do antigo cônsul geral que “não entregou o espólio, como lhe cumpria, ao administrador público” de Nova York. No intuito ainda de deslegitimar as denúncias contra ele levantadas por Ribeiro dos Santos, Maia Ferreira acusa o substituto de César Figanière de querer tomar o lugar de Joaquim Figanière na Legação Portuguesa em Washington e de negligenciar o Consulado Geral em Nova York, cujo controle, segundo denunciava, havia deixado a cargo de um estrangeiro, com quem Ribeiro dos Santos estaria mancomunado de repartir os emolumentos arrecadados pelo Consulado Geral enquanto vivia, na verdade, no Porto, respaldado por subseqüentes pedidos de licenças do cargo.

Ao final de 1860, correndo em Nova York a notícia de que Botelho era aguardado em Havana, Maia Ferreira viajou para Cuba “mediante grandes sacrifícios” para encontrar “com esse mal homem, e forçá-lo a pagar o que por ordem e por aprovação do então cônsul geral em Nova York [César Figanière] lhe fora confiado”³⁷. Neste particular, foi auxiliado pelo cônsul português em Havana que “contribuiu muito energicamente para o bom êxito da solução final desta horrenda «moxinifada»”³⁸. Com a resolução do caso em torno do espólio de Mesquita Mucha indevidamente entregue a Antonio Augusto de Oliveira Botelho, Maia Ferreira acreditava ter reunido a seu favor provas que atestassem sua boa índole e resolveu solicitar novamente o cargo de cônsul geral em Nova York. Nesse sentido, em janeiro de 1861 escreveu a José Maria Horta, então na oposição ao governo do Partido Histórico, liderado pelo marquês de Loulé, pedindo-lhe que interpelasse “o ministro «dorminhoco» dos Estrangeiros [Antonio José de Ávila] para que desse informações e prestasse contas de tudo quanto existe sobre o espólio do português [...] Mesquita Mucha falecido em Nova York a 7 de junho de 1856”³⁹. Na mesma época, Maia Ferreira escreveu para Monteverde, a quem indagou se “poderia por ventura contar com a [sua] generosa e imparcial proteção”⁴⁰; ao “valioso Casal

³⁷ ANTT. Carta de 15 jan. 1861, de Maia Ferreira para Monteverde.

³⁸ ANTT. Carta de 04 jan. 1861, de Maia Ferreira para José Horta.

³⁹ ANTT. Carta de 10 jan. 1861, de Maia Ferreira para José Horta.

⁴⁰ ANTT. Carta de 15 jan. 1861, de Maia Ferreira para Monteverde.

Ribeiro”, jornalista e político de renome dos periódicos *A Civilização* e o *Ate-neu*, a quem desejava provar sua “inocência sobre as caluniosas acusações que sobre [ele] pesavam na maldita Secretaria dos Estrangeiros”⁴¹; e, também, para Antonio Serpa, político Regenerador influente mesmo entre os Históricos, com quem se encontrou na sua “última estada em Lisboa”, provavelmente ainda em 1860, e a quem solicitou a “interferência [...] valiosíssima” na solução de sua pretensão consular “diante das incontáveis provas” obtidas e “devidamente legalizadas e remetidas ao Ministério dos Estrangeiros” pelo cônsul português em Havana⁴².

Apesar dos seus esforços, Maia Ferreira não obteve sucesso em mobilizar a seu favor este vasto leque de influentes personalidades do Partido Regenerador, sendo forçado a abdicar da ambição de ingressar na carreira consular. Prova cabal de que Maia Ferreira desistiu de vez de sua pretensão consular pode ser lida em sua carta de 1.º de abril de 1861, para José Maria Horta, na qual escreve:

Corre por cá que já há cônsul geral nomeador para Nova York, um tal de Telles da Madeira. Custa a crer que seja assim, porque em pessoa não tinha (julgo eu) proteção valiosa por aí [em Lisboa], nem lhe assistiam melhores direitos para semelhante nomeação. Mas se assim é, ao diabo, pois, maldito cargo, sonho maldito, maldita e caprichosa ambição (...) que me tem feito perder a melhor quadra de minha vida em (...) expectativas!⁴³

Naquela altura dos acontecimentos, como mencionado anteriormente, Maia Ferreira já confidenciava a terceiros estar “pobre, e ficando velho”⁴⁴. Talvez, ele estivesse sofrendo daquilo que Joaquim Nabuco chamou de “neocracia”, traço peculiar da sociedade brasileira oitocentista, a única, segundo o autor, governada “de preferência pelas novas ideias, mas especialmente (...) pelas novas gerações, em oposição ao governo dos mais antigos” na medida em que “já antes dos quarenta anos, o brasileiro começa[va] a inclinar a sua opinião diante dos jovens de quinze a vinte cinco”, e a abandonar a cena pública (NABUCO, 1895: 18). Seja como for, o certo é que sua fala reflete o

⁴¹ ANTT. Carta de 24 jan. 1861, de Maia Ferreira para Casal Ribeiro.

⁴² ANTT. Carta de 15 jan. 1861, de Maia Ferreira para Antonio Serpa.

⁴³ ANTT. Carta de 01 abr. 1861, de Maia Ferreira para José Horta.

⁴⁴ ANTT. Carta de 24 jan. 1861, de Maia Ferreira para Casal Ribeiro.

desgaste financeiro e psicológico que sofreu primeiro com a perda da proteção de César Figanière destituído do Consulado Geral Português em Nova York; seguida pela derrocada da Figanière, Reis & Co., o que consumiu suas finanças; e, por fim, completado com o fracasso de sua campanha nos círculos políticos e diplomáticos de Lisboa para livrar-se da pecha de contrabandista de escravos no intuito de que isso lhe abrisse as portas da carreira consular. No final das contas, apenas o livro de registros de nascimentos, casamentos e mortes da família lhe concedeu postumamente – e sem valia alguma – o título que tanto buscara em vida: “[Died] at Rio de Janeiro, on Friday, October 18, 1867. Joze [sic] da Silva Maia Ferreira, formerly vice-consul at this port from Portugal, in the 41st years of his age”⁴⁵.

FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

- FERREIRA, José da Silva Maia (1854). [Carta] 1854 out. 11, Nova York [a] Archibald Foster Esq^a. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0405.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1854). [Carta] 1854 out. 18, Nova York [a] Francisco Inácio de Carvalho Moreira. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0080.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1855). [Carta] 1855 ago. 08, Nova York [a] Luís de Queirós Matoso Maia. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0354.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1856). [Carta] 1856 jan. 15, Nova York [a] Luís de Queirós Matoso Maia. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0308.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1856). [Carta] 1856 fev. 11, Nova York [a] Antonio Severino de Avelar. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0312.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1856). [Carta] 1856 fev. 11, Nova York [a] Manoel Basílio Cunha Reis. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0166.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1860). [Carta] 1860 maio 15, Nova York [a] José Maria da Ponte e Horta. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0212.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1860). [Carta] 1860, maio. 19, Nova York [a] Emílio Aquiles Monteverde. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0220.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1861). [Carta] 1861 jan. 04, Havana [a] José Maria da Ponte e Horta. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0242.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1861). [Carta] 1861 jan. 10, Havana [a] José Maria da Ponte e Horta. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0269.

⁴⁵ ANTT. Family Record [Maia Ferreira].

FERREIRA, José da Silva Maia (1861). [Carta] 1861 jan. 15, Havana [a] Antonio Freire de Serpa Pimentel. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0261.

FERREIRA, José da Silva Maia (1861). [Carta] 1861 jan. 15, Havana [a] Emílio Aquiles Monteverde. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0265.

FERREIRA, José da Silva Maia (1861). [Carta] 1861 jan. 24, Havana [a] José Maria Caldeira do Casal Ribeiro. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0273.

FERREIRA, José da Silva Maia (1861). [Carta] 1861 abr. 01, Nova York [a] José Maria Ponte e Horta. ANTT/PT/TT/JSMF/0002_m0277.

Family Record [Maia Ferreira]. ANTT/PT/TT/JSMF/0006_m0007.

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)

AGUIAR, Luiz Henrique Ferreira (1856). [Carta] 1856 nov. 8, Nova York [a] José Maria da Silva Paranhos. AHI 238/03/07.

AGUIAR, Luiz Henrique Ferreira de (1857). [Carta] 1857 ago. 17, Nova York [a] José Maria da Silva Paranhos. AHI 238/03/07.

Center for Research Libraries (CRL)

BRASIL, Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1846), Center for Research Libraries. Documentos do Governo Brasileiro, Relações Exteriores 1846, 00032.

BRASIL, Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1856), Center for Research Libraries. Documentos do Governo Brasileiro, Relações Exteriores 1856, 000173.

Parliamentary Papers

Class B (1844). Correspondence on the Slave Trade with Foreign Powers, Parties to Treaties under with captured vessels are to be tried by Mixed Tribunals, from January 1 to December 31, 1844.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

JORNAL DO COMMERCIO (Rio de Janeiro), 17 de dezembro de 1834, p. 4.

JORNAL DO COMMERCIO (Rio de Janeiro), 1º de março de 1844, p. 3.

JORNAL DO COMMERCIO (Rio de Janeiro), 25 e 26 de março de 1844, p. 4.

JORNAL DO COMMERCIO (Rio de Janeiro), 20 de abril de 1844, p. 4.

JORNAL DO COMMERCIO (Rio de Janeiro), 13 de junho de 1845, p. 4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06 de maio de 1835, p. 3.

Library of U.S. Congress

NEW YORK HERALD TRIBUNE, 07 de Agosto de 1857, p. 2.

Slave Voyages: The Transatlantic Slave Trade Database

<http://www.slavevoyages.org/estimates/7DwVyV2z>

Imagens

Figura 1. *Estudo de paisagem*. Maia Junior, c. 1841, Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em <<https://purl.pt/4648>>.

Figura 2. *Retrato de S.M.I. o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança*. Maia Junior, c. 1833[1843], Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em <<https://purl.pt/1031>>.

Figura 3. Envelope de Mrs. J.S.M. Ferreira para à firma Figanière, Reis & Co. ANTT/PT/TT/JSMF/0013_m0073.

Bibliografia

CARDOSO, Carlos Alberto Lopes (1967). *Estudo genealógico da família Matozo de Andrade e Câmara*. “Ocidente: Estudos de História e de Cultura”. 1: 398, 311-322.

CARVALHO, Marcus J. M. de (2012). *O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831*. “Revista de História”. 167, 223-260.

CARVALHO, Marcus J. M. de (2016). *Trabalho, cotidiano, administração e negociação numa feitoria de escravos no rio Benim em 1837*. “Afro-Ásia”. 53, 227-273. [Consult. 4 nov. 2022]. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/index>>.

CONRAD, Robert Edgar (1985). *Tumbeiros: O tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

CUNHA, Anabela (2011). *Influência da literatura brasileira na literatura angolana*. “Revista Angolana de Sociologia”. 7, 1-13. [Consul. 28 out. 2022]. Disponível em <<https://journals.openedition.org/ras/>>.

DIAS, Jill (1998). *Angola nas vésperas da abolição do tráfico de escravos (1820-1845)*. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill, coord. *O Império Africano, 1825-1890*. Lisboa: Editorial Estampa, 321-378.

ELTIS, David (1987). *The Nineteenth-Century Transatlantic Slave Trade: an Annual Time Series of Imports into the Americas Broken down by Region*. “Hispanic American Historical Review”. 67: 1, 109-138.

FERREIRA, Roquinaldo (2006). *Biografia, mobilidade e cultura Atlântica: A micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX*. “Tempo”. 10: 20, 23-49. [Consult. 01 out. 2022]. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/tem/a/xpW7v4xTNYmq4D8LyxK7Tmt/abstract/?lang=pt>>.

GRADEN, Dale T (2007). *O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858*. “Afro-Ásia”. 35, 9-35.

- [Consult. 02 dez. 2022]. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/index>>.
- GUIZELIN, Gilberto da Silva (2013). *Comércio de almas e política externa: A diretriz Atlântico-Africana da diplomacia imperial brasileira, 1822-1856*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina.
- GUIZELIN, Gilberto da Silva (2022a). *Dois cônsules de Sua Majestade Imperial em Luanda (1822-1861). Relações Brasil-Angola, de Rui Germack Possolo a Saturnino de Sousa e Oliveira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- GUIZELIN, Gilberto da Silva (2022b). *No rastro dos traficantes retornados e foragidos para Portugal: A “Inteligencia Saquarema” no combate ao tráfico Atlântico de escravos depois de 1850*. “Almanack”. 30, 1-42. [Consult. 05 jan. 2023]. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/alm/a/CXn5pwTB7rhxjJP6CD6TQYq/abstract/?lang=pt>>.
- HARRIS, John (2020). *The last slave ship. New York and the End of the Middle Passage*. New Heaven, London: Yale University Press.
- HORNE, Gerald (2010). *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LEMOS, Alberto (1969). *Nótulas históricas*. Luanda: Fundo de Turismo e Publicidade.
- MARQUES, Leonardo (2013). *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. Atlanta: Emory University. Tese de doutoramento.
- MARQUESE, Rafael de Bivar (2004). *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NABUCO, Joaquim (1895). *O dever dos monarchistas. Carta ao Almirante Jaceguay*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes (1981). *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas (1834-1851)*. Lisboa: Serviços Gráficos da Universidade de Lisboa.
- PACHECO, Carlos (1992). *José da Silva Maia Ferreira: Novas achegas para a sua biografia*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- REDIKER, Marcus (2011). *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos e; CARVALHO, Marcus J. M. de (2010). *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, Catarina Madeira (2007). *De “antigos conquistadores” a “angolenses”. A elite colonial de Luanda no contexto da cultura das Luzes, entre lugares de memória e conhecimento científico*. “Cultura: Revista de História e

Teoria das Ideias”. 24, 195-222. [Consult. 10 dez. 2022]. Disponível em <<https://journals.openedition.org/cultura/898>>.

SOARES, Francisco (2000). “Um percurso luso-tropical: migração e bibliografia entre Luanda e Recife/Olinda no princípio do séc. XIX”. In. MOREIRA, Adriano e VENÂNICO, José Carlos (org.) *Luso-tropicalismo. Uma teoria social em questão*. Lisboa: Vega, pp. 129-142.

SOARES, Francisco (2001). *Notícia da Literatura Angola*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

TAVARES, Luís Henrique Dias (1988). *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática.

José da Silva Maia Ferreira nos Estados Unidos:

a pessoa, a vida e a família

William Rogle

Graças à generosidade dos descendentes americanos de José da Silva Maia Ferreira¹, o público leitor pode reviver as alegrias e os tormentos, os sucessos e os insucessos da vida do primeiro poeta de Angola, durante a década que ele passou nos Estados Unidos.

Como o Dr. Carlos Pacheco já observou nos seus estudos, pouco se sabe em relação à vida pessoal de Maia Ferreira, desde o seu nascimento em Luanda, no dia 7 de junho de 1827, até sua chegada aos Estados Unidos em 1851-52². Com o aparecimento do seu arquivo nos Estados Unidos, esta lacuna foi corrigida, pelo menos para os dez anos que o poeta passou neste país. Em outros artigos³, tive ocasião de descrever estes anos que, para o autor das *Espon-taneidades da Minha Alma*, foram os mais fecundos, felizes e difíceis da sua vida. Além de trabalhar para várias empresas, ele tinha seu próprio negócio de importações e exportações, atuou como correspondente dos jornais brasileiros *Jornal do Comércio* e *Correio Mercantil*, e teve sua nomeação como vice-cônsul de Portugal em Nova Iorque proposta pelo então vice-cônsul de Portugal em Nova Iorque, seu amigo e chefe, César Henrique Stuart de la Figanière e Mourão. Casou-se em fevereiro de 1853 e teve três filhos: Joaquim César (n. 10 de abril de 1854, m. 24 de fevereiro de 1869), Maria Leonora (n. 13 de

¹ Em janeiro de 1985, sendo eu professor de Português na Universidade de Georgetown, fui contactado por David Maia Ferreira Lambert, bisneto de José da Silva Maia Ferreira, no sentido de traduzir documentos escritos em português que a irmã Barbara M. F. Robertson, encontrara no baú da família.

² Cf. PACHECO, 1990, 1992 e 1996.

³ Cf. ROUGLE, 1991 e 1993.

janeiro de 1861, m. 6 de outubro de 1932) e Sarah Arden (n. 27 de fevereiro de 1862, m. 1929).

As cartas pessoais que se encontram no arquivo, especialmente aquelas escritas em inglês à sua esposa, Margareth Butler, e à sua cunhada, Cecile Butler, dão ao leitor um olhar íntimo das paixões que o consumiram durante os anos em que ele viveu em Nova Iorque, paixões que envolvem mais notadamente sua família, seu desejo de tornar-se um bem sucedido homem de negócios e a busca pela confirmação de sua nomeação como vice-cônsul de Portugal em Nova Iorque, pelo Ministério de Negócios Estrangeiros deste país.

Acima de tudo, o que sobressai das cartas de Maia Ferreira é a figura de um pai devotado à sua família, cujo amor pela mulher levou-o a buscar os “dólares e centavos” que ela “requeria para se manter uma Lady”. Fiel ao poeta idealístico e romântico que era, Maia Ferreira vivia permanentemente atormentado em razão da indiferença e do materialismo de sua mulher.

Com o intuito de satisfazer o que chamava de “monomania por dinheiro” dela e ser confirmado como vice-cônsul, Maia Ferreira fez pelo menos quatro viagens a Havana, Cuba, entre 1855 e 1860, além de três viagens a Portugal, durante o período de 1856 a 1858.

Desencorajado, porém, pelo fracasso nos negócios e pelo insucesso na confirmação como vice-cônsul, deprimido pela morte de seu amado filho em fevereiro de 1860 e pela permanente indiferença da esposa, ele a abandonou e às filhas, retornando ao Brasil entre 1861 e 1862, para nunca mais voltar à América. Pelo que pudemos determinar, não houve mais comunicação entre ele e seus amigos e familiares desde então.

Maia Ferreira voltou ao Rio de Janeiro para encontrar-se com sua mãe, irmão e duas irmãs. Graças à pesquisa do Dr. Pacheco, conhecemos bastante sobre os descendentes brasileiros do poeta (PACHECO, 1992), e temos uma árvore genealógica completa de seus antepassados angolano-portugueses, tanto do lado paterno quanto materno (PACHECO, 1990: 44-5; 160-1).

Quando o pai de Maia Ferreira, José da Silva Maia Ferreira, casou-se com Ângela de Medeiros Matoso, no dia 11 de setembro de 1823, ele juntou-se a uma das mais importantes e ricas famílias de Angola. Trinta anos mais tarde (1.º de fevereiro de 1853), quando seu filho casou-se com Margaret Butler, ele juntou-se a uma das famílias mais “nobres” da Nova Inglaterra, que, no lado paterno, encontrava suas raízes nos primeiros reis da Inglaterra, e, no lado

materno, nos senhores da aristocracia rural e em William Shakespeare⁴. Devido ao esforço e curiosidade da bisneta de Maia Ferreira, Barbara Arden Lambert (Robertson), a extensa e complicada árvore genealógica da mulher do poeta, Margaret Butler, encontra-se bem definida. Igualmente bem definido e destacado é o ramo americano da família de Maia Ferreira, começando com o casamento da sua primeira filha, Maria Leonora, com Frederick Thomas Murlless Jr., em 15 de abril de 1891.

Não é nossa intenção definir os múltiplos ramos da árvore genealógica americana da família de Maia Ferreira. É muita extensa e para fazer-lhe justiça requereria muito mais espaço do que o presente trabalho permite. Assim, preferimos nos concentrar em alguns dos mais notáveis membros da árvore genealógica de Margaret Butler, ao tempo em que definimos de forma mais completa o ramo da árvore genealógica da família de Maia Ferreira.

Margaret Butler (nascida em 1827, falecida em 1885), esposa de Maia Ferreira, foi um dos nove filhos⁵ de Laird Miller Harris Butler e Sarah Mary Arden.⁶

A família Butler descende da nobreza inglesa, encontrando suas raízes na realeza, desde o Rei Henrique I da Inglaterra (século XI), passando por Eduardo I (século XII), e condes e duques de Ormond (século XIII). De especial interesse é o fato de que, incluída na árvore genealógica, encontra-se Ana Bolena, uma das seis esposas de Henrique VIII e mãe da Rainha Elizabeth I.

Embora a família da sogra de Maia Ferreira, os Arden, não fosse tão nobre quanto a dos Butlers, eles se orgulhavam de que o dramaturgo William Shakespeare fazia parte de sua árvore genealógica. A sogra de Maia Ferreira, Sarah Mary Arden (nascida em 23 de abril de 1802 e falecida em 25 de janeiro de 1855-56), levou o nome de Sarah Arden, quinta filha de Robert Arden Esq., um importante proprietário de terras na Inglaterra do século XV, que tinha entre suas propriedades a Floresta de Arden. Sarah Arden casou-se com um

⁴ A informação da família Arden procede de *Historical Publication Society in Philadelphia*, Pennsylvania, datada de 11 de julho de 1941.

⁵ Dos nove filhos, sete chegaram à idade adulta: Eliza, Margaret, Mary, Elizabeth, Cecília, Frank and Georgina. Frank era um rapaz quando sua irmã Margaret casou-se com Maia Ferreira. Maia Ferreira gostava muito de Frank, a quem se referia várias vezes em suas correspondências com sua esposa.

⁶ A segunda filha de Maia Ferreira foi batizada com o nome da avó materna, Sarah Arden. Ela nunca se casou.

dos filhos de um arrendatário de seu pai, criador de ovelhas. Dentre os filhos deste casal encontrava-se o futuro dramaturgo William Shakespeare. O brasão familiar contém a imagem de um cajado (“shakespeare”) que foi concedido à família pela Rainha Elizabeth I da Inglaterra.⁷

O ramo americano da família Maia Ferreira, proeminente na América colonial, data dos primeiros anos do século XVIII. De maior notabilidade, o avô da sogra de Maia Ferreira, Thomas Arden Jr. (nascido em 1750 e falecido em 1830), tornou-se rico como negociante de peles, combateu na Guerra Revolucionária e foi um dos fundadores do Banco de Manhattan da Cidade de Nova Iorque, em 1799. Considerando esses antecedentes da família da mulher de Maia Ferreira, não é de se admirar que ela insistisse em manter seu status social na cidade de Nova Iorque.

Apenas uma das duas filhas de Maia Ferreira casou-se. Quando Maria Leonora casou-se com Frederick Thomas Murless Jr., ela juntou-se às famílias Murless e Perrin (o nome de solteira de sua sogra era Mary Ellen Perrin). A família Murless não tem raízes na nobreza inglesa e, em comparação com as famílias Butler e Ardens, chegou na América mais tarde. Tanto o marido como o sogro de Maria Leonora foram proeminentes dentistas no Estado de Connecticut. O Dr. Murless Jr., também médico, especializou-se em ortodontia e foi um pioneiro nesse campo.

De outro lado, a família Perrin, através de suas conexões com a família Bowen, datando dos anos de 1600, encontra sua linhagem a partir de Bell Mawr, rei da Inglaterra à época da invasão de Júlio César em 55 a.C.

Entre os primeiros colonizadores da Nova Inglaterra, encontravam-se representantes das famílias Perrin e Bowen – John Perrin chegou em Braintree, Massachusetts em 1635, e Griffen Bowen aportou em Boston em 1639.

Duas crianças nasceram do casamento de Maria Leonora Maia Ferreira e Frederick Thomas Murless Jr. A primeira criança, Margaret, batizada com o nome de sua avó materna, nasceu em 8 de junho de 1894, mas faleceu apenas três dias depois. A segunda filha, Barbara Arden Murless, batizada com o nome da sexta e mais jovem das filhas de Robert Ardeen Esq. (avô de Shakespeare), nasceu em 13 de julho de 1895 e faleceu em 17 de março de 1984.

⁷ A informação a respeito da relação entre a família Arden e William Shakespeare foi fornecida por Barbara Arden Lambert e não é confirmada pela Historical Publication Society.

Foi Bárbara Murless quem revelou a correspondência e outros documentos de Maia Ferreira herdados de sua mãe, Maria Eleonora, e foi a filha dela, Barbara Arden Lambert (Robertson), bisneta de Maia Ferreira, a responsável pelo delineamento das árvores genealógicas das famílias, bem como pela tradução das correspondências em inglês de Maia Ferreira para que os familiares pudessem apreciá-las.

Bárbara teve três irmãos: David Maia Ferreira Lambert (nascido em 30 de março de 1925 e falecido em 4 de abril de 2012), destacado advogado em Washington, DC, grande apoiador de sua irmã em relação à pesquisa sobre a história de seu bisavô e incentivador da doação do acervo de Maia Ferreira à Torre do Tombo; seu irmão gêmeo Jonathan Murless Lambert (nascido em 30 de março de 1925 e falecido em 18 de setembro de 1993), e Frank Lambert Jr. (nascido em janeiro de 1924 e falecido em 2012).

Barbara Arden Murless casou-se com Frank Lambert (n. 29 de janeiro de 1893 e m. 15 de maio de 1982) em 12 de setembro de 1921. Seu marido veio de uma família numerosa com dez filhos, e tal como todas as famílias do lado americano de Maia Ferreira, tinha origem na Inglaterra. De especial interesse, o tataravô de Frank Lambert, John Lambert, chegou na América em 1677 com o famoso Quaker William Penn, fundador da colônia de Pensilvânia. Segundo Louis Albert Lambert, o pai de John, igualmente chamado John, foi um dos tenentes de Oliver Cromwell e foi preso por seu envolvimento na morte do rei Carlos I. Ao invés de ser enforcado, foi-lhe permitido morrer na prisão, por ter ajudado a restabelecer o parlamento na Inglaterra⁸.

Como pode ser visto pelas informações acima, sobre os parentes americanos de Maia Ferreira, ao casar-se, ele juntou-se a interessantes e muito importantes famílias. Sua filha e os descendentes dela seguiram os mesmos passos.

Pessoalmente, gostaria de dizer que o contato com os descendentes americanos de Maia Ferreira tem sido extremamente gratificante. Embora os bisnetos de Maia Ferreira não falassem português, tanto David M. F. Lambert como Barbara Arden Lambert (Robertson) mantiveram a memória de seu bisavô luso-angolano através da cuidadosa preservação de seu acervo e dos artefatos que ele deixou quando abandonou os Estados Unidos, em 1861-62. Esses

⁸ Referências a seu envolvimento com Oliver Cromwell encontram-se em FRASER, 1973. A informação sobre John Lambert foi fornecida por Louis Albert Lambert (nascido em 26 de janeiro de 1855 e falecido em 2 de novembro de 1931), avô de David e Barbara Lambert.

artefatos incluem presentes que ele comprou para sua esposa em suas viagens, preciosos leques franceses e joias do Brasil. Dentre os mais interessantes, estão objetos pessoais do poeta, tais como seu retrato pintado a óleo, duas espadas cerimoniais da Marinha pertencentes a seu pai e vários daguerreótipos com sua imagem junto com vários membros da família.

Não há dúvida quanto à importância histórica de José da Silva Maia Ferreira para a literatura de Angola. Sem ter noção da importância do bisavô, a família Lambert deve ser laureada por ter conservado tão cuidadosamente seu arquivo e artefatos, e, através da doação ao governo português, torná-los acessíveis ao público interessado.

Bibliografia

- FRASER, Antonia (1973). *Cromwell – The Lord Protector*. New York: Knopf.
- PACHECO, Carlos (1990). *José da Silva Maia Ferreira: o homem e a sua época*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- PACHECO, Carlos (1992). *José da Silva Maia Ferreira: novas achegas para a sua biografia*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- PACHECO, Carlos (1996). *O nativismo na poesia de José da Silva Maia Ferreira (Ensaio)*. Évora: Pendor Editorial.
- ROUGLE, William (1991). José da Silva Maia Ferreira, poeta angolano, jornalista brasileiro, homem de negócios americano. *Colóquio / Letras*. 120, 184 -188.
- ROUGLE, William (1993). José da Silva Maia Ferreira, três poemas inéditos. *Jornal de Letras*. (17 ago.), 26-27.

Maia Ferreira: uma escrita dissonante com matéria

à busca duma pátria consonante

da benguelinha com o rouxinol e o sabiá

Salvato Trigo

U. Fernando Pessoa

Pinheiro Chagas, fazendo, no *Archivo Universal*, recensão ao livro *Amor de Poeta* da autoria de J. G. Lobato Pires, a quem Maia Ferreira dedicou o poema “Ela a Sorrir”, considerando-o embora “poeta distinto” do que Garrett chamou de “género piegas” e Tomaz de Carvalho denominou de “fúnebre cantochoão de misérias individuais”, não deixou de verberar que são

versos desse género que inundaram e inundam as páginas da imprensa periódica (...) enviados pelos Petrarcas de casa a Lauras desvanecidas com a homenagem que o público se vê obrigado a aturar, sem ter a mínima culpa das crueldades da adorada e dos desesperos do adorador.

Viria Pinheiro Chagas, em seus *Ensaíos Críticos*, a reincidir no desabono da “epidemia periodiqueiro-versejadora” (1866: 327) pululante na primeira metade do século XIX, entre nós, da qual, todavia, excetuou três poetas, que lhe mereceram justos encómios e que caracterizou, sumariamente, da seguinte forma: Soares de Passos, um poeta de organização; Correia Caldeira, um poeta de ocasião; Lobato Pires, um poeta secularizado.

Lobato Pires, cujos poemas Maia Ferreira terá lido num ou noutro desses periódicos literários referidos por Pinheiro Chagas, o *Archivo Universal* e a *Lizia Poética*, ou dos quais terá tomado conhecimento pelo jornalista e poeta setubalense João d’Aboim, exilado pelo miguelismo no Rio de Janeiro, terá mostrado ao poeta de Angola o caminho para não querer ser mais um dos

Petrarcas caseiros, cantando *Lauras* desvanecidas (os poemas do livro de Maia Ferreira *Esponsaneidades da minha Alma – às senhoras africanas*: “A ela” (1980: 35), “O seu retrato” (1980: 52), “Eu ouvi!” (54), “Recordação” (57), “Porque podes duvidar?” (61) e “Carlinda” (63) tendem para esse *laurismo* dissonante e serôdio) a receber florilégios piegas e lânguidos, e se libertar dos fúnebres cantochões das misérias individuais, materiais, afetivas ou morais (os poemas “A queima de um bosque” (1980: 56), e “Em que estás tu a pensar?” (65), ressoam ao tipo de “graveyard poetry” / poesia de cemitério, típica na Inglaterra do século XVIII, da qual Millevoye, epigrafoado pelo autor, é seguidor em França, e onde Soares de Passos também foi inspirar-se).

É que Lobato Pires, como Pinheiro Chagas bem anotou, ainda que pouco conhecido, nos meandros literários portugueses da primeira metade do século XIX, por ter saído da vida demasiado depressa, logo depois de publicar os poemas que reunia em *Amor de Poeta*, anunciou-se como um exímio cultor da forma, de desbordante imaginação, procurando fugir à frase feita, à associação verbal desgastada, à adjetivação puída e ao advérbio de alinhavo, e buscar formulações poéticas respaldadas na ciência. Pinheiro Chagas não teve, por isso, hesitação de afirmar que Lobato Pires compreendeu bem a ligação íntima que ele próprio, Chagas, considerava existir entre ciência e poesia, claro que entendendo-se ciência como conceito datado do século XIX e não como palavra de moda, como hoje é exageradamente utilizada. Em Lobato Pires, que publicava também na *Lizia Poética* (cf., por exemplo, o poema “Eu queria mas qu’importa?”, publicado em 23 de dezembro de 1848) tinha, pois, Maia Ferreira uma expressão rejuvenesceda da arte poética de António Feliciano de Castilho, ao encontro do Garrett, poeta das *Folhas Caídas* e do *Camões*, este motivo para a hermenêutica de grande rigor e qualidade, que o patriarca das letras lisboetas oitocentistas dedicou ao nosso épico maior.

Mas o *dis-cursus* literário de Maia Ferreira, nas suas *Esponsaneidades da minha Alma*, título que, no dizer de Gerald Moser, como é sabido, lhe terá sido inspirado pelo *Livro da minha Alma*, de João d’Aboim, publicado no Rio de Janeiro, no mesmo ano de 1849 em que o livro do angolano saiu do prelo na Imprensa do Governo, em Luanda (apesar de nele haver poemas datados de 1850), o *dis-cursus*, dizíamos, é tributário de várias influências que vêm da expressão clássica por ele invocada em muitos dos seus poemas, passando pela expressão arcádica, romântica e ultrarromântica, todavia, nunca condoreira

avant-la-lettre como no poeta sarcástico seiscentista, Gregório de Matos, a antecipar o seu conterrâneo baiano, Castro Alves, esse sim, verdadeiro poeta condoreiro da segunda geração (brasileira) ultrarromântica. Esse *dis-cursus*, na rigorosa aceção de tecelagem verbal a colorir tecidos ou textos de variegada natureza, heroica, lírica, ditirâmbica, elegíaca, epigramática e, nalguns casos, com desejos de ode, esse *dis-cursus*, repito, voa pelos céus de Angola, do Brasil e da Europa, ora como águia anunciando roer o fígado de Prometeu por este titã ter roubado o fogo aos deuses (à Ésquilo); ora como o canto eufórico do rouxinol (à Homero ou à Ovídio) ou disfórico e lamentoso (à Aristófanes ou à Virgílio ou à Bernardim Ribeiro) ou trinado e jovial (à John Milton ou à Garrett da Joanhina, menina dos olhos verdes); ora como gemido doloroso da traição de cuco (à Torquato Tasso); ora como pio monótono, triste e agoireiro de mocho / coruja (à Soares de Passos); ora como canto apressado de benguelinha, ou de seripipi-de-benguela; ora como colibri em viagem para o mundo do sabiá (à Gonçalves Dias).

Admirável, mas difícil de compreender tanta erudição literária e poética, aos 22 anos, ainda para mais num autor que não passou pela biblioteca joanina nem pelas aulas coimbrãs, embora não saibamos se, na escolaridade dos 11 anos vividos no Rio de Janeiro (Francisco Soares considera que terão sido só 8, porque o coloca em Lisboa entre 1841 e 1844 a estudar no Lycée Parisien), durante o exílio do pai miguelista, entre 1834 e 1845, frequentou a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (criada em 1810, pela transferência da Biblioteca da Ajuda para a então capital do Brasil, seguindo a corte portuguesa que aí tinha chegado nos primeiros meses de 1808) ou o Real Gabinete Português de Leitura (inaugurado no Rio de Janeiro, em 1837), obra de comerciantes lusos locais e de, pelo menos, um advogado e jornalista também português, José Marcelino Rocha Cabral, exilado pelo absolutismo monárquico de Lisboa.

É claro que a mesma surpresa podemos ter com o facto de que, no regresso do Brasil a Angola, em 1845, Maia Ferreira, então com 17/18 anos, tenha sido nomeado, aos 19 anos, em 1846, como Secretário interino da Junta de Saúde, de Luanda, sendo governador-geral Pedro Alexandrino da Cunha, o criador da Tipografia do Governo, e, aos 22 anos, em 1849, já exerça o importante cargo de tesoureiro da Alfândega do Reino de Benguela, como então era designada a, depois, chamada de Província de Benguela.

Não sendo nosso propósito escarpelizar aqui a biografia de Maia Ferreira, porque ela foi exemplarmente estudada pelo historiador angolano Carlos Pacheco, como se sabe, as minhas interrogações sobre o *curriculum vitae* do jovem funcionário público são justificadas pela relação, explicitada no livro, entre aquele cargo político e o *cursus* do *dis-cursus* literário, cujo *locus* enunciativo foi a cidade de Benguela, a par de Luanda e do Rio de Janeiro, donde aparecem datados poemas, publicados na antologia *Lizia Poética*, entre 22 de outubro de 1848 e, pelo menos, 29 de abril de 1849.

Na verdade, o livro *Espontaneidades da minha Alma* tem um conjunto de textos, uns dedicados a figuras da sociedade benguelense e outros não dedicados, cuja enunciação literária foi motivada pela atividade política do funcionário José da Silva Maia Ferreira, por isso, permito-me rastrear aqui alguns dos aspetos do seu currículo que ajudam à leitura mais contextualizada desses textos datados e, portanto, com literariedade circunstancial.

Quando Maia Ferreira assumiu a função de tesoureiro da Alfândega de Benguela, era governador desse distrito o major da extinta brigada da marinha Francisco Tavares de Almeida, que tinha sido nomeado para o cargo, em 1848, isto é, no mesmo ano em que foi nomeado governador-geral de Angola o conselheiro Adriano Acácio da Silveira Pinto, a quem é dedicado o poema *Dedicação* que abre aquele livro.

O discurso heroico de exultação e de encomiástica verve desse primeiro texto do livro será muito melhor compreendido após as achegas políticas contextuais e acompanhadas das notas curriculares do funcionário Maia Ferreira que se seguem.

Em 10 de abril de 1850, alguns habitantes ilustres de Benguela, entre os quais, o major e homem de negócios Joaquim Luiz Bastos; o subdelegado do procurador da coroa e da fazenda José Justiniano da Cruz Forte; o escrivão da delegação da fazenda José Rodrigues Teixeira Cravella; o tesoureiro da Alfândega José da Silva Maia Ferreira; e o comerciante António da Silva Maia Ferreira, enviam uma petição à Rainha D. Maria II, a solicitar a recondução no cargo do governador Tavares de Almeida, ao mesmo tempo que a Câmara Municipal da cidade secunda tal petição. Antes, em 23 de agosto de 1849, o governador-geral da província de Angola, Adriano Acácio da Silveira Pinto, atendendo aos comprovados méritos de oficial e de gestor público, já tinha proposto à soberana, para o posto de tenente-coronel, o major da extinta

brigada da marinha e governador do distrito de Benguela, Francisco Tavares de Almeida.

Tirando aqueles subscritores, que encabeçaram hipocritamente a petição mas já tinham um acordo conspirativo para afastar o major Tavares de Almeida, os restantes subscritores (e eram dezenas), em nome do distrito, e a Câmara Municipal, em nome da cidade, estavam sinceramente empenhados na renovação do mandato do governador, atendendo à sua obra de recuperação patrimonial e de renovação urbana assim como às boas relações que mantinha com sobas e populações indígenas, designadamente da importante região do Dombe e do Dombe Grande.

O governador foi, no entanto, traído pelo major Joaquim Luiz Bastos e por aqueles listados seus apoiantes, afinal desafetos do major Tavares de Almeida, que estava convencido de que, sobretudo, os funcionários do governo, como Maia Ferreira, Teixeira Cravella e Cruz Forte o apoiavam. A ganância pelo poder e pela proteção dos seus negócios do mestiço major Joaquim Luiz Bastos levaram este a conspirar, através de amigos em Lisboa, a quem fez chegar dinheiro suficiente para que manobrassem junto dos necessários departamentos da corte pela não renovação do mandato do governador e fizessem tudo o que fosse necessário, sem olhar ao preço, para que os funcionários da corte acreditassem nas denúncias de corrupção e desvario de dinheiros públicos que inventaram sobre o major Tavares de Almeida, a fim de o mesmo ser derrubado do cargo (e esse cargo lhe fosse entregue a ele, Joaquim Luiz Bastos, e a sua conveniente promoção também a tenente-coronel) e detido, para ser julgado em tribunal militar, como veio a acontecer, em Luanda. No entretanto, o major Joaquim Luiz Bastos foi designado governador interino e o governador-geral, Adrião Acácio, retirou a proposta, que tinha feito, de promoção a tenente-coronel do major Tavares de Almeida.

A golpada de Joaquim Luiz Bastos e seus apoiantes foi muito contestada pela cidade e sobretudo pelo velho soba de Dombe e suas populações que, em grande representação de umas dezenas de pessoas, vieram a Benguela, para, por um lado, apresentar ao governador o sucessor do velho soba, seu sobrinho, e, por outro lado, pedir proteção, para que o governo os defendesse de ataques dos sobados rebeldes vizinhos. Mal acolhidos pelo governador interino, o soba e suas gentes foram simplesmente mortos, num exercício de abominável

barbaridade do major Joaquim Luiz Bastos que não tinha ponta de respeito pelas populações indígenas.

Tavares de Almeida, entretanto, para gáudio dos seus desafetos e detratores, era julgado em Luanda por crimes que não tinha cometido, tendo sido absolvido, por manifesta falta de provas documentais e testemunhais, que as testemunhas de acusação, apresentadas pelo major Joaquim Luiz Bastos, os seus apaniguados, Cruz Forte, Teixeira Cravella e um tal de Pedro Baptista Lobato Pires (desconhecemos se tinha algum parentesco com o poeta Jorge Guilherme Lobato Pires, que antes referimos) não conseguiram evidenciar ao tribunal. Não consta que Maia Ferreira tenha também testemunhado contra o major Tavares de Almeida, no tribunal em Luanda, mas sabemos que o poeta tinha saído apressadamente de Benguela para a capital de Angola, onde o encontramos, já em 1850, como escrivão das descargas da Alfândega de Luanda, função de que foi demitido, em 25 de janeiro de 1851, pelo governador-geral Adrião Acácio, o tal que o poeta tanto havia elogiado no poema de abertura do livro e glorificado naquele que intitulou “Hino ao excelentíssimo senhor Adrião Acácio da Silveira Pinto”.

Descoberta a trama do major Joaquim Luiz Bastos e absolvido o major Tavares de Almeida, este pôde solicitar as respetivas indemnizações ao Estado, sendo Ministro da Marinha o célebre governante Fontes Pereira de Melo, o grande dinamizador oitocentista do transporte ferroviário em Portugal. Desconhecemos o que aconteceu ao denunciador em termos judiciais, apenas sabemos que todos perderam os cargos públicos que tinham.

Estas peripécias curriculares, em que Maia Ferreira e alguns dos homenageados no seu livro estiveram envolvidos, conhecemo-las pelo documento intitulado *Memória justificativa do ex-governador de Benguela Francisco Tavares de Almeida*, publicada, em Lisboa, em 1852, da qual repescamos alguns trechos, como “Um oficial indigno desta honrosa categoria, vilipêndio da classe militar, e opróbrio da espécie humana – o major Joaquim Luiz Bastos...”; “...que empregava os meios mais abjectos e aleivosos, para alcançar o governo de Benguela, maquinando a minha demissão...”; “Um homem de negócios o mulato Joaquim Luiz Bastos, que por meios pouco decorosos obteve o posto de major da companhia de infantaria de Benguela...”

Tais peripécias não são, de todo, abonatórias da vida, em Benguela, de Maia Ferreira, jovem funcionário público, o qual, a crer nas fontes de

Francisco Soares, mal terá chegado à capital de Angola, em 1845, envolveu-se com um grupo político designado por “Jovem Luanda”, cujas substância de missão e argamassa de união se limitavam ao jacobinismo e à lusofobia, então também fazendo o seu curso desvairado do Rio de Janeiro ao Recife, do Recife a Salvador, de Salvador a S. Paulo, numa corrente nativista ou indianista na qual Gonçalves Dias buscou os tons da sua voz poética, que pretendia afinar com o tupi Sabiá da canção do exílio imaginário que, ao olhar crítico de Pinheiro Chagas, não passava de colibri a esvoaçar à volta de *Y-Juca-Pirama* que, mesmo com nome índio, não se funde esteticamente com os índios, o que levou aquele crítico a concluir que “o corpo dos poetas americanos está na terra de Colombo, a sua alma está na Europa”.

É a velha questão da matéria renegada numa escrita dissonante, para construir a nova pátria consonante com as várias vozes, com os vários cantos, do rouxinol, do sabiá, da benguelinha. Rápido perceberam, porém, que essa(s) nova(s) pátria(s) não necessitava(m) da falsa motivação da lusofobia, para afirmar a sua igualdade na diferença, antes seriam culturalmente mais ricas se fossem capazes de integrar e de harmonizar as diáteses do trinado do rouxinol europeu, da liturgia do sabiá tupi, com a morena maviosidade gemebunda da benguelinha, tantas vezes agitada contra a gaiola do seripipi.

Em *Espondaneidades da minha Alma* não se vislumbra, porém, essa harmonização, talvez porque ela necessitasse de uma maturidade sensorial que os fogosos verdes anos do poeta não lhe permitiram degustar na plenitude, porque olhavam mais do que viam, porque falavam mais do que ouviam, entregando-se mais à corporalidade do que à espiritualidade, mais ao tátil do que ao sentir. Daqui resulta, por isso, mais artificialidade do que naturalidade nessa arte poética integrativa, onde a comum matéria da língua sustenta, com a sua plasticidade morfológica e lexical e a sua liberalidade sintática, as falas das novas pátrias.

Antes de regressarmos ao livro e à dissonância que nele introduzem aquelas notas contextuais, citemos ainda o jornal *A Revolução de Setembro* n.º 500, de 4.ª-feira, 16 de novembro de 1842, para um apontamento curricular também do conselheiro Adrião Acácio da Silveira Pinto, então ainda governador de Macau, antes de ser nomeado governador-geral de Angola:

Por longo tempo governou o nosso estabelecimento de Macau, o Sr. Adrião, e em toda esta quadra estiveram as leis caladas e mortas. Não houve durante este governo escândalo, que se não cometesse, nem meios, que os queixosos não empregassem para se livrarem de tão aturado flagelo. A imprensa alevantou clamores periódicos contra o magistrado corrupto e solto e se pediu que fosse removido o governador.

Mais tarde, já por causa do governo de Angola, o conselheiro Adrião Acácio será acusado e julgado por destemperos na sua governação angolana, todavia, o que fica transcrito é já suficiente para percebermos o entusiasmo de Maia Ferreira no primeiro poema do livro, entusiasmo que repete no poema “Hino ao excelentíssimo senhor Adrião Acácio da Silveira Pinto” e naquele que lhe dedica também com o texto “Aos anos de Sua Alteza o Príncipe Real o Sr. D. Pedro de Alcântara”, pois o governador-geral tinha dado cobertura à tramoia do major Joaquim Luiz Bastos, a quem o poeta dedica o poema “À minha terra”, assim se lhe referindo: “Dedicação ao meu compatriota o Ilm.º Sr. Joaquim Luiz Bastos”.

Merecedor também de dedicatória foi Cruz Forte, outro dos prosélitos de Joaquim Luiz Bastos, com o poema “Ao meu cunhado e amigo J. J. da Cruz Forte”. A Teixeira Cravella não dedicou diretamente qualquer poema, mas recorda-o, através da mulher desse delegado da fazenda, afinal chefe dele, Maia Ferreira, enquanto tesoureiro da Alfândega. À mulher de Teixeira Cravella dedica o vate o poema “Já não tenho fê!” e, a rematar o livro, com epígrafe em francês de Victor Hugo, apropriada ao rompimento entre a adorada e o adorador, o canto “No álbum da excelentíssima senhora D. Maria Paula da Gama Teixeira”, a quem retira o outro apelido, Cravella, do marido.

Mais por ter alcançado rápido o estágio de *druid* (o amante da poesia trovadoresca provençal) sem estadear suficientemente no de *entendedor* e por ter anulado, contrariando a arte poética do amor, o momento inaugural do *fenhedor* ou fingidor, ao jovem trovador luandense, em Benguela, não lhe bastou o mal acompanhado peripatismo político numa cidade que não era a sua e que o levou a cair em desgraça, mas quis ir mais além na traição ao seu chefe e cor-religionário de conspiração, José Rodrigues Teixeira Cravella, elegendo-lhe a mulher, Maria Paula Gama Teixeira Cravella, não como musa ou mulher-anjo, à Camões ou à Lamartine, ou como uma Laura petrarquiana do fingidor dum amor platónico da juventude, mas como uma amante, por causa de quem teve

de sair à pressa de Benguela para Luanda, após ter escapado da má pontaria dum revólver traído, quando a mancebia foi descoberta.

Foi essa fuga o momento da transformação do jovem estouvado, esbanjador de riquezas e frequentador de ilusões, num adulto temperado, desiludido com a vaidade, a hipocrisia e a falsidade do mundo, que, no entanto, ele ainda não tinha tempo, e nem teria tempo, de idade, para a aprofundar, porque as Parcas chamaram-no cedo para a sua companhia, isto se não tiver havido qualquer equívoco do jornal carioca *Correio mercantil*, de 21 de outubro de 1867, a noticiar, na secção do “Obituário”, a morte de “José da Silva Maia Ferreira, africano, 39 anos, casado. Tubérculos mesentericos”. O próprio Maia Ferreira foi colaborador desse jornal, mas há quem advogue que essa morte só ocorreu, no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1881, para justificar o facto de lhe atribuírem colaboração, em vida, no *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, em 1879. Estranha-se, porém, que, nessa notícia, Maia Ferreira seja apodado de “africano”, não de angolano, deixando-se, assim, pairar a ideia de que não seria branco, apesar de se saber que ele pertencia, como escreveu Pepetela, a “uma família de comerciantes portugueses instalada há muito na colónia”, de Angola, desde o século XVII. Não é, do mesmo modo, muito plausível, atendendo ao forte segregacionismo racial vigente nos EUA, no século XIX, que um africano pudesse ter casado com uma jovem americana, Margaret Butler, como aconteceu, em 1 de fevereiro de 1853, com Maia Ferreira, dois anos depois de ter sido forçado a sair de Angola e viajar do porto de Ambriz para Nova Iorque, na sequência da demissão das suas funções na Alfândega de Luanda, por “ter perturbado a ordem e sossego público de um modo indigno e escandaloso”, conforme o chefe da polícia da cidade escreveu na sua participação oficial ao governador-geral Adrião Acácio.

Dessa transformação dá conta no poema “A minha viagem”, epigrafado com um verso de Garrett (“Só tu, e o vasto mar... e a saudade!...”) e dedicado ao seu amigo brasileiro António Pereira da Costa Jubim, poeta também colaborador da *Lizia Poética*, e, sobretudo, no poema “O meu Credo”, que dedica à sua “carinhosa Mãe”, escrito num tom confessional e autobiograficamente amargurado, pela “atra sentença” que “ímpios lançaram” sobre ele e que o levou a descrever das artes poéticas clássica (esta mais focada nos olhos femininos como uma narrativa poética) e romântica (esta mais concupiscente e fixada

nos “seios virginais” e nos “lábios de carmin”), parecendo em trânsito para o medievalismo literário de “Deus – Mãe – e Pátria”.

Naqueles textos do livro, que são verdadeiramente poesia e não mera versificação das circunstâncias, os olhos são, parece-me, o núcleo gerativo da gramática poética de Maia Ferreira. Também Francisco Soares observou que “a representação do feminino”, na poesia de Maia Ferreira, “se reparte entre estereótipos europeus e mulheres definidas por traços psicossomáticos ligando-se à autenticidade, aos olhos escuros, a uma tristeza profunda, à meiguice, à naturalidade”, assim, fazendo entrar pelas pupilas negras a fragilidade bela da feminilidade africana que concede poder divisar-se em *Espontaneidades da minha Alma*, dedicadas, justamente, às senhoras africanas, incluídas pelo autor, no exórdio do livro, no conjunto mais alargado de “Às minhas compatriotas”.

No poema “Tenho fé!” (FERREIRA, 1980: 85), “uns olhos negros-negros / De tão doce e mago olhar / Têm mais brilho do que os astros / No firmamento a brilhar!” incutem ainda mais fé, embora, no poema “A ela (35), com a apropriada epígrafe do romântico João de Lemos, essa fé seja abalada pelo olhar falso da mulher inominada, que reencontramos, mais tarde, no poema “Ainda a ela!” (93), também com ajustada epígrafe, agora de Bocage com sua Armia, e que do poeta se afastou, mas com fé no reencontro que, afinal, não acontecerá e, por isso, no poema “Já não tenho fé!” (118), ele desvela-nos, na dedicatória, que essa inominada figura feminina, era “D. M. P. de Cravella”, isto é, D.^a Maria Paula de Cravella, a que já nos referimos, que deixou de acorrer a apagar o seu fogo de amor. Depois de tanto crer em Deus, o grande arquiteto do universo, na cultura maçónica, em que Maia Ferreira terá sido iniciado, no Rio de Janeiro, no convívio com escritores como Frederico Francisco Stuart de Figanière e Morão, filho do diplomata, negociante, escritor e maçom Joaquim César de Figanière e Morão, que fora cônsul de Portugal no Brasil e que lhe deu trabalho no consulado português de Nova Iorque, em 1852, quando o poeta se tornou uma espécie de agente de negócios da família Figanière, o que lhe permitiu viajar por Cuba, por Espanha, por Portugal, por Cabo Verde e Guiné-Bissau, entre outros países, onde se deslocava por causa de transações comerciais, designadamente de tabaco, conforme nos informa Francisco Soares (em *José da Silva Maia Ferreira – Uma biografia atlântica*), o poeta brada “Não tenho fé!” e arruma a lira.

Este poema “Já não tenho fé!” retoma o *Leitmotiv* do poema “A uns olhos que eu vi!” (FERREIRA, 1980: 111), que Maia Ferreira foi buscar a João d’Aboim, de quem cita dois versos sinestésicos para mote da sua glosa sobre o amor: “Eu amo os olhos que falam / Que vibram no coração”. A iridiologia amorosa do poeta vai da ternura duns olhos “pretos-maviosos”, “lânguidos-mimosos”, de expressão enfeitiçante, maga, doce, meiga, vibrante e apaixonante, pelos quais confessa ter morrido, tais os “fulgores divinais, de inspirada vibração, dos amores que sentiu com eles”, até aos pardos confiáveis e aos azuis, que seduzem e enlouquecem, antes de se tornarem esquivos, “por ser contra as leis de Deus”, pois “Já a outro dado haviam / O que eles ternos diziam, / O amor que eles sentiam, / Quais eram os votos seus!”.

Não nos equivoquemos, entretanto, quanto à autenticidade dos “traços psicossomáticos” rastreados em *Espontaneidades da minha Alma* por Francisco Soares e quanto ao horóscopo iridiológico destes dois poemas, porque Maia Ferreira domina, com certo à-vontade, as técnicas do fenhedor ou do fingidor poético e, por isso, é sempre mais prudente quedarmo-nos pela literariedade do discurso do que na sua literalidade, pois a adjetivação dos olhares é mais motivada pela circunstancialidade da imaginação do eu poético do que pela sua autenticidade. É o que, aliás, se pode concluir nas variações das glosas iridiológicas do poema “Os teus olhos!” (73), dedicado “À ex.ma Sr.^a D. M. Rezende”, cujo nome “Maria” é desvelado no acróstico da última estrofe. Aqui, neste poema, o lume, o brilho, a meiguice, a luz, a fulgência, a fermosura e a confiabilidade já não estão nos “olhos negros cor da noite – / Que desses já descri” nem nos “garços – que esses mentem, / Que por eles já morri!” “nem na magia dos pardos / Que só dizem – simpatia – / Têm seu brilho e seu fulgor – / Não há no mundo expressão / Que designe o seu condão / Quando só falam de amor!”

D.^a Maria Rezende tinha olhos “da cor que exprime na alma / O transporte em doce calma / São olhos que têm sorrir! / O mundo não tem iguais / Teus fulgores divinais – / Sempre, sempre hei-de os sentir!”, rematando o poeta de salão no seu acróstico que “Magos encantos revela / A tua imagem primorosa / Respiras o odor da rosa / Iguais uma deidade! / Alma de Anjo! Oh! Tem piedade!...” D.^a Maria Rezende, não, porque esta é só destinatária dum fingimento poético de escola dum *laurismo* anacrónico para um tempo de enunciação e para um espaço de enunciado duma língua que ainda não é dissonante

com a pátria, porque, neste livro, a sua fala, o seu *dis-cursus*, ainda não são consonantes com a pátria a vir do seripipi-de-benguela, apesar das incursões ao universo semiótico do sabiá, cujo canto nem se pressente, porque a saudade poética dessa pátria ainda ressoa a canários, melros, rolas e pintassilgos europeus, ao rouxinol de Bernardim e ao rouxinol de Garrett.

Veja-se, por exemplo, o poema “A minha terra” (FERREIRA, 1980: 12), dedicado ao amigo e poeta setubalense, João d’Aboim, tornado arcadicamente o Cisne da Guanabara, poema esse que se pretenderia identitário e diferencial na afirmação da fala angolana da língua comum, mas que, afinal, “Não tem meigo trinar – mavioso / Do fagueiro, gentil rouxinol” português, mais valorizado do que aquilo que “Tem o canto suave, saudoso / Da Benguela no seu arrebol.” Vejam-se também o poema “O batel!” (67), e seu ritmo e fala onde ecoam as barcarolas da poesia trovadoresca e das canções dos gondoleiros venezianos. Ou “O canto do nauta!” (89), poema saga do poeta navegador-viajante, que “na imensidão destes mares / Às vezes tenho pesares, / Saudades de Portugal!”

A falta da consonância com a fala da pátria a vir é também visível nas figuras femininas presentes no livro como sujeitos poéticos de enunciados, como a Beatriz do poema “D. Beatriz”, p. 95, com epígrafe de António Feliciano de Castilho, que podemos rastrear em Dante Allighieri; como a Armia do poema “O meu ramo!”, p. 80, que, se é visitável em Bocage, também a poderemos filiar, tal como a Arminda do poema “Recordação” (57), na personagem Armida, essa bela e sedutora feiticeira de *Jerusalém Libertada*, de Torquato Tasso. O mesmo poderemos dizer sobre a Clarinda dos poemas “Revelação e um sonho” (20), e “Beleza sem amor!” (172), que parece moldada sobre Clorinda, essa encantadora guerreira sarracena desse mesmo poema, que se torna amante do rei cristão Tancredo, e que aparece no poema sem título dedicado “À Exm.^a Senhora D. M. J. Peixoto” (75).

O mérito de ter sido o primeiro livro de poesia em língua portuguesa impresso na Imprensa do Governo, em Luanda, em 1849, escassos três anos após a sua criação pelo governador-geral Pedro Alexandrino da Cunha, do qual Maia Ferreira seria desafeto, certamente por razões de política local, ninguém lho retira, mas convenhamos que isso não chega para o tornar num livro de poesia angolana ou sequer proto-angolana, como, há 20 anos, escrevi no prefácio da edição de *Esponsaneidades da minha Alma*, publicada pela Imprensa

Nacional-Casa da Moeda, em 2002, porque, como disse Camilo Castelo Branco, no seu jeito polémico, a propósito da poesia do brasileiro Fagundes Varela, “em poesia, um sabiá não substitui a sintaxe, e as flores do ingá que rescendem no jequitibá, não disfarçam a corcova d’um solecismo”, concluindo que a poesia daquele autor “denota país novo e árvore nova de muita seiva um pouco atacada de pulgão e lagarto.”

Sobre *Espontaneidades da minha Alma* diremos, por fim, que não bastam versos como “Da África adusta o miserando Vate” (poema “Ainda a ela” (93)); ou como “...porque em terra africana / Não há Cisne em gentil Guanabara, / Mais mimosa, mais bela e mais rica / Do que o oiro do meu Uangara” ou como “Tem palmeiras de sombra copada / Onde o Soba de tribo selvagem, / Em c’ravana de gente cansada, / Adormece sequioso da aragem” ou “Nesses montes percorre afanoso, / A zagaia com força vibrando, / O Africano guerreiro e famoso / A seus pés a pantera prostrando” (poema “A minha terra” (12)), não bastam, de facto, para fazer de *Espontaneidades da minha Alma* “...a primeira obra da incipiente literatura angolana...” e, muito menos, para afirmar que “...ela inaugura a literatura africana de expressão portuguesa”, como, para além de outras imprecisões, escreveu com temerária simpatia, Gerald Moser no estudo de “Introdução” à 2.^a edição do livro, realizada pelas Edições 70, de Lisboa, em 1980.

Mas o livro é, indubitavelmente, um documento importante para a história da literatura colonial de língua portuguesa em Angola.

Bibliografia

- ALMEIDA, Francisco Tavares de (1852). *Memória justificativa do ex-governador de Benguela*. Lisboa: Typ. da Revista Universal.
- CHAGAS Pinheiro (1866). *Ensaios Críticos*. Porto: Viúva Moré Editora, Porto.
- (1867). *CORREIO mercantil*. Rio de Janeiro (21 out.).
- FERREIRA, Maia (1980). *Espontaneidades da minha alma – às senhoras africanas*. Lisboa: Edições 70.
- (1842). *A REVOLUÇÃO de Setembro*. Lisboa (16 nov.).
- SOARES, Francisco (2023). *José da Silva Maia Ferreira – Uma biografia atlântica*. Edição do autor.

Maia Ferreira:

entre Brasil, Portugal e África

Maria Aparecida Ribeiro

U. Coimbra / CLP

O problema

Tendo nascido em Angola, à época parte do império português, e vivido no Brasil, quando se iniciava o nosso Segundo Romantismo, como se comporta a poesia de Maia Ferreira, em *Espontaneidades da Minha Alma*, seu único livro publicado, com relação à sua terra?

Angola

Já na dedicatória de seu livro, o poeta refere a terra como adusta. E, quando a descreve, é quase sempre pela negativa. Coloca ele como epígrafe no poema “A minha terra”, que escreve para o álbum do poeta português João d’Aboim, versos em francês da sua própria autoria, que chama hino (FERREIRA, 1984: 12)¹. Pedindo a Angola que os aceite, oferece o poema a quem, segundo ele, tão bem soube cantar a ridente natureza do belo Portugal (no caso João d’Aboim, que publicou na *Lísia Poética*, o poema “Portugal”²).

¹ “Recevez donc mon hymne, ó mon pays natal, / Et offrez le de bon coeur à qui sut / bien chanter / La riente nature du beau Portugal” (FERREIRA, 1849: 12). Embora consultada a edição de *Espontaneidades da Minha Alma* organizada por Francisco Topa, as páginas citadas corresponderão sempre às da edição original do livro de Maia Ferreira, aí incluído em fac-símile.

² Na realidade, não é bem a Natureza de Portugal que Aboim louva. A referência a esta dá-se num único momento: “Benfadou-te a Natureza, / Oh terra de Portugal! / Ninguém te excede em beleza, / Na Europa não tens rival” (ABOIM, 1849: IV, 1). Na realidade, o que ele refere são as glórias passadas e a esperança de um futuro: “Minha Pátria, não morreste / Tu dormes pra descansar; / Essa luz que ao mundo deste / Há-de de novo brilhar / As nações têm noite e dia, / O mesmo sol te alumia, / Tens de um Deus a simpatia/ Que por esmero te fez; / De tuas passadas glórias / Conta-me o Douro as memórias / Conta-me o

Cabe aqui um parêntesis para dizer que Maia Ferreira, ao dedicar seu livro às senhoras africanas, tem algo em comum com Aboim: este consagra o primeiro volume de suas *Poesias* — *O Livro da Minha Alma* — às senhoras brasileiras³. O volume do português tem carta de Gonçalves Dias, poeta do primeiro Romantismo brasileiro, respondendo a Aboim a opinião que este lhe pediu sobre o volume. (Diga-se que o poeta brasileiro foi colega tanto de Maia Ferreira como de Aboim, nas páginas de *Lísia Poética*, publicada no Rio de Janeiro entre 1847-1849, por José Ferreira Monteiro). Tinha essa publicação o objetivo de difundir os poetas portugueses no Brasil, pois, como diz Ferreira Monteiro:

É n'estes ultimos annos que os talentos juvenis tem surgido em Portugal de uma maneira espantosa. Com tudo, as suas produções são pouco conhecidas; porque a maior parte d'elles publicam-as nos jornaes litterarios, e estes jornaes quasi nunca chegam ao dominio do publico do Rio de Janeiro, porque ordinariamente morrem à nascença, ou se passam do terceiro numero é já um milagre. Não pertencemos ao número dos depreciadores das cousas alheias, mas não podemos deixar de concordar que o jornalismo literário, é, de todas as formas escriptas, aquella que menos medra n'aquelle paiz. [...] Houve fraqueza imperdoavel n'esta indifferença: os homens de talento deviam saber collocar-se no seu lugar, e expulsar os vendilhões do templo. Cumpria-lhes incessantemente affastar os insolentes, que queriam usurpar para si o sceptro, que só pertence á intelligencia, e á illustração litteraria. [...] E' por isto que os escriptores portuguezes modernos são pouco conhecidos no Rio de Janeiro. Foi para preencher esta lacuna, que resolvemos dar ao publico um jornal de poesia todos os domingos. E' uma escolha selecta de todas as poesias que os poetas portuguezes modernos tem publicado em varios jornaes litterarios portuguezes, que pela sua ephemera duração não tem chegado ao domínio do publico do Rio de Janeiro; por isso parece-nos poder tambem affiançar que todas as poesias reproduzidas no nosso jornal são novas para ele. (MONTEIRO, 1849: I, 10-11)

Além de Aboim e de Maia Ferreira, a *Lísia* abrigou, entre outros, poemas de João de Lemos, Garrett, Herculano, Luís Augusto Palmeirim, Antonio

Sado vitórias / do meu solo Português” (ABOIM, 1849: IV, 1). Martim Moniz, Gama, D. João II, a batalha do Salado são algumas das figuras e momentos recordados.

³ Diz ele, ao enviar o livro a Gonçalves Dias, que decidiu oferecer o volume “às senhoras brasileiras, como verás na Introdução” (ABOIM, 1849: s.n.). No entanto, parece confundir o Brasil com o Rio de Janeiro, e a baía de Guanabara com um rio ou com algum acidente geográfico do gênero masculino, pois diz nessa Introdução, que é em versos: “Belas filhas gentis do Guanabara, / Recebei os meus últimos suspiros; bondosas escutai meus versos tristes” (ABOIM, 1849: 4).

Pereira da Costa Jubim (a quem o poeta angolano dedicou poemas no seu *Esportaneidades*). Muitos desses textos são assinalados pelo nacionalismo, que marcou o período romântico. Só no primeiro volume da *Lísia* (Ferreira Monteiro publicou quatro) encontramos: “Minha pátria”, de J. Álvaro de Lara e Sousa; “Quem me dera o meu paiz”, de Augusto de Sant’Anna Vasconcelos; “A saudade da pátria”, de António J. F. Ferreira; “Um adeus à minha pátria”, de António Pereira da Costa Jubim. Podem-se também mencionar alguns textos em que esse nacionalismo foi traduzido pela exaltação da paisagem portuguesa. Entre eles, o segundo do terceiro volume da *Lísia*: “Lua de Londres”. Assinado por João de Lemos Seixas Castello-Branco, ele não só é marcado pela saudade, outro tópico romântico, como também afirma a superioridade da Natureza em Portugal. Chamam a atenção, nesse mesmo volume, pela semelhança com o poema de Aboim citado na nota 2 do presente trabalho, os versos de “A minha pátria”, de Francisco José Pereira Palha, que cruzam paisagem e glórias passadas, exortando Portugal a erguer-se.

Talvez em função de todas essas exaltações, no poema “A minha terra”, Maia Ferreira declare que sua Angola “não tem os cristais / dessas fontes do só Portugal”, que nela não há salgueirais, nem brota o jasmim, que não tem rosas, nem prados matizados de flores; que nela não canta o rouxinol nem nela a primavera é tão brilhante; que não tem brisa lasciva, incessante, nem frutos por Deus ofertados, qual mimoso torrão português, nem rios cantados por bardos, nem feitos de glória de que se possa orgulhar e cantar ao mundo. Nessa comparação, a paisagem de Angola é sempre inferior: são areais, “montes de barro escarpados”, raios de sol a queimar e palmeiras onde o soba descansa “sequioso de aragem” (Cf. FERREIRA, 1849: 12 e 13). Também fica em condição de inferioridade se comparada à paisagem carioca: a Guanabara é “Mais mimosa, mais bela e mais rica” que “o ouro de Ouangara” (FERREIRA, 1849: 16).

Pode-se ver, no poema de Maia Ferreira, uma espécie de interlocução com a “Canção do Exílio”, escrita pelo brasileiro Gonçalves Dias em Coimbra, no ano de 1843, e publicada nos *Primeiros Cantos*, que datam de 1846. O texto de Dias, cujo caráter nacionalista é disfarçado em saudade, usa como epígrafe versos da balada “Mignon”⁴ de Goethe, de cariz evasioneiro:

⁴ São estes os versos do romântico alemão, usados por Gonçalves Dias como epígrafe: “Kennst du das Land, wo die Citronen blühen, / Im dunkeln die Gold-Orangen glühen, /

[...] ao estabelecer o confronto lá / cá, no qual a natureza brasileira é assinalada pelas palmeiras e pelo sabiá, ela dá continuidade à palavra dos cronistas e viajantes e à própria ideia de fertilidade contida na poesia anterior, mas acaba por contrariar a proclamada ideia de superioridade europeia veiculada por estes mesmos textos, ao apagar o tópico ‘civilização’, o que coloca o Brasil em posição de vantagem (RIBEIRO, 1994:103)

Nesse mesmo “A minha terra” – e ainda pintando uma imagem negativa – diz Maia Ferreira que Angola “Não tem vates por Deus inspirados”, porque “a sorte negou-lhos”. E declara que, caso houvesse poetas, como Camões, eles cantariam os feitos de “um Afonso Guterres, um Gonçalves, um Nuno Tristão / Que primeiros levaram à pátria / Os cativos do ardente torrão”. Curiosos exemplos vai buscar! Logo o de Nuno Tristão, de quem Gomes Eanes de Zurara diz ter sido o primeiro fidalgo a ver terra de negros, e que, enviado pelo Infante D. Henrique para explorar a costa ocidental africana a sul do Cabo Branco, comprou escravos na Mauritània!

No entanto, nos poemas finais do livro – “A minha viagem” e “A minha terra! (no momento de avistá-la após uma viagem)” – Ferreira parece mudar de ideia: no primeiro texto, Angola é sentida como pátria, apesar de toda a ausência de riquezas: ele diz sentir saudades de Angola, “minha pátria”, pois, como declara: “Deu-me o berço, e nela vi primeiro / A luz do sol embora ardente e forte.” e ali passou “seus dias d’infância”, quando “apenas / Ao mundo despertado, vi e ouvia / Por sobre os lábios meus roçarem beijos / Beijos de puro amor , nascidos d’alma / D’alma de Mãe mui carinhosa e bela!”. Além disso, completa, “Foi ali que por voz suave e santa/ Ouvi e cri em Deus!” (FERREIRA, 1849: 17)

Curiosamente, mais uma vez, na poesia de Maia Ferreira encontram-se referências a João d’Aboim. O poeta português, falando com a lua, em “Uma noite na Tijuca” (ABOIM, 1849: I, 151-167), que oferece a Manuel de Araújo Porto-Alegre, diz: “Da Tijuca sobre o cume miro triste o brilho teu” e vai comparando o que vê a partir desse local com terras de Portugal e dizendo de sua saudade da terra onde nasceu. O angolano replica: “Minha pátria por quem sinto saudades / Saudades tantas que o peito ralam, / E com tão viva força qual

Kennst du es wohl? – Dahin, dahin! / Möcht ich... ziehn” (DIAS, 1959: 103). Na tradução de Manuel Bandeira: Conheces o país onde florescem as laranjeiras? / Ardem na escura fronde os frutos de ouro... / Conhece-lo? / Para lá, / para lá, / quisera eu ir! (BANDEIRA, 1958: II).

sentiste, / Quando no cume da Tijuca ativa / Meditando escreveste em versos tristes, / Versos que tanto amei, e que amo ainda, / As saudades dos lares teus mimosos!” (FERREIRA, 1849: 17)

É também certamente a João d’Aboim que Maia Ferreira se compara ao dedicar seu texto a um poeta, cujo nome não menciona. Escrevendo, em 1849, no Rio de Janeiro, diz ele: “E tu Poeta bem fadado, / Que na gentil Guanabara, / À tua pátria tão cara / Tantos cantos tens cantado / também recebe o meu canto / De amargor e de pranto / Sem belezas, sem encanto, / Por minh’alma a ti votado!” (FERREIRA, 1849: 18)

No segundo texto aqui mencionado – “A minha terra” (no momento de avistá-la depois de uma viagem) (FERREIRA, 1849: 101-2), dedicado ao compatriota Joaquim Luís Bastos –, o sentimento de pertença volta a surgir, sem as restrições acusadas pelo “não tem” do primeiro “A minha terra” (FERREIRA, 1849: 12-19), inscrito no álbum de João d’Aboim. Maia Ferreira diz que, “mesmo simples”, Angola tem fulgores; refere sua “beleza, que é singela, e sem fereza”. E, embora reconhecendo que ela é “pobre”, afirma-a “tão formosa / Em alcantis primorosa / quando brilha radiosa”, concluindo: “No mundo não tem igual!” (FERREIRA, 1849: 102)

3. As gentes

Vejamos agora o tratamento dado por Maia Ferreira aos nativos de Angola. Ainda no poema “À minha Terra”, o homem africano, pouco aparece, mas é valente guerreiro que abate a pantera. E a mulher africana, se não tem faces de neve é rápida, airoso e fiel. Curiosamente a comparação com a Europa volta a ser feita. Mas com respeito à figura feminina, há mais, como se verá.

Se o poeta dedica seu livro às senhoras africanas, desenvolve a dedicatória com olhos nos moldes europeus. Diz-se afastado da “musa mantuana” e, curiosamente, sem citar nomes, porque era figura conhecida na época, afirma que contentar-se-ia que lhe bastassem os louros do “Cisne do Mondego e do Lima”, revelando que conheceu a fama de Amélia Janny, poetisa de Coimbra. Embora louve as africanas, sempre o faz em comparação com as outras, as brancas, que frequentemente o traíram, mas não lhes louva a beleza: em seus poemas, bela é a mulher branca. Se não, vejamos: se no poema “A minha terra”, quando faz inúmeras comparações entre Angola, Portugal e Brasil, colocando a terra africana sempre em situação inferior, a mulher negra surge em

vantagem sobre a branca: Diz ele que sua terra “Não tem Virgens com faces de neve”, mas

Tem donzellas de planta mui breve
Mui airosas, de peito fiel,
Seu amor é qual fonte de prata
Onde mira quem nela s’espelha
A doçura da pomba qu’exalta
A altivez, que a da fêra simelha.

Suas galas não são afetadas,
Coração todo amor lhe palpita,
Suas juras não são refalsadas,
No perjúrio a vingança crepita.

Sabe amar! [...] (FERREIRA, 1849: 13-14)

No entanto, a mulher africana “não tem a cultura / Desses labios de mago florir; / Em seu rosto se pinta a tristura / Os seus olhos tem meigo lusir” (FERREIRA, 1849: 14). Repare-se que a mulher branca aparece como mais atraente, mais bela: dela são os lábios de mago florir; dela a cultura. A africana é apenas airosa e doce, mas principalmente, fiel.

“Faces de jasmim” e “corpo gentil”, candura nos lábios, “nos olhos meiguice e amor” tem a mulher branca, que era “linda como a primavera da flor”, “pura”, “ingénua”, “um anjo” com que sonha o poeta (FERREIRA, 1849: 44-45). Mas repare-se: essa mulher linda, que não trai, é em sonho que aparece ao poeta. Em “Uma recordação” (FERREIRA, 1849: 33-35), por exemplo, a mulher branca trai.

Também são brancas a criancinha, “alva pombinha”, e sua mãe, a “outra pomba que a acarinha” do poema “A uma menina” (FERREIRA, 1849: 46-49).

Em “O seu retrato!” (FERREIRA, 1849: 52-54), o rosto da mulher “exprime a doçura / Do lírio no despontar,” e, certamente, ela tem olhos claros pois “quais estrelas / Tem mais fulgor do que elas / No firmamento a brilhar”, sendo seus lábios “de rubra cor”, “do mais belo carmin”. E, se alguma dúvida houvesse de que a mulher celebrada é branca, o poeta esclarece: “O teu nível seio – é belo, / E da mais alta brancura [...] Teus cabelos da côr do oiro / São do mundo o meu tesoiro – / Quando soltas a brilhar”.

Em “Improviso” (FERREIRA, 1849: 62-63), outra vez a mulher é branca, como o denunciavam os versos:

Vi uns olhos garços – bellos,
Bellos como o Creador,
Da vida meigos flagelos,
Do scismar doces anhélos,
Por quem sinto nobre ardor.

Vi um nariz delicado
Com esmerado primôr,
Tão pequeno e afilado,
Que parecia formado
Por pincel d’habil pintor.

Vi uma bôca mimosa
Com labios de rubra côr
Purp’ra e bella como a rosa,
E que dizia dolosa
Meigos – brandos sons de amôr.

Um seio níveo arfando

Pode ser apenas por uma questão de rima, mas também em “A uma jovem” (FERREIRA, 1849: 74-75) a mulher é branca, ou, então, o uso da expressão “alva pombinha” não passa do emprego de um clichê.

Os homens importantes

Além dos poetas a quem dedica composições ou com quem mantém um diálogo e estabelece interlocução, Maia Ferreira escreve alguns poemas que se poderiam chamar áulicos. Elogiam figuras do Brasil, de Portugal e de Angola, tendo por objeto Adrião Acácio da Silveira Pinto, D. Maria II de Portugal, D. Fernando II, também de Portugal e D. Pedro II do Brasil.

Maia Ferreira, embora dedique seu livro “às senhoras africanas”, também o consagra ao governador de Angola, Adrião Acácio da Silveira Pinto. Em “Dedicação” (FERREIRA, 1849: 9- 11), Acácio surge “qual pai bondoso” que vai em socorro de um filho, “sem medo à morte / no rigor de um clima”, “melhorando os fados / da rica terra d’África a seu mando!”; “tem os olhos fitos no interesse da pátria” (no caso Portugal), mas, “presta / Melhoramentos na província morta / Pelo mundo olvidada”.

Não contente com os dizeres dessa dedicatória, Maia Ferreira irá louvar novamente o representante de Portugal no “Hino” (FERREIRA, 1849: 119-121):

Nobre Accacio eis um hymno de gloria
Em noss'alma do imo a vibrar,
Em noss'alma, qu' é tua d'ha muito,
Porque nella sempre has de reinar!

Gloria a ti que nos reges bondoso
Nestes plainos do ardente torrão,
Onde a esp'rança já morta renasce,
Arvorando o seu nobre pendão!

Lá ouvimos do Douro famado
O teu nome tão alto a soar
Os teus feitos não mentem – só dizem
Que o teu brilho nunca hade murchar. (FERREIRA, 1849:119-121)

Se no poema a Adrião Acácio Maia Ferreira repete a ideia de “ardente torrão”, no que dedica a D. Maria da Glória, filha de D. Pedro IV de Portugal e I do Brasil, aquando da segunda vez em que reinou – isto é, depois de retomar o trono de que havia sido deposta por D. Miguel –, volta à imagem: África agora é terra “miseranda” e ele, como sempre, um poeta sem valor. Diz assim:

Se eu fôra o Bardo – esse cantor de Thebas,
Com voz canora a lyra eu só tangêra –
D'Africa embora em terra miseranda
Dôces hymnos de gloria eu só fizera!

E se ás nuvens roçar não posso a aza
Tão branca – branca desse Vate ingente,
Do peito um canto rebentado n'alma
Vibrar eu quero á quem á lusa gente,
O nome de – RAINHA – *é grato ao peito!* (FERREIRA, 1849: 129)

Já Pedro II do Brasil, é ainda príncipe quando Maia Ferreira dedica a seu aniversário um poema. Nele, mais uma vez o angolano coloca-se humildemente, desejando agora ser um outro poeta; não mais grego, mas português: “Oh! quão d'alma eu quizera o laúde / D'esse Bardo que o mundo extasiou, /

Nesses cantos que junto ao Mondego / Inspirado na lyra vibrou, / [...] / Qu'em nós fulgurou" (FERREIRA, 1849: 116). Por isso, acaba por dizer:

Gelou-se-me a lyra –
As cordas quebraram –
E os sons que ficaram
Em accento qu'inspira
Repetem expirando...
Só Carta e Monarcha –
Ao Príncipe amor!... (FERREIRA, 1849: 117)

5. Considerações finais

Tendo convivido com o 1.º e o 2.º Romantismo brasileiros, era natural que a poesia de Maia Ferreira viesse impregnada de nacionalismo, mas não; é verdade que, depois de muito dizer o que Angola não tem, acaba por concluir que é sua Pátria. Por outro lado, dividido entre o que acha pobre (ou cuja imagem lhe impuseram) e o que acha rico e belo, conclui que sua terra natal “também é bem portuguesa”.

Seria ainda natural – já que na 1.ª fase do Romantismo brasileiro Maia Ferreira ainda era criança – que o poeta absorvesse as tendências ultrarromânticas do 2.º. Mas, ao que parece, a melancolia não lhe marca os textos (a não ser que consideremos como tal o registro das traições que sofreu).

Quanto ao aulicismo... Esse, comum entre os árcades, muito se prolongou por todos os tempos, e em todas as artes.

Referências bibliográficas

- ABOIM, João d' (1849a). *O Livro da Minha Alma*. In: *Poesias de João de Aboim*. Vol. I. Rio de Janeiro: Tip. de M. G. S. Rego.
- ABOIM, João d' (1849b). “Portugal” In: MONTEIRO, José Ferreira (org.). *Lisia Poética ou Colleção de Poesias Modernas de Autores Portugueses*. Tomo IV. Rio de Janeiro: Tip. Clássica de Fortunato António de Almeida.
- BANDEIRA, Manuel (1958). *Poesia e Prosa*. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar.
- CASTELLO-BRANCO, João de Lemos Seixas Castello-Branco (1848). “Lua de Londres”. In: MONTEIRO, José Ferreira (org.). *Lisia Poética ou Colleção de Poesias Modernas de Autores Portugueses*. Tomo III. Rio de Janeiro: Tip. Clássica de Monteiro Ferreira.

- DIAS, Gonçalves (1959). *Poesia Completa e Prosa Escolhida*. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar.
- FERREIRA, José da Silva Maia (1849). *Esponsaneidades da Minha Alma*. Reprodução fac-similada da edição de Luanda. Introd. e org. Francisco Topa. Porto: Sombra pela Cintura.
- MONTEIRO, José Ferreira (org.) (1848). *Lisia Poética ou Colleção de Poesias Modernas de Autores Portugueses*. Tomo I Rio de Janeiro: Tip. Commercial.
- MONTEIRO, José Ferreira (org.) (1849). *Lisia Poética ou Colleção de Poesias Modernas de Autores Portugueses*. Tomo IV. Rio de Janeiro: Tip. Clássica de Fortunato António de Almeida.
- PALHA, Francisco José Pereira (1848). “A minha pátria”. In: MONTEIRO, José Ferreira (org.). *Lisia Poética ou Colleção de Poesias Modernas de Autores Portugueses*. Tomo III. Rio de Janeiro: Tip. Commercial.
- RIBEIRO, Maria Aparecida (1994). *Literatura Brasileira*. Lisboa: Universidade Aberta.

“O Exilado”

– No Brasil e em Portugal

Francisco Soares

CITCEM

1. Introdução

Em 1855, baseado em Nova York, já casado e com um filho, José da Silva Maia Ferreira (neto) era funcionário consular português e funcionário comercial (escriturário?), desde 1852, do cônsul local Figanière e seu irmão Guilherme (filhos do diplomata Joaquim César de Figanière e Mourão). Por esse tempo (1852-1855) envolveu-se o poeta angolense com traficantes de escravos a título de prestação de serviços e fazia pequenos negócios com tabacos e aguardentes importados de Cuba, pouco depois investindo no tráfico diretamente. Isso lhe trouxe um primeiro momento de pequena folga financeira, que se veria aumentada no ano seguinte. Esse momento foi também marcado pelo reatar de relações com a sua família, de Luanda mas totalmente instalada no Rio de Janeiro.

Foi nesse momento que ele deu sinais de retomar as suas pretensões literárias. Ensaíara já correspondências para os jornais cariocas *Correio mercantil* e *Jornal do comércio*, mas neste ano tentou publicar, por subscrição, as *Memórias íntimas de um africano*. Lançou prospeito, guardado no espólio da família entregue ao Arquivo Nacional – Torre do Tombo (DGLAB, 2012), mas a iniciativa não deu certo (nem sabemos se terá mesmo escrito o livro). No prospeito ele nos faculta o sumário da obra e dela constariam, no final, uns “Cantos de Exílio”, recordando vários títulos de Gonçalves Dias, que terá conhecido no Rio de Janeiro entre 1848 e 1849: nem Primeiros, nem Segundos, nem Últimos Cantos, nem “Canção do Exílio”, mas o remanejamento dos dois tipos de títulos para produzir outro, próprio. Não conhecemos também tais poemas.

Um deles é, previsivelmente, o único publicado após as *Espontaneidades da minha alma*, “O Exilado”, sobre o qual nos iremos debruçar aqui.

2. O poema “O Exilado” na *Marmota fluminense*

Dos poemas escritos por Maia Ferreira depois da saída definitiva de Angola, em 8.5.1851 (pelo Ambriz), “O Exilado” me parece precisamente o mais interessante. Exceto esse, há uma declaração de amor em verso, escrita em 1852 em Nova York, bilingue, e três poemas acabados em Pedrouços (Lisboa, Portugal) na primeira quinzena de novembro de 1857, todos constantes do espólio depositado no ANTT.

Imaginado na viagem para os EUA, ou pelo menos tomando-a por motivo central, em uma das versões publicadas o poema vem localizado e datado, como se pode verificar abaixo:

E' já noite — e ainda medonhos
São fitos os olhos seos
Que descairados invocam
Uma Estrellinha dos Céos!
— Qual será seu pensamento?
Rasga-o as azas do vento
Ninguém o sobe — só Deos!
Nova-York, 20 de Fevereiro de 185. . .
J. S. M. Ferreira.

Como já referi, o poeta escrevera uma carta e um poema apaixonado, em verso, em português e francês, a uma musa cantora que partia de Nova York, no começo desse ano. Esta composição nova-iorquina vem também datada e localizada: “N. Y. 23 Março 1852. — à uma hora da noite”. Datará desse ano a primeira versão de “O Exilado”? Estaria o poeta em Nova York desde 20.2.1852, ou pouco antes? Demorou-se em Salem (ou Boston?), para onde fora desde o Ambriz?¹

“O Exilado” publicou-se primeiro em um periódico do Rio de Janeiro e, cerca de um mês mais tarde, em um periódico português, em ambos os casos em 1855.

¹ Partiu de Luanda para o Ambriz a 8 de maio de 1851. Deve ter chegado a Salem cerca de dois meses e meio depois.

O periódico do Rio de Janeiro é bem conhecido pelos estudiosos da época. Chamava-se *Marmota fluminense* nesses anos e nele colaboraram figuras muito conhecidas do meio literário carioca (FRANÇA, 1999: 163-164), entre as quais um jovem que nessas páginas se estreou e se tornaria famoso, Machado de Assis. Outros nomes significativos, para a biografia literária e familiar do poeta, podem ser os de João d’Aboim, Emílio Augusto Zaluar e Joaquim Manuel de Macedo, destacando-se o primeiro.

Na *Marmota* se publicou, num domingo, 28.1.1855, uma estrofe de um poema de “Maia Ferreira”. O poema estava integrado nas *Espontaneidades da minha alma* (FERREIRA, 2018: 31-33) e saíra antes, a 22.9.1849, na p. 4 do *Boletim oficial do Governo de Angola*. O título, no *Boletim* e nas *Espontaneidades*, coincidia com a dedicatória: “Dedicação / Ao Exmº Senhor Adrião Acácio da Silveira Pinto”, por então governador geral da colônia. Conveniências pessoais e coincidências biográficas o enquadram, explicando em grande parte o seu conteúdo.

O número da *Marmota* onde se inserem os versos era dedicado a uma figura política destacada, o então ministro da Justiça, José Tomás Nabuco de Araújo Filho, nascido em Salvador em 1813 e que se formou em Direito em Olinda logo a seguir a Eusébio de Queirós (acabou em 1835), que também o antecedeu no ministério da Justiça (RODRIGUES, 1979). A primeira página abre com um longo texto abordando a personagem. Esse texto é encimado por uma epígrafe que, basicamente, é parte de uma estrofe do poema de Maia Ferreira.

Na *Marmota fluminense* a estrofe é a seguinte:

N. 545.

Domingo 28 de Janeiro

1855.

MARMOTA FLUMINENSE

A MARMOTA.

**O Sr. Conselheiro Nabuco
Ministro da Justiça.**

Com gesto brando, e com olhar bem fto
Ao int'resse da Patria, qu'em seu peito,
Com voz d'alma lhe brada, attento presta
Medidas sabias, que a justiça ordena.

Maia Ferreira.

O segundo verso reduz “Aos int’resses da Patria” ao singular, mantendo-se a elisão que, se por um lado é artifício dos mais cardidos e encardidos da poética, por outro nos aproxima da oralidade. Mas a maior mudança dá-se no quarto verso, em que “Melhoramentos na Província morta”, verso meramente circunstancial, atinge as raias da moralidade política intemporal: “Medidas sábias, que a justiça ordena”. O verso publicado em Angola se integrava na velha reivindicação dos angolenses a favor do investimento político e social e económico na colónia; o verso publicado na *Marmota* exalta a sabedoria política do “Conselheiro”.

Inseridos em seu contexto imediato, nas *Espontaneidades* e no *Boletim oficial*, esses quatro versos não constituíam sozinhos uma estrofe. Aquela em que se integravam reforçava o sentido circunstancial e provincial do encómio ao governador. Eram os seguintes:

— 10 —

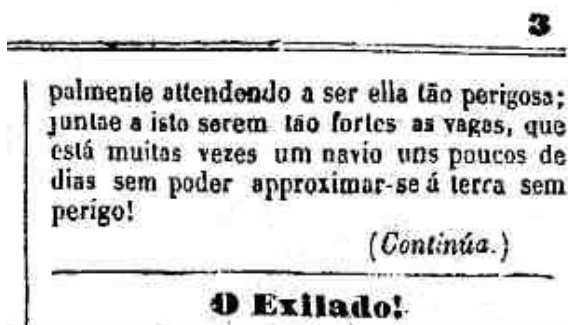
Por sóes queimado
De peste insana,
Accode e vóá, melhorando os fados
Da rica terra d’Africa a seu mando !

Com gesto brando, e com olhar bem fito
Aos int’resses da pátria, — qu’em seu peito,
Com voz d’alma lhe bradam, attento presta
Melhoramentos na Provincia morta,
Pelo mundo olvidada, e só, e triste,
Qu’inda mais fôra, se do avaro
A mente ardida, e as mãos sempre pejadas
Do oiro qu’em seu seio arranca astuto,
Não contivera em bando os que hão brotado !

Para quem ler atentamente as diferenças evidenciam-se. O que me prende aqui tem motivo diverso: a quem se devem tais modificações? Ao periódico (e, nesse caso, a quem lá dentro)? A quem levou o poema ou o livro até ao

periódico? Ou ao próprio poeta, que teria modificado o que publicara antes por estar ressentido com Silveira Pinto, ou por ter entendido que já não se justificava o sentido específico de outrora?

Nunca saberemos. Mas quem terá levado o livro ou o poema, de onde saíram aqueles versos transformados em estrofe? A pertinência da pergunta, para além da que se prende com o parágrafo acima, aumenta quando vamos ler o número 588, de “Terça-Feira 5 de Junho 1855” da mesma *Marmota fluminense*. Na p. 3 aparece, na coluna da direita, o poema O Exilado, cujo contexto gráfico é este:



Sendo inédito, como chegara até ali? Que olhar atento o colocava a seguir aos perigos de “tão fortes as vagas”?

Uma das possíveis vias a explorar para descobrirmos o caminho do poema descortina-se lendo a correspondência de Maia Ferreira digitalizada pelo ANTT. Nas tentativas para se tornar correspondente do *Jornal do comércio* (o que ele preferia) ou do *Correio mercantil* (a segunda opção), Maia Ferreira recorria decisivamente a uma figura marcante na imprensa e na política brasileiras da primeira metade do século XIX: Antonino José de Miranda Falcão, nascido no Recife a 10.5.1798 (possivelmente mais novo três anos que o seu pai). Antonino Falcão era o famoso ‘o homem de chumbo’, revolucionário, companheiro novato de Frei Caneca, fundador do *Diário de Pernambuco*. A julgar pela correspondência que o próprio poeta copiava, terá travado relações com ele nos Estados Unidos², ficando a enviar-lhe dali maços de jornais para o Rio de Janeiro. A tarefa não lhe era penosa, pois aproveitava para ler esses

² Antonino Falcão foi nomeado cônsul geral do Império nos EUA em 1852.

jornais e com sentido crítico. Isso vai se percebendo ao longo das correspondências para o *Jornal do comércio* e o *Correio mercantil*. Em uma das cartas, porém, comentava diretamente os títulos:

além do Herald, “o parlapatão”³ da “Tribune”⁴, o “aquático (temperante)”⁵ do “Times”, o “insonso” do “Courier”⁶, o “utopista” do “Républicain”⁷.

A troca de cartas com Antonino Falcão é importante, para o caso, porquê?

Em uma das cartas para o seu mais velho, Maia Ferreira diz enviar uns poemas e pergunta se era possível publicá-los no *Correio mercantil*. A carta apresentava-se com data de 21.2.1855 e dizia, entre outras coisas:

junto também achará um montão de rimas a que dei o nome de versos – ainda mais – de poesia – foram vibrados, há muito, ao som do murmúrio áspero das ondas do mar, e embalados com um sofrer de bem grande desventura.

A breve prosa nos evoca desde logo os versos de “O Exilado” e reforça a sugestão que eles fazem de o poeta os ter concebido na viagem para os EUA.

Que eu tivesse visto, o poema (esse, nem qualquer outro subscrito pelo autor) não foi publicado no *Correio mercantil*. Antonino Falcão não sei se fez parte da Sociedade Petalógica. Portanto, aparentemente, não teria qualquer interesse falarmos dele. Porém...

Uma carta anterior, datada de 12.9.1854 e localizando-se também o remetente em “Nova York”, já no fecho (no *post-scriptum*), transporta um recado esclarecedor:

Quando VS. a tornar a encontrar-se com meu Primo Eusébio, queira apresentar-lhe os meus cumprim.tos, e á sua Senhora; e dizer-lhe, que eu m.to folgaria saber se ainda posso inspirar-lhe algum interesse...

³ Palavra pouco usada hoje, significava embusteiro (através das palavras), fanfarrão, mentiroso, a par de convencido.

⁴ Penso que se referia ao *New York Daily Tribune*.

⁵ Penso que se referia aos defensores da restrição de consumo de bebidas alcoólicas. O *Times* seria seu porta-voz.

⁶ O *The New York Courier (Saturday evening courier)*, editado por James L. Smith, começará a publicar-se só neste ano (1855), pelo que se deve tratar aqui do clássico *Le Courier des Etats-Unies*, publicado em Nova York (1828-1938). Note-se o duplo [rr] no título manuscrito por Maia Ferreira.

⁷ Deve tratar-se do *Le Républicain*, que se começou a publicar em 1853, em Nova York. Era diário e terá acabado ao longo deste ano de 1855.

Este seu primo era, claro, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Camara, que certamente participara do aplauso geral do corpo académico à defesa e absolvição de Antonino Falcão, em 1829, quando o jornalista se livrou da última das acusações de promover uma revolução em Pernambuco.

Na sequência, a 9.4.1855, aproveitando o envio de dinheiro para sua mãe, que estaria carenciada, o poeta escreve ao primo “Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara” a partir de Nova York. Assim começa:

Primo e E.mo Sr.,
Tómo a liberdade de importunar a V. Ex.a para que se digne mandar entregar o incluso á minha Mãe.

“O incluso” refere o documento que providenciaria dinheiro para aliviar as suas carências momentaneamente. Mas Maia Ferreira tinha por quem enviar tal documento. Aproveitou para contactar o primo (na verdade primo – e não direito – de sua mãe), quem sabe até para, de forma delicada, lhe chamar a atenção para as precariedades da família.

Na carta para Eusébio de Queirós, em seguida mencionava os contactos com Antonino Falcão: “o meu valioso Am.º Sr. Falcão aí lhe terá dado novas minhas.” Reporta-se, com certeza, ao que menciona na carta a Antonino Falcão datada de 21.2.1855, onde lhe pede para lhe transmitir os seus cumprimentos “quando VS.a tornar a encontrar-se com meu Primo Eusébio”. Tornar a encontrar-se implica terem se encontrado e ter o ‘homem de chumbo’ reportado isso em carta para Maia Ferreira, à qual ele responde em fevereiro (a carta de Antonino deve, portanto, ter saído do Rio de Janeiro em dezembro ou, o mais tardar, começo de janeiro desses anos (1854-1855)).

Transmitidas pelo contacto comum, essas “novas minhas” incluíam, num dos contatos posteriores entre os dois, o “montão de rimas a que” deu “o nome de versos”? Não sabemos. E também não sabemos em que mês o ‘homem de chumbo’ lhe deu as primeiras novas do primo. Calculo que tenha sido antes da publicação da epígrafe extraída às *Espontaneidades*, ou seja, antes de 28.1.1855.

A hipótese que deixo no ar é a de que Eusébio de Queirós, o ministro, terá sido o intermediário que levou até à *Marmota fluminense* os versos da epígrafe publicada nesse dia, no texto sobre “Nabuco”. Os versos eram tirados das

Espontaneidades, de que teria exemplar, ou lhe cederia algum exemplar o próprio jornalista e ex-cônsul geral do Brasil. A partir da carta de 9 de abril ao primo, ou de cópia cedida pelo ‘homem de chumbo’, o poema deve ter seguido o mesmo destino, publicando-se no periódico de Paula Brito dois dias antes do aniversário do nosso autor.

Como se sabe, ligada ao periódico estava a conhecida Sociedade Petalógica, interessante agremiação, muito inclusiva, que estudava e desmentia o que chamam hoje, por pressão midiática anglófila, *fakenews*. Estudava e desmentia. Paula Brito, livreiro, tipógrafo, responsável pela *Marmota fluminense*, veio a publicar no periódico uma ata dessa Sociedade, firmando a ligação direta entre as duas organizações. Em torno dessa nuvem ou rede, como da figura agregadora de Francisco de Paula Brito (1809-1861), reuniam-se os mais diversos protagonistas da política e da intelectualidade cariocas. O próprio Machado de Assis, que no âmbito da Sociedade e da *Marmota* foi lançado para o público em geral a título de escritor, recorda isso, a 3.1.1865, num excerto reproduzido em linha:

[...] a Petalógica de Paula Brito – o café Procópio de certa época, – onde ia toda a gente, os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, – onde se conversava de tudo – desde a retirada de um ministro até a pirueta da dançarina da moda; onde se discutia tudo, desde o dó de peito do Tamberlick até os discursos do marquês de Paraná, verdadeiro campo neutro onde o estreante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro

Um dos ex-ministros que frequentava a Petalógica nestes anos era Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, o excelentíssimo primo de Maia Ferreira. É de crer, portanto, que tenha sido a via para o desembarque dos versos do exilado angolense naquele “jornal de modas e variedades” (subtítulo da *Marmota*).

3. O poema “O Exilado” em *O Peneireiro*

No n. 94 de *O Peneireiro*, saído em Lisboa a 6.7.1855, na primeira página, secção “Folhetim”, surge quase o mesmo poema, subscrito por “M. F.”:

Sexta-feira, 5. Domingo,
Epheuerstices,
C. 12. — Q. M. 13. — L. N. 4.
16. — Q. G. 23.
aparece da Compa-
anhia Pontuar
ciem de Southampton a 7, 17,
e 27.
• Lisboa para Cadix e Gi-
braltar 5, 12 e 22.
• Lisboa para Vigo e Sou-
thampton 9, 16, 23.
arreja do Brasil.
ciem de Southampton ou Li-
verpool a 9 e 25.
• Lisboa para o Brasil a
11 e 25.
egam e volta a 7 e 27.



O PENEIREIRO.

Redactor e editor responsavel João d'Aboim.

In difficultis Reipublice temporibus urbem non deserui, in prosperis nihil de publicis re libavi, in desperatis nihil timui.

Pres
Por illustra-
Com estampa
provinciaes
Corresponden-
da...
Anuncios por li-
...
Avizo
Vende-se e pro-
curas nas lojas
va Henriquez,
ter e Silva.
Escreptorio, rua
...
Todos os escrip-
redacção ou ad-
wa ou não pul-
rão restituídos

NUMERO 94.

SEXTA FEIRA 6 DE JULHO.

ANNO

LISBOA 5 DE JULHO.

Houve outro dia um mal intencionado que clarou que o *Seculo* fazia rir. Eu não sei, que me parece verdade é que o *Arauto* z chorar !....

Outro dia pede elle n'uma espantosa Jemiada ao joven Rei D. Pedro V, que fique m estes ministros, para seu amparo, para u bem, para seu tudo !....

Quanto a nós accusam-nos barbaramente r termos tido a audacia de dizermos ao i que escolha novos ministros porque es- não servem.

Marchal ou morte, é o grito do *Seculo*. Pandora ou morte, o grito do *Arauto*. Mesmo assim estes jornaes fazem sua difen- ça, porque o *Seculo* ainda ás vezes faz , e o *Arauto* faz chorar, faz dó, faz-nos : erer, que Deus não formou todos os hom- ns semelhantes á sua imagem.

Os ministros actuaes não são odiados, são erados. O povo supporta-os, porque ainda membros lhe doem pelas fadigas da está fur- as guerras fratricidas, o povo está farto

de derramar sangue e de ser illudido por es- ses falsos Catões, que só pregam liberdade, em quanto não lhe atrim á corte onde vivem chafurando, alguns grãos de milho, algumas fructas corrompidas. Os ministros são tole- rados, e esta palavra no genero feminino ain- do os descrevia melhor.

Accusam-nos de dar a D. Pedro V con- selhos facciosos?... Accusam-nos mal. Dizer a um filho que não se entregue nas mãos d'a- quelles que mais dores e torturas fizeram soff- rer a sua mãe, que não se confie nos ho- mens que altamente comprometteram seu pa- ce, que desconfio do servilismo nojento dos re- publicanos que foram. Que não acredite co- mo portuguezes os homens que votam em ses- são secreta as vendas de territorio portugue- z, e que é mister que estrangeiros lhe deem lições de nacionalidade. Que não se deixo illudir e se convença de uma vez que estes homons que ahí estão, são inimigos de Deus, porque invocam em vão o seu nome santissimo; do Rei porque o compromettm, do povo porque lhe tem pedido o sangue e sempre o tem illudido, e da nação porque a

querem vender a retalhos por pra- tilhas.

Diga-nos o orgão estúpido e v do ministro synico, quaes são os honestos que presidem aos negocios. Será o presidente do conselho, es de cabellos brancos, e barbas encar- combales, será esse velho de illustra- cheio de tantas condecorações?... Que esse homem, emprega a estup- preferencia, ao saber, contando qu- pido seja um seu parente; — não, n'este tempo e sob a sua influen- empregado quanto derrick, quanto ho- to ignorante ha. Não fallarei nessas d- toes, em que com bastante razão, a sa levou ao dominio do publico o marechal. Mas não é honestidade m- ra nações estranhas representant- um homem honesto não concorre n- ra aviltar a nação que lhe deu o- offusca com mesquinho interesse dos s- que dos seus avós, nem mistura- gue impuro o seu sangue nobre. E' acaso um caracter honesto o

FOLHETIM.

O EXILADO.

« Saber, esforço e virtude
« Bastam em terra madrastra.

« Para mal ! »

A. CASTILHO

Quem é o joven tão triste
Extatico a contemplar
De pé na pópa d'um barco
Que vai mauzo a navegar?
Qual a tristeza profunda
Que nesse rosto s'imunda
Mysterioso e tão sem par?!

D'olhos cravados na terra,
Nessa immovel posição,
Ai que dores n'alma encerra
A queimar-lhe o coração!
E se elle é desgraçado,
Qual o negro do seu fado,
Qual será sua missão?

Oh! que silencio medonho,
Que aterradora nudez!
Que negra sina lhe para
No vito da palidez!
Qual seu nome — e seu paiz?
Silva Maia — o infeliz —
Africano portuguez!

E' lho peor do que a morte
Este trance tão fatal,
Ver assim por crua sorte
Fugir-lhe a terra natal!
Ergue os olhos para os Ceus,
Só sabe no mundo — Deus —
A profundez do seu mal!

Ai d'elle pobre exilado,
Porque tão moço infeliz?
Porque o desterram da patria
Das terras do seu paiz?
Porque penas tão sentidas?
São traçoens — juras mentidas
D'uma nova Beatriz.

E assim vai o exilado
Que ao longe vê a sumir
Pelas sombras do horizonte
A de mau froxo luzir.
Essas grimpas de montanhas
Onde ha feras de mais sanhas
Que o fero tigre a rugir.

Lá o leva esse madeiro
Na sua marcha veloz,
Que assim mais lhe parto o peito
As ancias de tão atroz!
E ainda fto — e pregado
Se vê o pobre exilado
No seu silencio feroz!

Mas que amor foi esse tanto
Para tão negro porvir —
Que mysterio seila o pranto
Que elle chora sem ouvir?!
Tremem-lhe emiabos um nome,
Mudo echo que se some,
Que vae longe a retinir!

Vae ver a obra gigante,
Unica, só, sem igual,
Essa *Hanonia* possante,
Após Deus, a mais real,
Vae ver a maior beidade,
D'este mundo a liberdade
No seu fulgor divinal!

Vae ver prados, montes, serras,
Do mais altivo brilhar,
Vae ver os prodigios d'arte
D'essa nação, que é sem par,
Que prostrou, e fez curvada
A britanea mão onçada
Que a quizera subyugar!

Mas q'importam brilhos tantos
A um desgraçado, se a dor
Enche-lhe os olhos do prantos
E o caragão d'amargor!
Ai, do misero exilado,
Longe da patria, coitado,
Quem será seu protector?

Que lh'importam d'outras terras
Mais brando sol a fulgir,
Novos primores mimosos
Constantemente a florir?!
Se o seu torroio o desterra,
Ainda assim é a terra
Que mais lhe soube surtir!

Lembram-lhe em vivas saudades,
N'esses montes já d'além,
Os mimos da trmá querida,
Que os não troca por ninguém!
E a par d'essa, outra saudade,
Por outra santa amizade,
Que la lhe fica também!

E' já noite, e ainda medonhos
São litos, os olhos seus,
Que desvaídas invocam
Uma estrelinha dos céus!
Qual será seu pensamento?
Rasga-o as aas do vento,
Ninguém o sabe — só Deus!

O redator e editor responsável era o poeta e jornalista e político João d'Aboim, de antigas famílias nobres portuguesas. João d'Aboim conhecera Maia Ferreira no Rio de Janeiro (se não antes), quando da estada do poeta lá entre 21.11.1847 e 24.6.1849, dia do embarque de regresso a Angola (por Benguela), na barca *Josephina*. O poeta português, como se sabe, foi para lá a 2.8.1848, na sequência de uma rixa ainda resultante do seu envolvimento nos confrontos entre cabralistas e setembristas, no Alto do Viso (PATO, 1894: 129). Por intercessão de João d'Aboim terá Maia Ferreira publicado os seus primeiros poemas éditos na imprensa literária carioca mais ligada aos luso-brasileiros, a *Lísia poética* e os *Harpejos poéticos*. A proximidade e as afinidades entre os dois explicitam-se nos livros de ambos. O mais novo publicará as *Espontaneidades da minha alma* já em Luanda, nos fins de 1849 ou começos de 1850, com muitos poemas escritos na capital brasileira. O título muito se parece com *O livro da minha alma*, publicado pelo mais velho já no Rio de Janeiro, também no ano de 1849, como sendo o volume I das suas *Poesias*. O livro do luandense dedicou-se às senhoras africanas e o do português às senhoras brasileiras. As intertextualizações, lá dentro, são fortíssimas, evidentes e tudo leva a supor que os dois mantivessem correspondência já depois da saída de Maia Ferreira para Nova York. A publicação do poema "O Exilado" em *O peneireiro*, de João d'Aboim, com lugar de destaque (a metade inferior da primeira página, abaixo de um texto do próprio editor) incentiva-nos a pensar isso mesmo.

A questão que fica no ar é como lá chegou o poema e porque apresenta diferenças em relação ao publicado no Brasil. Algumas dessas diferenças são notórias e não se explicam só por conveniências locais (as de que tenha conhecimento). Implicam mudanças até na sintaxe e no ritmo interno dos versos, alteração do nome do poeta por um nome inventado (no corpo do poema, não falo agora da identificação do subscritor), conotações com subtis diferenças para, por exemplo, a cor da pele, ou a liberdade.

Ficamos perplexos: é possível que o poeta enviasse duas versões do poema para cada um dos amigos (Antonino Falcão e João d'Aboim)? Ou será que, em um dos órgãos, lhe mudaram o poema? Tendo havido mudança apenas operada por um dos periódicos, então seria provavelmente na *Marmota fluminense*. Digo isso porque ali vemos duas epígrafes, enquanto em *O peneireiro* vemos uma só. A epígrafe comum é de "A. Castilho"; a epígrafe carioca é de "L'abbé

de Besphas” – a julgar pelas pesquisas que fiz, um nome digno da Sociedade Petalógica.

4. Os dois poemas – fac-símile

Na *Marmota fluminense*

O Exilado!

Saber, esforço e virtude
Bastam, em terra madrastra,
Para mal!

A. Castilho.

*Respectons le malheur — il possède
la plus belle domination, la seule
qui dure autant que l'univers.*

L'ANNEE DE BESPHAS.

Quem esse joven tão triste
Extático a contemplar
De pé, na poupa d'um barco
Que vae manso a navegar?
Qual a tristeza profunda
Que nesse rosto s'inunda
Myst'riosa e tão sem par?

D'olhos cravados na terra
Nessa imóvel posição
Ai que dores n'alma encerra
A queimar-lhe o coração!
E se elle é desgraçado:
Qual o negrão do seu fado
Qual será sua missão?

Oh! que silencio medonho.
Que atterradora mudez!
Que negra siba lhe paira
No vivo da pallidez!
Qual seu nome! — E seu paiz?
José da Silva Muniz,
Africano Portuguez!

E'—lhe peor do que a morte!
Este trance tão fatal,
Ver assim por crua sorte
Fugir-lhe a terra natal!
Ergue os olhos para os Céus
Só sabe no mundo — Deus —
Os negrões do seu mal!

Ai — d'elle — pobre exilado.
Porque tão moço — infeliz?
Das terras do seu paiz?
Porque penas tão sentidas?
São traições — juras mentidas.
D'uma nova Beatriz!

E assim se vai o Exilado
Que do longe vê a sumir,
Pelas sombras do horizonte,
Já de mão leuixo luzir,
Essas grimpas de montanhas,
Onde ha-teras de mais saudades
Que o fero Tigre a rugir!
Lá o leva esse madeiro,
Na sua marcha veloz
Que assim mais lhe parte o peito
As queixas de dor atrozes!
E ainda frito e pregado
Se vê o pobre Exilado
No seu silencio feroz!

Mas que amor foi esse tanto
Para tão negro porvir?
Que mysterios sella o pranto,
Que elle chora sem se ouvir?
Tremem-lhe os labios um nome
Mudo echo que se sóme...
Que vai longe a retinir...

Vae ver a obra Gigante
Unica — só — sem igual
Essa harmonica possante
Após Deos — a mais real;
Vae ver a maior beidade
Deste mundo — a liberdade:
No seu fulgor divino!

Vae ver prados — montes — serras
Do mais altivo brilhar;
Vae ver os prodigios d'arte
Dessa nação que é sem par
Que prostou, e fez curvada
A Britannia não ousada,
Que a queria subjugar!

Mas qu'importam brilhos tantas
A um desgraçado — se a dor
Enche-lhe os olhos de prantos,
E o coração d'amargôr!
Ai do misero Exilado!
Louge da patria, coitado!
Quem será seu protector?!

Que lh'importam d'outras terras
Mais brando sol a luzir,
Novos primores mimosos
Constantemente a fulgir?
Se o seu torrão o desterra
Ainda assim é a terra,
Que mais lhe soube sorrir!

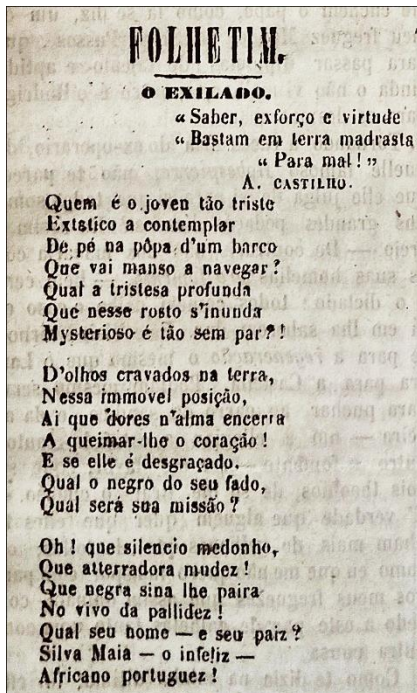
Lembram-lhe, em vivos saudades,
Nesses montes já d'além,
Os mimos da irmã querida -
Que os não troca por ninguém:
E a par dessa — outra saudade
Por outra sancta amizade
Que lá lhe fica também!..

E' já noite — e ainda medonhos
São fitos os olhos seus
Que desvairedos invocam
Uma Estrellinha dos Céus!
— Qual será seu pensamento?
Rasga-o as azas do vento
Ninguém o sabe — só Deus!
Nova-York, 20 de Fevereiro de 1855. ..

J. S. M. Ferreira.

(FERREIRA, 1855a)

Em O Peneireiro



E' -lhe peor do que a morte
Este trance tão fatal,
Vêr assim por crua sorte
Fugir-lhe a terra natal !
Ergue os olhos para os Ceus,
Só sabe no mundo — Deos —
A profundez do seu mal !

Ai d'elle pobre exilado,
Porque tão moço infeliz ?
Porque o desterram da patria
Das terras do seu paiz ?
Porque penas tão sentidas ?
São trações — juras mentidas
D'uma nova Beatriz.

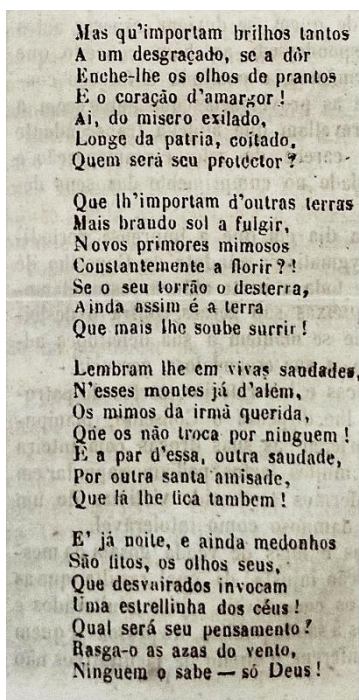
E assim vai o exilado
Que ao longe vê a sumir
Pelas sombras do horizonte
Já de mui froxo luzir,
Essas grimpas de montanhas
Onde ha feras de mais sanhas
Que o fero tigre a rugir.

Lá o leva esse madeiro
Na sua marcha velloz,
Que assim mais lhe parte o peito
As ancias de dôr atroz !
E ainda fito — e pregado
Se vê o pobre exilado
No seu silencio feroz !

Mas que amor foi esse tanto
Para tão negro porvir —
Que mysterios sella o pranto
Que elle chora sem ouvir ? !
Tremem-lhe em iabios um nome,
Mudo echo que se some,
Que vae longe a retinir !

Vae ver a obra gigante,
Unica, só, sem ignal,
Essa Harmonia possante,
Após Deus, a mais real,
Vae ver a maior beldade,
D'este mundo a liberdade
No seu fulgor divinal !

Vae ver prados, montes, serras,
Do mais altivo brilhar,
Vae ver os prodigios d'arte
D'essa nação, que é sem pár,
Que prostrou, e fez curvada
A britanea mão ousada
Que a quizera subjugar !



(FERREIRA, 1855b)

Obras citadas

- DGLAB, 2012. *José da Silva Maia Ferreira*. [Online] Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4707290> [Acedido em 5 jan 2023].
- FERREIRA, J. d. S. M. (1855a). O EXILADO! *Marmota fluminense*. 588 (5 jun.), 3-4.
- FERREIRA, J. d. S. M. (1855b). O Exilado. *O Peneireiro*. 94 (6 jul.), 1.
- FERREIRA, J. d. S. M. (2018). *Espondaneidades da minha alma: às senhoras africanas*. Porto: Sombra pela cintura.
- FRANÇA, J. M. C. (1999). *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: IN-CM.
- PATO, R. A. d. Bulhão (1894). *Memórias*. Lisboa: sn.
- RODRIGUES, J. H., (1979). Centenário da morte de José Tomás Nabuco de Araújo 1813-1878. *Revista de Historia de América*. 88 (jul.-dez.), 75-92.

Maia Ferreira, o exílio e o “rio chamado Atlântico”*

Rita Chaves
U. de São Paulo

Eu agradeço muito o convite para participar dessa iniciativa e quero dizer que esse agradecimento é especial porque um evento à volta do poeta José da Silva Maia Ferreira, para além de me ensinar muito sobre a sua obra, me coloca de frente para o complexo universo de conexões entre o Brasil e o continente africano, mais especificamente Angola, esse país que é, de fato, o grande foco da minha atenção desde que fui conquistada pelas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. A possibilidade de falar desse escritor nos conduz ao começo de um diálogo que ganha densidade em meados do século XIX e que mescla a história da poesia em língua portuguesa com a história de uma vida emblemática da particularidade dos laços entre as duas margens desse “rio chamado Atlântico”, para recordarmos a bela expressão do Embaixador Alberto da Costa e Silva.

O mergulho no mundo dessas relações ganha um sentido especial em 2022, ano em que celebramos os 200 anos de nossa independência política e os 100 anos da realização da famosa Semana de Arte Moderna, evento que se tornou um acontecimento icônico no plano das artes entre nós, com grande destaque para o terreno literário. Difícil desconhecer que o movimento modernista foi “um prenunciador e o criador de um estado de espírito nacional” e que a Semana foi o seu “brado coletivo principal”, como já, décadas depois, defenderia Mário de Andrade (1942), um dos nossos mais importantes intelectuais e um altíssimo protagonista dessa parte de nossa história.

A relevância desse movimento foi evocada nesse ano de celebração e não devemos deixar escapar à nossa atenção a altissonância do debate à volta de seus alcances e limites e a oportunidade para novas discussões que as

* Optamos por manter no texto escrito a proximidade com a comunicação apresentada no Colóquio, reduzindo apenas os excessos da modulação oral da versão original.

comemorações nos abriram. A atmosfera polêmica que cercou a Semana, tão emblemática, foi não só lembrada, mas, de certo modo, reencenada com abordagens de caráter variado, em que se confrontavam tentativas de acusação e de reconhecimento e valorização do seu significado. No coro de vozes diversificadas que se ergueram, vimos emergir velhos e novos impasses a apontar para marcas constitutivas do nosso percurso histórico, dividido, como reconhecemos, entre a civilização e a barbárie¹.

Resultado do processo imperial que acompanhou a expansão ocidental, a sociedade brasileira é atravessada por um conjunto de contradições que tornam muito próximas as ideias de atraso e progresso, de carência e fartura, de dor e alegria, de inferno e paraíso. Vítima e agente da injustiça que o sistema colonial plantou, o estado brasileiro segue convertendo diferença em desigualdade e perpetuando violência. E esse jogo contraditório, que tem selado o nosso cotidiano e o nosso imaginário, tem expressão também na nossa maneira de lidar com a dimensão do continente africano na construção concreta do Brasil e em nossa formação cultural. Temos ignorado a participação dos escravizados e seus descendentes no desenvolvimento econômico do país e no patrimônio cultural que nos distingue. E seguimos ainda sob o apagamento de alguns pontos da interlocução que, a despeito de tanta coisa, nos ligou à África e aos africanos. A figura de Maia Ferreira se apresenta como um caso interessante para iluminar cantos escurecidos de nossa vida literária.

A permanência do poeta angolano no Rio de Janeiro e a projeção do Romantismo em sua obra são elementos interessantes para pensarmos um pouco sobre alguns diálogos literários e de que modo eles nos ajudam a compreender os laços com o sistema colonial que nos conformou. Tendo em vista as várias exposições que aqui ouvimos, eu opto por me concentrar em um aspecto que me parece importante para, ligando a obra à vida, contemplar a sua conexão com o contexto brasileiro e a sua capacidade de antecipar procedimentos que apenas seriam visitados por nossos escritores já no século XX.

Tão incisivos, os laços entre a Literatura Brasileira e a Literatura Angolana ganharam densidade depois da década de 1940, anos em que a energia do Modernismo contagia, sobretudo, a disposição para a ruptura tão vigorosa na geração dos Novos Intelectuais de Angola e nas que se seguiram. A relevância

¹ Sobre o assunto, sugerimos o artigo de WISNIK (2022).

de poetas como Manuel Bandeira e Ribeiro Couto e de ficcionistas como Jorge Amado e Graciliano Ramos, para ficarmos apenas com quatro nomes, está registrada em prosa e verso pelas vozes tão diversas de António Jacinto, Maurício Gomes, Ernesto Lara e José Luandino Vieira, por exemplo.²

O nome de Maia Ferreira, entretanto, aponta para a anterioridade dessa confluência e converte-se em um mote para a reflexão acerca da longevidade desses diálogos em que se aliam literatura e territórios. Em pelo menos dois poemas muito representativos da sua dicção literária, são perceptíveis os trilhos por ele escolhidos para exprimir a sua desconfortável sensação de desterro que a distância de Angola lhe trazia. Em “À Minha terra” e “A minha terra” explicitam-se os vínculos com o Romantismo, escola cuja presença dominava a atmosfera cultural do Rio de Janeiro, cidade habitada por ele durante tantos anos. Em ambos a sequência de imagens é acompanhada por uma cadeia sonora, cuja aliança aponta para uma certa dose de simplicidade, muito própria do “fingimento” romântico, enfatizando a centralidade do sentimento nativista na proposta do Romantismo. Longe de se definir como um dado complementar, o nativismo e seus desdobramentos apresentam-se como elementos estruturantes na produção literária que foi conquistando espaço no Brasil a partir dos anos de 1820, período em que Maia Ferreira viveu no Rio de Janeiro e se beneficiou da atmosfera que tingia o ambiente cultural da cidade.

No conjunto de sua obra podemos identificar os traços do convívio que, certamente, o envolvia. E, para focalizar a sua interlocução com a literatura brasileira, um poema oferece-se como um produtivo ponto de partida: a “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, certamente o poema mais famoso de toda a nossa história literária, sempre fecundo na oferta de material para o exercício do comparatismo. Publicado no volume *Primeiros cantos*, de 1846, escrito em um tempo de afastamento do autor, que se encontrava em Portugal, o texto organiza-se a partir de uma contraposição entre o lugar de exílio em que vivia o poeta e a terra natal, ali evocada por uma seleção de imagens, em que o par palmeiras / sabiá emerge como forte metonímia da singularidade do espaço. Reiterada na sucessão imagística que atravessa toda a composição, em que proliferam referências à mata, ao céu, à identidade afetiva das gentes, a

² Estudiosos brasileiros, e não só, têm dedicado sua atenção ao tema, que foi abordado especialmente por professores e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade de São Paulo.

paisagem exprime uma indestrutível aliança entre natureza e pátria, essa pátria que para nós apenas muito recentemente tinha se constituído como estado independente. Antonio Candido sintetiza muito bem ao assinalar:

A ideia de pátria se vinculava estreitamente à de natureza e em parte extraía dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social. (CANDIDO, 1987: 141)

Expressão de um momento singular da nossa história, esse poema ultrapassou o seu tempo, perpetuando-se no tempo e no espaço de um país muito virado para si próprio. Trata-se, afirma José Guilherme Merquior, de um poema construído sob o “primado da subjetividade” (1990), em cujas estrofes encontramos a comparação implícita e a repetição como instrumentos do reforço do sentimento que emoldura a terra natal, tudo combinado a uma particular estrutura sonora.

Uma expressão do seu fascínio está patente na motivação de reescritas que encontramos na produção literária brasileira. A primeira delas aparece ainda no século XIX pela pena de Casimiro de Abreu, outro ícone da nossa poesia romântica. Além do mesmo título, essa “Canção do Exílio” escrita em Lisboa em 1857, guarda com a primeira muitos pontos de contato, entre os quais a insistência enumerativa à volta da flora e da fauna brasileiras como selo distintivo de uma terra especial. E, em contraponto com a descrição encantada, paira a morte como uma sombra a determinar a urgência do reencontro com as mangueiras, os coqueiros, as laranjeiras, o sabiá e as borboletas – marcas emblemáticas da ideia de harmonia que marca a terra natal. De novo, com o sabiá dominando essa espécie de compulsão, para traduzir a aspereza do desterro recorre-se à ausência de árvores, pássaros e o céu do Brasil, presenças essenciais ao cenário para o ato de cismar na solidão, com o crepúsculo a substituir a noite do poema primeiro. Embora sem a graça da cadeia de sons com que nos brinda Gonçalves Dias, o poema, na decantada energia dos elementos, enfatiza a “contaminação, geralmente eufórica, entre a terra e a pátria, considerando-se que a grandeza da segunda seria uma espécie de desdobramento da pujança atribuída à primeira.” (CANDIDO, 1987: 141-2)

O poema de Casimiro de Abreu apenas inauguraria a série de visitas que a “Canção do Exílio” receberia ao longo do tempo. Passada a época do Romantismo, a superação de algumas das condições que condicionaram o seu surgimento entre nós não significaria o fim do sentimento de inadaptação, que seguiu provocando os processos de apropriação das coordenadas em cima das quais o poema de Gonçalves Dias se organiza. Em alguns casos, recorrendo à paródia, o olhar de muitos dos nossos escritores iria brincar com a noção de exílio, oferecendo novos modos de olhar o país. Graças à perspectiva dominantemente crítica, empenhada em relativizar em muito a projeção emocionada dos nossos românticos, as novas canções do exílio cultivam o choque de realidade que ajudaria a desvelar a crueldade de nossas relações pessoais, vista por Roberto Schwarz, um dos nossos maiores críticos, como a pedra de toque de nossa identidade nacional, afastando a ilusão lírica carregada pelo par palmeira / sabiá.

Como um selo estrutural de nossa sociedade, a raiz escravocrata de nossa história seria invocada na “Canção de regresso à pátria”, de Oswald de Andrade, o nosso modernista mais rebelde.

Minha terra tem palmares
onde gorjeia o mar
Os passarinhos daqui
Não cantam como os de lá
Minha terra tem mais rosas
E quase que mais amores
Minha terra tem mais ouro
Minha terra tem mais terra

Na explícita referência a Palmares, o mítico quilombo que reuniu milhares de habitantes, se insinuam o peso da escravidão, esse eixo da nossa formação, e o apego à resistência que tem marcado o nosso processo social. Assim como o verso “E quase que mais amores” modaliza o valor da afetividade que é, sem dúvida, um estereótipo da nossa forma de estar. Da citação de “mais ouro” e “mais terra” não se pode abstrair a alusão à riqueza objetiva que, graças à injusta distribuição, tem sido também a nossa desgraça. No poema de Oswald chama ainda a atenção o recorte da ideia de pátria aqui vinculada a um pedaço do país, ou seja, o desejo é de voltar a São Paulo, diretamente associado ao valor do progresso que irrompe pelo texto. Território identificado com a

industrialização do país, o estado é também o espaço marcado pela modernidade que asseguraria esse progresso desejado. Ou não.

Pela voz do mineiro Murilo Mendes, um poeta muito diferente de Oswald de Andrade, a sensação de exílio não estaria associada ao deslocamento espacial do sujeito poético. Ela seria representada na descarecterização da terra a partir do reconhecimento de um intenso processo de transformação que a desidentifica:

Minha terra tem macieiras da Califórnia
onde cantam gaturamos de Veneza.
Os poetas da minha terra
são pretos que vivem em torres de ametista,
os sargentos do exército são monistas, cubistas,
os filósofos são polacos vendendo a prestações.
A gente não pode dormir
com os oradores e os pernalongos.
Os sururus em família têm por testemunha a Gioconda.
Eu morro sufocado
em terra estrangeira.
Nossas flores são mais bonitas
nossas frutas mais gostosas
mas custam cem mil réis a dúzia.
Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade
e ouvir um sabiá com certidão de idade!

Nessa também chamada “Canção do Exílio”, publicada no volume *Poemas*, de 1930, a ironia orienta a dicção e as limitações e a contrariedade se projetam na escolha dos elementos que recortam o perfil desse lugar muito afastado da imagem de acolhimento composta pela vegetação amiga e a sedutora fauna. Trata-se, na verdade, de um poema a que talvez coubesse melhor o título de “Canção do insílio”, “esta espécie de exílio interno, termo de língua espanhola que designa o estranhamento vivido dentro da própria nação”, nas palavras de Nazir Can (2022). Utilizado pelo uruguaio Mario Benedetti, o conceito está ligado à experiência de passividade e/ou semi-impotência que vivem aquelas pessoas sob poderes coercitivos, como se pôde observar nas ditaduras sul-americanas dos anos de 1960/1970. Trata-se, portanto, de um conjunto de condições que derivam de um desacordo com seu tempo histórico e que tendem a resultar no seu isolamento.³

³ Ver CAN, 2020 e CABRITA, 2020.

Percebe-se no poema de Murilo Mendes que o desconforto não é produzido pelo deslocamento espacial do sujeito, mas pela incapacidade de reconhecimento da terra que o cerca. Materialmente delineada, a inadaptação está conectada, inclusive, ao quadro concreto expresso pela dimensão econômica, aqui projetada pelo preço das frutas e flores. O rebaixamento se evidencia na ligação algo estranha, por exemplo, entre os filósofos e a venda a prestações, entre sargentos do exército e movimentos artísticos. Na falta de senso, é possível localizar o peso da volatilidade a carregar identidades traçadas pela indistinção. Ao leitor do presente certamente não escapará ainda a interferência de uma tonalidade do racismo, tão constitutivo da nossa sociedade, que surge descredenciamento de pretos e polacos.

A filiação explícita da “Canção” de Murilo à “Canção” de Gonçalves Dias ganha mais interesse quando percebemos o contraste nos planos métrico e sonoro. A identidade dos títulos não implica uma analogia rítmica; ao contrário, à cadência sustentada também pelas rimas do poema romântico se contrapõe uma estrutura irregular, constituída por uma dicção narrativa que faz lembrar a tonalidade discursiva de manifestos políticos.

Nitidamente delineada no texto de Murilo, em que o eu lírico se vê desterrado em seu próprio país, a situação de desconforto será também estampada no texto do poeta Cacaso chamado “Jogos Florais”, que integra o livro *Grupo escolar*, de 1974:

Minha terra tem palmeiras
onde canta o tico-tico.
Enquanto isso o sabiá
vive comendo o meu fubá.

Ficou moderno o Brasil
ficou moderno o milagre:
a água já não vira vinho,
vira direto vinagre.

II

Minha terra tem Palmares
memória cala-te já.
Peço licença poética
Belém capital Pará.

Bem, meus prezados senhores
dado o avançado da hora

errata e efeitos do vinho
o poeta sai de fininho.

(será mesmo com 2 esses
que se escreve paçarinho?)

Se a “Canção” de Gonçalves Dias é também o mote para Cacaso, em seus “Jogos florais”, o grande autor da chamada poesia marginal igualmente acena para Oswald e Murilo Mendes, inserindo-se em um jogo de reconhecimento e irreverência que não deixa de associar a força do texto primeiro a esse movimento de visitas em que se apoia a nossa tradição poética. Nós poderíamos seguir e na travessia pararmos na canção “Sabiá”, de Chico Buarque e Tom Jobim, que em um famoso festival musical em 1968 no Rio de Janeiro conquistou o primeiro lugar. Muito tocados pelo contexto da nossa mais recente ditadura, o texto de Cacaso e a letra da canção de Chico e Jobim identificam o exílio com a rudeza dos nossos anos de chumbo, nele projetando a conotação de dor e os impasses que assombraram o Brasil por tantos anos.

No plano da fatura das obras, o humor um tanto ácido de Cacaso estabelece um contraponto com a modulação lírica da letra musical, que se complementa na lentidão do compasso da estrutura melódica. Entretanto, essa contraposição não abala a direção da convergência, pois em ambas encontramos os dilemas da relação dada pela distância ou pelo descentramento, ou seja, pela experiência do exílio ou do insílio, aquela forma de dilaceramento tingida pela impotência segundo Benedetti, em cuja obra, na visão de Miriam Lúcia Volpe localizamos uma “uma alienação, no sentido filosófico e humanístico, como o exílio do exercício responsável do poder do homem: o exílio da livre e responsável aegis dos poderes de iniciativa, para tentar reverter a situação”.

Nota-se ainda a presença chave do sabiá e da palmeira na construção da imagética a que recorrem os autores, remarcando o lugar central de Gonçalves Dias como fonte de inspiração.

A lista poderia seguir ainda, por exemplo, com o poema “Nova canção do exílio”, de Carlos Drummond de Andrade, ou “Uma canção”, de Mário Quintana. No quadro desse Colóquio, contudo, em que o tempo deve ser partilhado sem abusos maiores, escutamos o alerta de Cacaso e reconhecemos “o adiantado da hora” para regressarmos às trilhas que nos reconduzem a Maia

Ferreira, autor, entre tantos outros, dos já referidos “A minha terra” e “À minha terra”.

Nos dois poemas quase homônimos, vários aspectos despertam o interesse, a começar o fato de integrarem o primeiro livro de poemas em língua portuguesa de um autor africano. No campo do comparatismo literário, essa corrente crítica que vem iluminando a produção em português, a atenção é despertada para a interlocução que se estabelece entre ele e Gonçalves Dias, e, por consequência, com a tradição literária brasileira.

Tendo respirado fortemente a atmosfera do Romantismo no Rio de Janeiro, Maia Ferreira também dará uma interpretação particular ao desterro que lhe tocou viver, assumindo a terra natal como eixo de um conjunto de sentimentos que orienta o sujeito de sua poesia. Na composição de “À minha terra”, a perspectiva do reencontro, vivida no “madeiro” a percorrer “as águas de esmeralda”, é celebrada e, para tal, no campo lexical combinam-se o substantivo “primores” e o verbo “cismar”, vocábulos emblemáticos da poética do autor de *Primeiros Cantos*, o que indicia a natureza e a densidade do diálogo, que assinala uma espécie de marco inaugural das trocas literárias entre Angola e o Brasil. Vale, todavia, destacar que tal diálogo não implica uma aposta na isonomia entre os sentimentos provocados pelo exílio e pela saudade. Distanciando-se da absolutização do encantamento, o poema de Maia Ferreira, já, na terceira estrofe, é temperado pelo sentido concessivo que se faz notar no verso “Mesmo simples tens fulgores”. Essa espécie de consciência da limitação imposta pela realidade se completa na última estrofe, quando podemos ler: “É pobre – mas tão formosa”.

A conjunção adversativa restringe o deslumbramento, embora não impeça a convicção que está na base da afirmação em “Quando brilha radiosa / No mundo não tem igual.” Indiscutivelmente, ecoa nessa passagem o chamado “instinto da pátria”, discutido por Chateaubriand em *O gênio do Cristianismo*, livro escrito durante os anos de 1790, quando o autor esteve exilado na Inglaterra. Para o autor francês, esse sentimento seria exacerbado pela adversidade das condições de vida no país, conduzindo uma espécie de desejo de superação, traduzido, de certo modo, no argumento da singularidade, que, se por um lado, como na nossa primeira “Canção do exílio”, é confirmada, também já podemos observar um olhar mais treinado para perceber alguns dados da realidade que cerca a dimensão periférica. O movimento de idealização que anima

a veia poética tem aqui contornos restritivos, característica que na nossa alen-tada coleção de canções do exílio só veríamos surgir no século XX.

Em “A minha terra”, de 1849, esse processo é ainda mais candente, pois toda a descrição da paisagem se apoia em registros negativos. A construção composta pelo sintagma nominal “Minha terra” e o verbo “tem”, repetida à exaustão por G. Dias, ganha aqui um complemento: o advérbio de negação. Interposto entre o sujeito e o verbo, o “não” introduz uma outra dinâmica no desenvolvimento do poema, dinâmica que se completa com a combinação “só tem”. Em lugar do excesso que distingue um território e dá notícia de sua su-premacia, a noção de ausência vem pautar o desenho do espaço em foco, su-gerindo o modo usado pelo eu-lírico para cortejar uma certa objetividade. De certo modo, o procedimento coloca em causa o “primado do subjetivo” que José Guilherme Merquior (1990) destaca no poema brasileiro que vemos como fonte.

O verso que deu o título deste evento é apenas um a compor a larga cadeia de ritmos e a sequência de sentidos que nos levam a conhecer essa terra. Dife-rentemente da “Canção do exílio”, em “A minha terra”, o adjetivo irrompe na comparação, diluindo a primazia do substantivo. Composições como “fino carmim”, “montes de barro escarpados”, “brisa lasciva”, “mimoso torrão”, “branco areal” e “mago florir” são apenas alguns exemplos dessa ênfase qua-lificativa que estrutura o poema, cuja intensidade se desvela na terceira estrofe:

Não tem meigo trinar – mavioso
Do fagueiro, gentil rouxinol,
Tem o canto suave, saudoso
Da Benguella no seu arrebol,

No jogo de aproximação com o poema de Gonçalves Dias, observamos que aqui o polo de comparação só começa a se revelar a partir da quarta estrofe quando nos surge a primeira referência à “Europa”, espaço que se vai desdo-brar com a presença de dados geográficos e históricos. No último verso dessa estrofe teremos o “Mondego” e “Ignez”, a que se vão associar nas estrofes seguintes Gama, Moniz, Nuno Tristão, Gonçalo de Cintra e, obviamente, o “divo Camões”. Na forma em que se dá, a apresentação de tais elementos vem sugerir certa inferioridade da sua terra em relação à metrópole que a domina, sem que haja qualquer apontamento crítico à situação, atitude indicativa da

posição do colonizado, já descartada do olhar do poeta brasileiro. Não podemos deixar de considerar aqui algum sinal da aceitação da preconceituosa versão do continente sem história tão difundida pelo pensamento ocidental.

A submissão à suposta superioridade do “centro” se desdobra no texto, posição explicitada tanto na confessada inveja da beleza de Portugal quanto na afirmação da *portugalidade* da sua terra natal. Reparamos ainda na reverência ao Brasil e na confissão algo surpreendente acerca da inexistência de encantos de sua terra, dessa terra que, todavia, motivou o poema. Diante da contradição não podemos pensar na hipótese de uma fina ironia a orientar essa escrita?

Ainda recorrendo ao exercício comparativo, o leitor pode explorar dialeticamente a relação entre os dois poemas que convergem tanto na utilização do ritmo como na matriz de significados aí trabalhada. No confronto das ideias que mobilizam a produção do poema, o leitor deve ainda identificar a diferença carregada de sentido que reside na força das alusões que, superando o terreno da natureza, incidem na definição de pátria que Maia Ferreira já alimenta. Para ele a ideia de terra natal não se esgota no domínio natural, tão cara ao ideário romântico. Atravessada pelas remissões à história e à literatura, sua concepção traduz um avanço em relação às propostas de Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu, percepção importante para o reconhecimento da legitimidade da literatura comparada que ao analisar obras vai muito além da simples conferência de fontes e influências e procura ler a dinâmica que as trocas provocam.

Já chegando ao fim, retomo os pontos iniciais para insistir que 2022, com todos os sobressaltos que a história nos legou, revela-se um ano também produtivo para que o Brasil reafirme e renove o significado da metáfora do Atlântico como um rio, tão bem cunhada pelo Embaixador Costa e Silva. Para ficar no campo semântico, defendemos que José da Silva Maia Ferreira é um dos barcos que nos ajudariam a vencer a travessia.

Referências bibliográficas

ABREU, Casimiro de (1859). *As primaveras*. Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito.

ANDRADE, Mário (1942). *O movimento modernista*. Rio de Janeiro: CEB.

- ANDRADE, Oswald (2019). *Pau Brasil*. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra59349/pau-brasil>>. [Acesso em 08 nov. 2022].
- BENEDETTI, Mario (1993). *Perplejidades de fin de siglo*. Montevideu: Cal y Canto.
- CABRITA, António (2020). Exílio & insílio. In *Hoje Macau*. 30 jul.
- CAN, Nazir Ahmed (2020). *O campo literário moçambicano*. São Paulo: Kapulana.
- CANDIDO; Antonio (1987). Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática.
- CACASO (2002). *Grupo escolar*. São Paulo: Cosac & Naify,.
- CHATEAUBRIAND, F. R. (s/d). *O gênio do cristianismo*. Rio de Janeiro: WF Jackson.
- COSTA E SILVA, Alberto (2022). *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GONÇALVES DIAS, Antônio (1957). Primeiros cantos. In: *Poesias completas*. São Paulo: Saraiva.
- MAIA FERREIRA, J. da Silva (2018). *Espontaneidades da minha alma: às senhoras africanas*. Edição fac-similada. Introdução e organização por Francisco Topa. Porto: Sombra pela cintura.
- MARTINS, Eduardo Vieira (2021). Aula sobre a “Canção do exílio” de Gonçalves Dias. *Literatura e Sociedade*, 26 (34), 10-21. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i34p10-21>>.
- MENDES, Murilo (1994). *Poesia e prosa completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- MERQUIOR, José Guilherme (1990). *Ensaaios sobre arte e literatura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- VOLPE, Miriam Lúcia (2003). Geografias de exílio: Mario Benedetti, um intelectual latino-americano. *Em tese*. Belo Horizonte. v. 7 (dez.), 45-55.
- WISNIK, José Miguel (2022). Semana de 22 ainda diz muito da grandeza e barbárie do Brasil de hoje. *Folha de São Paulo*. 13 fev.

Pope, florinhas e cisnes:

o prefácio de Maia Ferreira às suas compatriotas

Francisco Topa
U. Porto / CITCEM

Primeiro natural de Angola a publicar um livro de versos, José da Silva Maia Ferreira faz parte da história da literatura em Angola mais por razões simbólicas que propriamente pela qualidade literária dos seus textos. Isso não significa, porém, que não haja razões para se prosseguir com o estudo da sua vida e da sua obra: como as pesquisas recentes em ambos os campos têm mostrado, há muitos aspetos interessantes por estudar, quase todos capazes de auxiliar também na compreensão da época. Um desses casos é o prefácio “Às minhas compatriotas”.

Como é habitual em textos desse tipo, trata-se de uma espécie de apresentação do volume, em que o autor justifica a publicação e identifica as linhas da sua poética. Um dos pontos que nele se destaca é a epígrafe: em parte pelo seu conteúdo, mas sobretudo pelo seu autor (Pope) e pela língua utilizada (o inglês). Note-se que o recurso à epígrafe é relativamente frequente em *Espontaneidades da minha alma*: para além do prefácio, Maia Ferreira usa paratextos desse tipo em mais 17 ocasiões, sendo oito deles em português¹, oito em francês² e um em latim.

¹ Por ordem cronológica: os portugueses Bocage (1765-1805), Almeida Garrett (1799-1854), António Feliciano de Castilho (1800-1875), António Firmino da Silva Campos e Melo (1804-1867), João de Aboim (1814-1861), João de Lemos (1819-1890), Jorge Guilherme Lobato Pires (1829-1866) e o brasileiro Gonçalves Dias (1823-1864).

² Estes últimos foram estudados por Salvato TRIGO (s/d: 102-105). São eles: André Chenier (1762-1794), Charles Hubert Millevoye (1782-1816), Victor Hugo (1802-1885) e Delphine Gay (ou Girardin ou Madame Érmile de Girardin) (1804-1855). A estes acresce um texto do próprio Maia Ferreira.

Classificada por Gérard Genette como peritexto, a epígrafe tanto pode valer por si e pela relação que estabelece com o texto que precede, como pode valer pelo seu autor e pela garantia de autoridade ou de prestígio que ele oferece (cf. GENETTE, 1987). No caso do prefácio de Maia Ferreira, temos um autor de grande notoriedade, Alexander Pope (1688-1744), mas do século anterior. A sua circulação em Portugal (e junto de alguns autores da América portuguesa) é inequívoca, mas verifica-se sobretudo durante o chamado neoclassicismo, embora, como notou Jorge Bastos da Silva:

Pope (...) mostra-se um autor anacronicamente actual, cujo prolongado impacto no Oitocentismo literário português é revelador da persistência de fortes tendências classicizantes (deste ponto de vista, pode notar-se de passagem, a sua influência tem o mesmo sentido que a de Boileau – e assume modalidades semelhantes). De Pope são citados versos a servir de epígrafes a poemas, e evocadas sentenças a reforçar argumentos no domínio da estética e no âmbito de debates morais. (1991: 112)

Atendendo ao conteúdo dos versos, não é difícil identificar o texto de Pope: trata-se de *An Essay on Criticism* (publicado pela primeira vez em 1711, mas começado a compor quatro anos antes), correspondendo a citação aos vv. 100-101 da Part I: “The gen’rous Critick *fann’d* the Poet’s fire, / And taught the World, with Reason to Admire.” (POPE, 1961: 250).

O fragmento é acompanhado da tradução, cuja fonte é a versão em prosa que o Conde de Aguiar, D. Fernando José de Portugal e Castro³, publicou em 1810 no Rio de Janeiro⁴: “O Crítico generoso assoprou o fogo do Poeta, e ensinou ao mundo a admirar com razão.” (POPE, 1810: 31).

Os versos em causa estão integrados numa passagem em que Pope, depois de ter defendido a necessidade de se seguir sempre a lição da natureza, salienta a importância da imitação dos antigos e do respeito pelas regras. Segundo ele, na Grécia antiga, o crítico tinha um papel duplamente positivo: apoiar o poeta

³ Fernando José de Portugal e Castro (Lisboa, 1752 – Rio de Janeiro, 1817), Conde – e depois Marquês – de Aguiar, foi governador da Bahia, vice-rei do Brasil e ministro do Príncipe Regente D. João. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, seguiu durante algum tempo a carreira da magistratura, tendo desempenhado funções no Tribunal da Relação do Porto e na Casa da Suplicação. Para além do *Ensaio sobre a Crítica*, traduziu também os *Ensaaios Morais* de Pope (Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811).

⁴ Dois anos depois, sairia em Londres uma tradução em verso, devida à Marquesa de Alorna.

e mediar a relação deste com o público. Percebe-se com facilidade a razão que levou Maia Ferreira a escolher esta passagem: num processo de *captatio benevolentiae*, trata-se de obter do destinatário – as “minhas compatriotas” – uma receção idêntica à do “Crítico generoso”.

E, de facto, todo o prefácio é defensivo, procurando ao mesmo tempo assegurar alguma proteção para o livro que se apresenta e rebater, por antecipação, eventuais críticas. A escolha de um destinatário particular faz igualmente parte dessa estratégia: as “minhas compatriotas” continuam a ser as “senhoras africanas” do título do volume, mas invocadas de um modo que destaca os laços afetivos que unem as três partes – autor, leitores (leitoras) e terra natal. É que, se hoje pátria significa, de acordo com o Houaiss, o “país onde se nasce e ao qual se pertence como cidadão”, noutros tempos indicava sobretudo a terra – não o país – onde se nasceu e à qual se está ligado por uma espécie de laço familiar: *terra patria*, em latim, é a terra do pai, que vem dos pais, tradicional, hereditária. Este valor mais afetivo que político fica bem sublinhado no verbete que, no século anterior, Rafael Bluteau (1720: VI, 320) dedicou ao vocábulo:

pátria. A terra, Villa, Cidade, ou Reyno, em que se nasceo. Ama cada hũ a sua patria, como origem do seu ser, & centro do seu descanso. Raras vezes sahem as aves do bosque, em que tiverão seu ninho. Tem a patria qualidades retentivas para os que nascem nella, & attractivas para os que della se apartão. Representavão os antigos o amor da patria em figura de mancebo; porque este amor, ao contrario dos outros, cresce com os annos, & não passa das caricias ao desdem, & do fogo à neve, como quando chega a velhice. O mais agradável domicilio, he o da casa paterna, & os que mais estimão os peregrinos mais que os sedentarios na opinião de Plutarco, são como aquelles que preferem as estrellas fixas às errantes. Até as feras amão os seus covês, & as serpentes as suas cavernas. A Patria de Ulysses, não era Roma, cabeça do mundo, & throno da gloria mundana, nem era sua patria Athenas, honra da Grecia, & cadeyra de Minerva. Patria deste famoso Varaõ era Ithaca, Ilheo do mar Jonio, esteril, & deserto; sahio delle para a guerra de Troya, em que militou dez annos, & depois de outros dez annos de navegação foy deyxar a ossada no seu penedo.

Mais à frente, a propósito da etimologia e numa espécie de antecipação do debate sobre a forma alternativa *mátria*, escreve o teatino: “O nome Patria, disse Hierax, ou Hieracles, Philosopho Egypcio, se derivou de Pater, porque ella he nosso pay; pronuncia-se com terminação feminina, porque tambem he

nossa mãe, & por isso como a pay, & mãe a devemos estimar, & amar.” (BLU-TEAU, 1720: VI, 320).

Essa visão de pátria – e, portanto, de *compatriota* – está representada em alguns dos poemas do volume de Maia Ferreira, a começar por aquele que leva por título “A minha terra”. Veja-se a seguinte passagem:

É minha pátria ufanoso o digo!
Deu-me o berço, e nella vi primeiro
A luz do sol embora ardente e forte.
Os meus dias d’infância ali volveram
No tempo ao coração mais primoroso,
Nesses dias ditosos, em que apenas
Ao mundo despertado, vi e ouvia
Por sobre os lábios meus roçarem beijos
Beijos de puro amor, nascidos d’alma,
D’alma de Mãe mui carinhosa e bella! (FERREIRA, 2018: 17)

Depois desta breve reflexão sobre a epígrafe e os destinatários, vejamos outros aspetos do prefácio, alguns dos quais também inspirados em *An Essay on Criticism*. Tal é o caso do tópico da vaidade e da imagem das florinhas que lhe é contraposta. No poema de Pope, há várias passagens sobre a afetação, como é o caso do v. 204: “Is *Pride*, the *never-failing Vice of Fools*.” (POPE, 1961: 264)⁵. Mas há outro segmento facilmente relacionável com um trecho do prólogo de Maia Ferreira:

In *Youth* alone its empty Praise we boast,
But soon the Short-liv’d Vanity is lost!
Like some fair *Flow’r* the early *Spring* supplies,
That gaily Blooms, but ev’n in blooming *Dies*.⁶ (vv. 496-9; POPE, 1961: 264)

Os dois dísticos de Pope foram adaptados do seguinte modo pelo poeta angolano:

⁵ Assim traduzido pelo Conde de Aguiar: “he a *Vaidade*, vicio inseparavel dos fatuos.” (POPE, 1810: 51).

⁶ Tradução de Portugal e Castro: “Na mocidade he que só nos jactamos do seu frívolo louvor: mas logo acaba a vaidade de curta duração; semelhante á linda flor produzida anticipadamente pela primavera, que apenas engraçada floresce, logo murcha ao brotar.” (POPE, 1810: 101).

Nesta nossa mocidade em que quasi todos se jactam de ser poetas – porque tambem o não serei? – Chamar-me-hão vaidoso? – Se-lo-hei, embora esta minha vaidade seja de curta duração, – embora as minhas florinhas produzidas antecipadamente pela primavera – logo murchem ao brotar. (FERREIRA, 2018: [5])

Como se percebe facilmente, Maia Ferreira ressignifica tanto a vaidade quanto as flores trazidas pela “early Spring”: assumindo a primeira, identifica as segundas com os seus poemas, admitindo que estes podem sobreviver a um ambiente cultural desfavorável (o “ardente sol da nossa terra”) e a uma crítica mal-intencionada (o “halito pestifero dos zoilos mordazes”), uma vez que beneficiarão dos cuidados (as “régas”) das suas compatriotas leitoras. Há aqui, como em todo o prólogo, a indisfarçável crença no valor da obra própria, num registo muito afastado da moderação defendida por Pope. Apesar disso, e ainda que *Zoilo* fosse há muito também um substantivo comum, é possível que essa referência tenha sido tomada do poema inglês, em cujos vv. 464-5 se lê: “Nay shou’d great *Homer* lift his awful Head, / *Zoilus* again would start up from the Dead.”⁷ (POPE, 1961: 292).

Igualmente a passagem subsequente toma por base quatro dísticos de Pope. Escreve Maia Ferreira:

Se avaliardes a minha linguagem, como na culta Europa, muitas vezes, as Senhoras avaliam os homens pelo traje, por sem dúvida não encontrareis nas minhas fracas inspirações esse bello e brilhante, que á maneira de prisma, espalha por toda a parte as suas côres vistosas (FERREIRA, 2018: [6]).

É grande a semelhança com os vv. 305-312 de *An Essay on Criticism*, cujo ponto de partida é o ditado inglês “Don’t judge a book by its cover”:

Others for *Language* all their Care express,
And value *Books*, as Women *Men*, for *Dress*:
Their Praise is still—*The Stile is excellent*:
The *Sense*, they humbly take upon Content.
Words are like *Leaves*; and where they most abound,
Much *Fruit* of *Sense* beneath is rarely found.
False Eloquence, like the Prismatic Glass,

⁷ Na versão portuguesa de 1810: “e se até o grande Homero erguesse a sua respeitavel cabeça, Zoilo se levantaria outra vez d’entre os mortos.” (POPE, 1810: 95).

Its gawdy Colours spreads on ev'ry place;⁸ (POPE, 1961: 274).

Essa proximidade entre os dois textos é ainda mais visível se considerarmos a versão em prosa do Conde de Aguiar, o que permite colocar a hipótese de Maia Ferreira, à época, não ter ainda o domínio do inglês que revelaria depois.

Na conclusão do longo período do poeta angolano que estamos a ver, há uma outra fonte, desta vez portuguesa. Diz Maia Ferreira:

– mas se d'alma pesardes o que eu tambem d'alma escrevi, – e que ousado só a vós dedico, conhecereis, Senhoras, que estes canticos tão pobres, e que de convicção os reconheço despídos de purpuras Reaes – de oiro – e de predarias – são cantos do mais intimo de minha alma (...) (FERREIRA, 2018: [6]-[7]).

De facto, a lição de Camões é bastante evidente. O autor de *Espontaneidades da minha alma* retoma os dois versos finais do soneto “Enquanto quis Fortuna que tivesse”, que aliás abre a primeira edição das *Rhythmas* e funciona como um verdadeiro prólogo: “E sabey que segund’o amor tiuerdes, / Tereis o entendimento de meus versos.” (1595: 1). É certo que a identificação do luandense com Camões não é total, uma vez que José da Silva declara mais à frente que a sua “pobre e dissonante lyra” é tangida, para além da do amor, por duas outras cordas, Deus e Pátria. Apesar disso, a ligação ao poeta-soldado é indesmentível, sobretudo na sugestão de um laço entre poeta e leitor, resultante de uma experiência de vida filtrada pela alma e traduzida por meio da lira, isto é, traduzida em linguagem artística.

O prólogo de Maia Ferreira termina num registo de aparente modéstia, com o autor a declarar-se fora “do alcance dos virentes louros” dos grandes vultos da poesia, designadamente Vergílio e – se bem leio – Sá de Miranda e Diogo Bernardes. O primeiro é designado por uma antonomásia bastante comum, “musa mantuana”, aliás também presente no poema de Pope⁹. Os segundos não são de identificação tão clara, uma vez que são referidos com base em

⁸ Tradução oitocentista: “Outros poem todo o seu cuidado na *Lingoagem*, e avalião os livros, como as mulheres os homens pelo trajo: o seu elogio he sempre «excelente estylo» contentes com o pensamento do author, seja qual for. As palavras são como as folhas; onde ha mais abaundancia dellas, raras vezes se acha muito fructo e senso: a falsa eloquencia, á maneira do prisma, espalha por toda a parte as suas cores vistosas” (POPE, 1810: 71).

⁹ V. 129: “And let your *Comment* be the Mantuan Muse.” (assim traduzido pelo Conde de Aguiar: “e sirva-vos de commento a Musa Mantuana.” (POPE, 1810: 37)).

metonímias (ou sinédoques) fluviais: “Cysnes do Mondego e do Lima”. Títulos como *O Lyra* e *Rimas Varias. Flores do Lima* serão suficientes para justificar Diogo Bernardes como referente de “Cysne do Lima”, embora o autor seja dado como natural de Ponte da Barca e não de Ponte de Lima. Quanto ao Mondego, o poeta conimbricense clássico mais conhecido é Sá da Miranda, mas há alguns estudiosos que indicam a cidade como berço de Camões. Por outro lado, a antonomásia poderá também indicar alguém que estudou na Universidade local ou que fez do Mondego motivo da sua obra, o que alarga o leque de possibilidades.

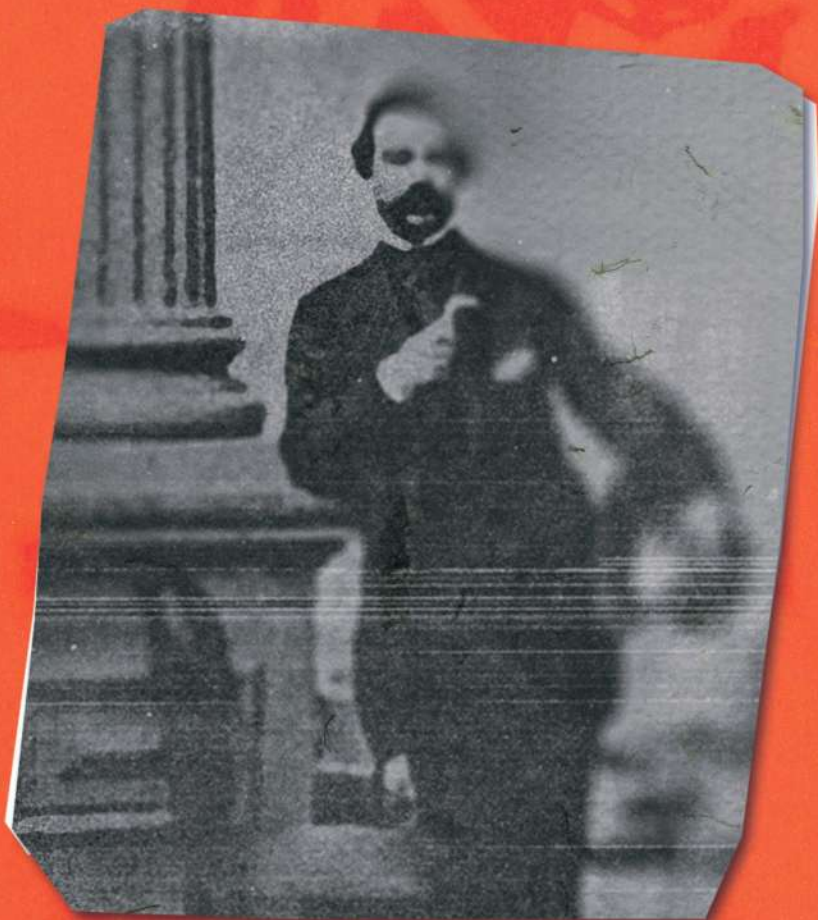
Note-se também que o confronto, já não do autor, mas do sujeito poético, com outros vates se repete noutras composições de *Espontaneidades da minha alma*. No texto “Á Exma.^a Senhora D. M. J. Peixoto”, podemos ler: “Se eu fôra do Tejo, e do Lima e Mondego / O Cysne sem par de tão alto clamôr – (vv. 13-4)” e, mais, à frente, “Mas eu não so’ Homero, nem Cysne da França, / Nem Tasso, ou Camões – esses Bardos d’amor!” (vv. 17-18; FERREIRA, 2018: 75-76). Também na composição “No album do meu amigo A. P. da Costa Jubim” se lê: “Se eu fôra qual Cicero fôrte clamára / Se qual Fénélon ao mundo escrevêra” (vv. 1-2; FERREIRA, 2018: 127). No poema “A Sua Magestade Fidelissima a Senhora D. Maria II”, temos ainda: “Se eu fôra o Bardo – esse cantor de Thebas,” (v. 1; FERREIRA, 2018: 129). Ora, todas estas comparações, marcadas embora pela impossibilidade, não deixam de estabelecer um paralelo com as grandes figuras clássicas da poesia e da literatura, acabando assim por traduzir não tanto a modéstia de que se reclamam, mas sobretudo a crença no próprio valor.

Concluindo, podemos dizer que o prefácio de Maia Ferreira, mais que apresentar e defender as *Espontaneidades da minha alma*, revela um autor com certa cultura literária, traduzida em práticas intertextuais sinalizadas desde a epígrafe.

Bibliografia

- ALMEIDA, Leonor (1812). *Poetica de Horacio e o Ensaio sobre a crítica de Alexandre Pope*. Por uma portuguesa. Londres: Off. T. Harper.
- BLUTEAU, Rafael (1720). *Vocabulario Portuguez e Latino (...)*. Vol. VI. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva.

- CAMÕES, Luís de (1595). *Rhythmas*. Lisboa: por Manoel de Lyra: a custa de Esteuão Lopez.
- FERREIRA, José da Silva Maia (2018). *Esportaneidades da minha alma*. Edição fac-similada. Introdução e organização por Francisco Topa. Porto: Sombra pela cintura.
- GENETTE, Gérard (1987). *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil.
- HOUAISS, Antônio *et al.* (2004). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva / Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia.
- POPE, Alexander (1810). *Ensaio sobre a Critica de Alexandre Pope*. Traduzido em portuguez pelo Conde de Aguiar. Com as Notas de José Warton, do Traductor, e de outtros; e o Commentario do Dr. Warburton. Rio de Janeiro: Impressão Regia.
- POPE, Alexander (1961). *Pastoral Poetry and An Essay on Criticism*. Edited by E. Audra and Aubrey Williams. London: Methuen & Co. / New Haven: Yale University Press.
- SILVA, Jorge Bastos da (2000). *Milton e Pope em Portugal (Séculos XVIII e XIX): As Traduções de F. B. M. Targini e o Contexto da Crítica*. “Cadernos de Tradução (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)”. V: 109-132.
- TRIGO, Salvato (s/d). *A francofilia literária de Maia Ferreira*. In *Ensaaios de Literatura Comparada, Afro-Luso-Brasileira*. Lisboa: Vega.



ISBN 978-808-53997-1-0



9 780808 539971